



BANCO BMG S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF 61.186.680/0001-74
NIRE 3.530.046.248-3

**MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A
SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2026, ÀS 9 HORAS**

São Paulo, 24 de março de 2026.

Índice

1.	Mensagem aos Acionistas	3
2.	Informações sobre a Assembleia Geral Ordinária.....	4
2.1	Data, Horário e Local	4
2.2	Quórum de Instalação.....	4
2.3	Quórum de Deliberação.....	4
2.4	Orientações para Participação	4
2.5	Orientações para Participação Pessoal	5
2.6	Orientações para Participação por Procuração	6
2.7	Boletim de Voto a Distância.....	7
2.8	Conflito de Interesses	8
3.	Edital de Convocação.....	9
4.	Propostas da Administração	12
4.1	Itens da Ordem do Dia.....	12
Anexo I - Comentários da Administração (Item 2 do Formulário de Referência)		19
Anexo II - Proposta da Administração para Destinação do Lucro Líquido (Anexo A da Resolução CVM nº 81)		103
Anexo III – Informações sobre Indicados ao Conselho de Administração (Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)		108
Anexo IV – Informações sobre Indicados ao Conselho Fiscal (Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)		121
Anexo V - Proposta de Remuneração dos Administradores (item 8 do Formulário de Referência)		129



1. Mensagem aos Acionistas

Prezados Acionistas,

O Banco Bmg S.A. (“Companhia” ou “Banco”) convida seus Acionistas a participarem da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 24 de abril de 2026, às 9 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, 9º andar, sala 94, bloco 04, 10º andar, sala 101, parte, bloco 01, sala 102, parte, bloco 02, sala 103, bloco 03 e sala 104, bloco 04 e 14º andar, sala 141, bloco 01, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo (“Assembleia”).

Em linha com as boas práticas de governança corporativa, baseadas nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, este Manual apresenta informações sobre as deliberações a serem tomadas na Assembleia. Os assuntos a serem deliberados na Assembleia estão listados na ordem do dia do Edital de Convocação reproduzido no item 3 deste Manual. Ainda, o item 2 deste Manual apresenta orientações adicionais para facilitar a participação na Assembleia. Por fim, o item 4 apresenta e detalha a proposta da Administração para cada um dos itens da ordem do dia.

Esperamos que este Manual lhes seja útil para o esclarecimento de suas eventuais dúvidas a respeito da Assembleia, bem como possibilite uma tomada de decisão informada.

A participação de V.Sas. na Assembleia e o seu voto são de fundamental importância para a Companhia. Contamos com a sua presença.

Cordialmente,

FLÁVIO PENTAGNA GUIMARÃES NETO
Diretor Executivo Vice-Presidente e de Relações com Investidores



2. Informações sobre a Assembleia Geral Ordinária

2.1 Data, Horário e Local

Data: 24 de abril de 2026.

Horário: 9 horas.

Local: sede da Companhia, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, 9º andar, sala 94, bloco 04, 10º andar, sala 101, parte, bloco 01, sala 102, parte, bloco 02, sala 103, bloco 03 e sala 104, bloco 04 e 14º andar, sala 141, bloco 01, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

2.2 Quórum de Instalação

Nos termos do artigo 125 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei 6.404/76”), a Assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital votante e, em segunda convocação, com qualquer número.

2.3 Quórum de Deliberação

Nos termos do artigo 129 da Lei 6.404/76, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. Os titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia terão direito de voto em todas as matérias da ordem do dia. Os Acionistas titulares de ações preferenciais de emissão da Companhia terão direito de voto em caso de eleição em separado, pelos Acionistas preferencialistas, de membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, nos termos dos artigos 141, §4º e 5º e 161, §4º, ‘a’ da Lei 6.404/76, respectivamente.

2.4 Orientações para Participação

Os Acionistas poderão comparecer à sede da Companhia na data da Assembleia e proferir seus votos ou, caso não possam fazer-se presentes, poderão nomear um procurador, observando-se as regras de legitimação e representação a seguir descritas, nos termos da Lei 6.404/76 e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM nº 81”).



A Companhia iniciará o cadastramento de Acionistas para tomar parte na Assembleia logo após a publicação do Edital de Convocação, conforme orientações que constam deste Manual.

2.5 Orientações para Participação Pessoal

O Acionista que desejar participar pessoalmente da Assembleia deverá, no dia da Assembleia, comparecer na sede da Companhia, com razoável antecedência do horário indicado no Edital de Convocação, portando os seguintes documentos:

- (i) original ou cópia autenticada do documento de identificação com foto do Acionista ou do seu representante legal, conforme aplicável (exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte, carteira de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da administração pública que contenham foto de seu titular);
- (ii) comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia; e
- (iii) *se Acionista pessoa jurídica*: original ou cópia autenticada do estatuto social ou contrato social consolidado e mais recente, acompanhado de documentos societários que possam evidenciar a representação legal do Acionista; ou
- (iv) *se Acionista constituído sob a forma de fundo de investimento*: original ou cópia autenticada dos seguintes documentos: (a) regulamento consolidado e mais recente; e (b) estatuto social ou ato constitutivo consolidado e mais recente do administrador ou gestor, conforme o caso, de acordo com a política de voto do fundo e documentos societários que possam evidenciar poderes de representação.

A Companhia solicita que documentos produzidos no exterior sejam consularizados ou apostilados, conforme aplicável, e acompanhados da respectiva tradução juramentada.

Para uma melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita que os Acionistas que optarem por participar pessoalmente da Assembleia efetuem seu cadastramento até o dia 17 de abril de 2026 (inclusive), mediante o envio dos documentos acima indicados aos cuidados da área de Relações com Investidores da Companhia, através do e-mail ri@bancobmg.com.br. Em caso de dúvidas a respeito do cadastramento prévio, favor contatar a área de Relações com Investidores da Companhia através do e-mail ri@bancobmg.com.br.

Lembramos que a solicitação de cadastramento prévio tem por objetivo facilitar os trabalhos de preparação da Assembleia, de maneira que a ausência de cadastramento prévio não representará qualquer óbice à participação do Acionista.

2.6 Orientações para Participação por Procuração

O Acionista que não puder comparecer à Assembleia poderá ser representado por procurador, constituído há menos de 1 (um) ano e na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76. As procurações somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser Acionista ou administrador da Companhia; (ii) ser advogado; ou (iii) ser instituição financeira. Contudo, para os Acionistas que sejam pessoas jurídicas, conforme entendimento proferido pelo Colegiado da CVM, em reunião realizada em 04 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ2014/3578), não há a necessidade de o procurador ser Acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira.

O procurador deverá, no dia da Assembleia, comparecer na sede da Companhia com razoável antecedência do horário indicado no Edital de Convocação, portando os seguintes documentos:

- (i) procuração com firma reconhecida em cartório ou assinada digitalmente com certificação nos padrões disponibilizados pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil;
- (ii) original ou cópia autenticada do documento de identificação com foto do procurador (exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte, carteira de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da administração pública que contenham foto de seu titular);
- (iii) comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia; e
- (iv) *se Acionista pessoa jurídica*: original ou cópia autenticada do estatuto social ou contrato social consolidado e mais recente, acompanhado de documentos societários que possam evidenciar a representação legal do Acionista; ou
- (v) *se Acionista constituído sob a forma de fundo de investimento*: original ou cópia autenticada dos seguintes documentos: (a) regulamento consolidado e mais recente; e (b) estatuto social ou ato constitutivo consolidado e mais recente do administrador ou



gestor, conforme o caso, de acordo com a política de voto do fundo e documentos societários que possam evidenciar poderes de representação.

A Companhia solicita que documentos produzidos no exterior sejam consularizados ou apostilados, conforme aplicável, e acompanhados da respectiva tradução juramentada.

Para uma melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita que os Acionistas que optarem por ser representados por procurador efetuem seu cadastramento até o dia 17 de abril de 2026 (inclusive), mediante o envio dos documentos acima indicados aos cuidados da área de Relações com Investidores da Companhia, através do e-mail ri@bancobmg.com.br. Em caso de dúvidas a respeito deste cadastramento prévio, favor contatar a área de Relações com Investidores da Companhia através do e-mail ri@bancobmg.com.br.

Lembramos que a solicitação de entrega prévia da procuração, pelos Acionistas que pretendem fazer-se representar por procurador legalmente constituído, tem por objetivo facilitar os trabalhos de preparação da Assembleia, de maneira que a ausência de cadastramento prévio não representará qualquer óbice à sua participação.

2.7 Boletim de Voto a Distância

Os Acionistas poderão votar na Assembleia mediante o envio, a partir desta data, do boletim de voto a distância, conforme disponibilizado nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.bancobmg.com.br/ri): (i) devidamente preenchido, diretamente para a Companhia, por correio eletrônico, através do e-mail ri@bancobmg.com.br, ficando dispensado o envio das vias físicas; (ii) por transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto para (a) seus custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depositário central (B3); (b) para a instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários, caso as ações não estejam depositadas em depositário central (B3); ou (c) para o depositário central no qual as ações estejam depositadas (B3). Em qualquer dos casos acima, o prazo para envio do boletim de voto ou das instruções de voto, conforme o caso, é de até 4 (quatro) dias antes da data da Assembleia, ou seja, até 20 de abril de 2026 (inclusive).

Conforme art. 27 § 6º da Resolução CVM nº 81, a Companhia disponibilizou correio eletrônico para envio do boletim de voto a distância, de modo que esse será o único meio de envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia, não havendo assim, a possibilidade de envio por correio postal.

2.8 Conflito de Interesses

Durante a realização da Assembleia, assim como ocorre nas reuniões dos órgãos de administração e fiscalização da Companhia, os Acionistas presentes deverão manifestar-se em razão da existência de eventual situação de conflito de interesses em quaisquer matérias em discussão ou deliberação, nas quais sua independência venha a ser comprometida. Também deverá manifestar-se qualquer Acionista presente que tenha conhecimento de situação conflituosa em relação a outro Acionista e a matéria objeto da deliberação.

Quando manifestado o conflito de interesses, o Acionista conflitado deverá abster-se na deliberação em relação àquele assunto. Caso o Acionista conflitado se recuse de abster-se das deliberações, poderá ocorrer a anulação das deliberações tomadas em decorrência de votos conflitados proferidos, ainda que posteriormente ao conclave, observado o disposto no artigo 115, §4º da Lei 6.404/76.



3. **Editais de Convocação**

BANCO BMG S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF 61.186.680/0001-74
NIRE 3.530.046.248-3

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores Acionistas do Banco Bmg S.A. (“Companhia”) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”), a realizar-se no dia 24 de abril de 2026, às 9 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 9º andar, sala 94, bloco 04, 10º andar, sala 101, parte, bloco 01, sala 102, parte, bloco 02, sala 103, bloco 03 e sala 104, bloco 04 e 14º andar, sala 141, bloco 01, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025;
- (ii) examinar, discutir e votar a destinação do lucro líquido apurado com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e ratificar a declaração de juros sobre o capital próprio aos Acionistas da Companhia;
- (iii) definir o número de membros que comporão o Conselho de Administração da Companhia e elegê-los para um mandato de 2 (dois) anos, o qual se encerrará na data da realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2027;
- (iv) eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia para um mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2027; e
- (v) fixar a remuneração anual e global dos administradores da Companhia, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

Informações Gerais:

1. O Manual para Participação na Assembleia (“Manual”), contendo a proposta da Administração e orientações detalhadas para participação na Assembleia, bem como todos os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia, encontram-se à disposição dos Acionistas, a partir desta data, na sede social da Companhia, no seu website de relações com investidores (www.bancobmg.com.br/ri), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

2. A participação do Acionista poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam do Manual. Sem prejuízo das informações detalhadas no Manual, a Companhia destaca as seguintes informações acerca das formas de participação na Assembleia:

- **Participação Pessoal:** o Acionista deverá comparecer à Assembleia munido de documentos que comprovem **(i)** a titularidade das ações pelo Acionista, e **(ii)** no caso de **(a)** pessoa física, a sua identidade e **(b)** no caso de pessoa jurídica e/ou fundos, a sua devida representação, apresentando os documentos societários que investem o seu representante de poderes bastantes, bem como o documento de identidade do representante, sendo certo que, para fins de apresentação dos documentos neste item, deverão ser observadas pelo Acionista todas as formalidades indicadas no Manual.
- **Participação por Procurador:** as procurações devem conter firma reconhecida ou serem assinadas digitalmente com certificação nos padrões disponibilizados pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76 e no Manual. O representante legal do Acionista deverá comparecer à Assembleia munido da procuração e demais documentos indicados no Manual, além de documento que comprove a sua identidade.

3. Para uma melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita que, se possível, os documentos indicados no item 2 acima sejam entregues à Companhia até 17 de abril de 2026 (inclusive), nos termos descritos no Manual.

4. Alternativamente, os Acionistas poderão votar na Assembleia mediante o envio, a partir desta data, do boletim de voto a distância, conforme disponibilizado nos websites da



Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.bancobmg.com.br/ri): (i) devidamente preenchido, diretamente para a Companhia, por correio eletrônico, através do e-mail ri@bancobmg.com.br; (ii) por transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto para (a) seus custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depositário central (B3); (b) para a instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários, caso as ações não estejam depositadas em depositário central (B3); ou (c) para o depositário central no qual as ações estejam depositadas (B3). Em qualquer dos casos acima, o prazo para envio do boletim de voto ou das instruções de voto, conforme o caso, é de até 4 (quatro) dias antes da data da Assembleia, ou seja, até 20 de abril de 2026 (inclusive).

5. Os Acionistas representando, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto poderão requerer a adoção do procedimento de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 141, *caput* da Lei 6.404/76, Resolução CVM nº 70/22 e Resolução CVM 81/22.

6. Em atenção ao artigo 5º da Resolução CVM nº 81/22, a Companhia entende que a realização da Assembleia de forma presencial permite melhor interação entre os acionistas e é consistente com o histórico de realizações de assembleias da Companhia.

São Paulo, 24 de março de 2026.

OLGA STANKEVICIUS COLPO

Presidente do Conselho de Administração da Companhia

4. Propostas da Administração

Senhores Acionistas,

Diante da convocação, nesta data, da Assembleia, a administração da Companhia submete aos seus Acionistas a presente Proposta da Administração (“Proposta”) com todas as informações necessárias para avaliação das matérias constantes na ordem do dia da Assembleia, sendo certo que os documentos relevantes para a discussão de tais matérias encontram-se anexos ao fim desta Proposta.

4.1 Itens da Ordem do Dia

(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Neste tópico, será realizado o exame, discussão e deliberação sobre o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia, ambos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, devidamente acompanhados das respectivas Notas Explicativas, do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal, do Parecer do Comitê de Auditoria e de todos os demais documentos necessários.

As Demonstrações Financeiras foram devidamente auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, que emitiu parecer aprovando as Demonstrações Financeiras sem ressalvas. Além disso, as Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 19 de março de 2026.

Ressalta-se ainda que o comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência, acompanha a presente Proposta como seu Anexo I.

Adicionalmente, em linha com o disposto no Relatório da Administração da Companhia, seguem as informações relativas (i) à quantidade e à proporção de mulheres contratadas, por nível hierárquico, inclusive na administração; (ii) à proporção da remuneração média entre mulheres e homens, por nível hierárquico, inclusive na administração; e (iii) à evolução



comparativa desses indicadores entre os exercícios de 2024 e 2025, em observância à Lei nº 15.177, de 23 de julho de 2025:

(i) Quantidade total de colaboradores e administradores e proporção de mulheres

	Em 31 de dezembro de 2025		Em 31 de dezembro de 2024	
	Total	% Mulheres	Total	% Mulheres
Alta Administração	18	22,2%	18	22,2%
Liderança Executiva/Gerencial	172	36,0%	166	31,3%
Coordenador/Especialista	280	33,2%	270	32,2%
Administrativo	884	54,1%	849	55,1%
Operacional	149	62,4%	129	60,5%

Obs:

Alta Administração: membros do Conselho de Administração / Diretoria

Liderança Executiva/Gerencial: superintendentes, gerentes executivos e gerentes

Coordenador/Especialista: coordenadores e especialistas

Administrativo: analistas sênior, pleno e júnior

Operacional: assistentes e aprendizes

(ii) proporção da remuneração média entre mulheres e homens, por nível hierárquico, inclusive na administração

	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Alta Administração	1,30	1,07
Liderança Executiva/Gerencial	0,81	0,83
Coordenador/Especialista	0,92	0,88
Administrativo	0,84	0,85
Operacional	0,84	0,91

Obs:

Alta Administração: membros do Conselho de Administração / Diretoria

Liderança Executiva/Gerencial: superintendentes, gerentes executivos e gerentes

Coordenador/Especialista: coordenadores e especialistas

Administrativo: analistas sênior, pleno e júnior

Operacional: assistentes e aprendizes

O indicador apresenta a proporção da remuneração média das mulheres em relação à média dos homens nos respectivos níveis hierárquicos, considerando a posição em 31 de dezembro de cada ano. As variações observadas refletem a composição e a distribuição do quadro de colaboradores por nível, cargo e funções, em linha com práticas de transparência e monitoramento de equidade remuneratória.



Para fins de referência, tais dados também constam do item 2.11 do Formulário de Referência, que acompanha a presente Proposta como Anexo I.

A Administração da Companhia recomenda a apreciação e aprovação de todas as matérias constantes deste item (i).

(ii) Examinar, discutir e votar a destinação do lucro líquido apurado com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e ratificar a declaração de juros sobre o capital próprio aos Acionistas da Companhia.

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 560.685 mil (quinhentos e sessenta milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil reais). A Administração da Companhia propõe que:

- (i) R\$ 28.034 mil (vinte e oito milhões e trinta e quatro mil reais), correspondentes a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, sejam destinados à reserva legal, em atendimento ao artigo 193 da Lei nº 6.404/76;
- (ii) R\$ 323.619 mil (trezentos e vinte e três milhões, seiscentos e dezenove mil reais) sejam atribuídos ao pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia e imputados ao dividendo mínimo obrigatório, conforme deliberado nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 27 de março de 2025, 15 de julho de 2025, 04 de novembro de 2025, 27 de novembro de 2025 e 11 de dezembro de 2025; e
- (iii) R\$ 209.032 mil (duzentos e nove milhões e trinta e dois mil reais), correspondentes ao saldo remanescente do lucro líquido apurado após as destinações descritas nos itens (i) e (ii) acima, sejam destinados à reserva de lucros.

O Anexo II ao presente Manual contém a proposta completa para a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, nos termos da Resolução CVM nº 81.

(iii) Definir o número de membros que comporão o Conselho de Administração da Companhia e elegê-los para um mandato de 2 (dois) anos, o qual se encerrará na data da realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2027.



Nos termos do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Diante disso, a Administração propõe que o Conselho de Administração seja composto por 9 (nove) membros, todos com prazo de mandato de 2 (dois) anos, o qual se encerrará na data da realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas e demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2027, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos eleitos.

Ainda, a Administração propõe a reeleição dos atuais 9 (nove) membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: Ricardo Annes Guimarães; José Eduardo Gouveia Dominicale; Ângela Annes Guimarães; Antônio Mourão Guimarães Neto; Marco Antonio Antunes; Olga Stankevicius Colpo (membro independente); Dorival Dourado Junior (membro independente), Flavio Dias Fonseca da Silva (membro independente) e Gueitiro Matsuo Genso (membro independente).

A votação de cada um dos candidatos acima propostos será feita pelo voto majoritário. Os Acionistas representando, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto poderão requerer a adoção do procedimento de voto múltiplo, nos termos do artigo 141, *caput* da Lei 6.404/76, Resolução CVM 70 e Resolução CVM 81. Nessa hipótese, serão atribuídos a cada ação ordinária de emissão da Companhia quantos sejam os cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração, sendo permitido ao Acionista o direito de acumular votos em um só candidato ou distribuí-los entre vários candidatos.

Nos termos do artigo 141, §4º da Lei 6.404/76, terão direito de eleger em separado 1 (um) membro do Conselho de Administração da Companhia, respectivamente:

- (a) a maioria dos acionistas não controladores titulares de ações ordinárias da Companhia, que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações ordinárias da Companhia; e
- (b) a maioria dos acionistas não controladores titulares de ações preferenciais da Companhia, que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social total da Companhia.



Caso os acionistas indicados nos itens (a) e (b) não perfaçam os quóruns exigidos para a eleição em separado, será facultado, nos termos do artigo 141, §5º da Lei 6.404/76, que eles agreguem suas ações para elegerem, em conjunto 1 (um) membro para o Conselho de Administração da Companhia, observando-se, nessa hipótese, o quórum mínimo de 10% (dez por cento) do capital social total da Companhia.

Os Acionistas que pretendam indicar candidatos ao Conselho de Administração deverão apresentar, na Assembleia, os comprovantes necessários de atendimento dos requisitos mínimos de elegibilidade aplicáveis ao cargo, previstos na Lei 6.404/76, na Resolução CMN 4.970/21 e no Anexo K da Resolução CVM 80/22. Para melhor organização dos trabalhos da Assembleia e para permitir a prévia análise dos requisitos de elegibilidade desses candidatos, sugerimos a apresentação dos documentos à Companhia até o dia 17 de abril de 2026 (inclusive).

Ressalta-se que as informações sobre os membros indicados pela Administração para compor o Conselho de Administração da Companhia acompanham a presente Proposta como Anexo III.

(iv) Eleger os seus membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal para um mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2027.

Nos termos do artigo 36 do Estatuto Social, a Companhia tem um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, composto de, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros, e igual número de suplentes.

Os Acionistas controladores da Companhia indicaram os seguintes candidatos para composição do referido órgão:

EFETIVO	SUPLENTE
Roberto Faldini	Fernando Marques Cleto Duarte
Fernando Antônio Fraga Ferreira	Mirtes Kinuko Yamamoto
Daniel Souza Barros	Antonio Patrus de Sousa Neto

Vale ressaltar que, nos termos do artigo 161, parágrafo 4º, da Lei 6.404/76, os titulares de ações preferenciais da Companhia terão direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) membro e seu respectivo suplente. Igual direito possuem os Acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto.



Ressalvado o direito de eleição em separado, conforme descrito acima, os demais Acionistas com direito a voto poderão eleger na Assembleia membros efetivos e suplentes que, em qualquer caso, serão em número igual aos dos eleitos em separado mais 1 (um).

Até o momento, a Companhia recebeu indicação dos seguintes candidatos ao Conselho Fiscal para eleição em separado pelos acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia, nos termos do art. 161, § 4º, 'a' da Lei 6.404/76, enviada pelo acionista Luiz Barsi Filho, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 006.541.838-72, com endereço na Rua Líbero Badaró, nº 425, 16º andar, Centro, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01009-905, os quais foram incluídos no boletim de voto à distância:

EFETIVO	SUPLENTE
Luciano Luiz Barsi	Jean Carlo Milanez Melo

Os Acionistas que pretendam indicar candidatos ao Conselho Fiscal deverão apresentar, na Assembleia, os comprovantes necessários de atendimento dos requisitos mínimos de elegibilidade aplicáveis ao cargo, previstos na Lei 6.404/76 e na Resolução CMN nº 4.970/21.

Para melhor organização dos trabalhos da Assembleia e para permitir a prévia análise dos requisitos de elegibilidade dos candidatos, sugerimos a apresentação dos documentos à Companhia até 17 de abril de 2026 (inclusive).

As informações sobre candidatos ao Conselho Fiscal indicados pelos Acionistas controladores e para eleição em separado pelos acionistas preferencialistas, nos termos do artigo 11 da Resolução CVM nº 81, podem ser encontradas no Anexo IV deste Manual.

(iv) Fixar a remuneração anual e global dos administradores da Companhia, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

Na Assembleia, será discutida a remuneração global e anual dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026.

Para remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no exercício social de 2026, a Administração propõe o montante global de até R\$ 139.072.197,29 (cento e trinta e nove milhões, setenta e dois mil, cento e noventa e sete reais e vinte e nove centavos).



Já para remuneração dos membros do Conselho Fiscal no exercício social de 2026, a Administração propõe a remuneração global de R\$ 927.802,71 (novecentos e vinte e sete mil, oitocentos e dois reais e setenta e um centavos).

Em atendimento ao disposto no artigo 13 da Resolução CVM nº 81, todas as informações referentes à fixação da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria encontram-se detalhadas no Anexo V ao presente Manual.



Anexo I - Comentários da Administração (Item 2 do Formulário de Referência)

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas do Banco relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 (“Demonstrações Financeiras Consolidadas”) e suas respectivas notas explicativas.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade – International Financial Reporting Standards (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas no item 2 do Formulário de Referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras do Banco ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação à receita de juros e rendimentos similares para os períodos aplicáveis para os resultados das operações do Banco, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração de seu balanço patrimonial.

Todas as informações apresentadas neste item 2.1 foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, gerando com isso arredondamentos na última unidade e podendo, portanto, divergir imaterialmente nos cálculos.

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Condições Macroeconômicas Brasileiras

Como as operações do Banco são no Brasil, seus resultados são significativamente afetados pelas condições macroeconômicas, políticas e sociais brasileiras, que têm sido voláteis nos últimos anos. Eventos externos, como acontecimentos em outras economias de mercado, também afetam, em menor escala ou indiretamente, a condição financeira e os resultados de operações do Banco.

A condição financeira e os resultados de operações do Banco são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais predominantes no Brasil e são especialmente afetados por variáveis como PIB, inflação, taxas de juros, variações cambiais e políticas fiscais do governo. Além disso, o nível de atividade na economia brasileira afeta a demanda por produtos e serviços bancários.

O PIB registrou um crescimento de 2,3% em 2025, marcando o quarto ano consecutivo de expansão econômica. O destaque deste resultado foi o crescimento do setor agropecuário, que ultrapassou 11,7% no ano. Adicionalmente, a taxa de desemprego seguiu em queda e atingiu nova mínima histórica em 2025 (média de 5,9%).

Ao longo do ano de 2025, a moeda doméstica se valorizou, na esteira de um dólar fraco no âmbito global e taxa Selic elevada. Esse fato, aliado à regularização das condições de oferta agrícola, favoreceu uma forte correção nos preços dos alimentos e dos bens industriais. Assim, o IPCA fechou o ano em 4,3% e o IGP-M fechou com deflação de 1,0%.

Apesar da inflação em queda, a desancoragem das expectativas de inflação, o mercado de trabalho apertado e a inflação de serviços pressionada forçou o Banco Central a seguir o processo de aperto monetário no 1º semestre de 2025, elevando a taxa Selic para 15,00% a.a., patamar que encerrou o ano de 2025. Por fim, a moeda doméstica apreciou cerca de 11% em 2025, encerrando o ano cotada a R\$ 5,50.

A tabela abaixo apresenta o crescimento do PIB, a inflação, as taxas de juros e a taxa de câmbio do dólar norte-americano para os períodos indicados.

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Crescimento do PIB ⁽¹⁾	2,3%	3,4%
Inflação (IGP-M) ⁽²⁾	-1,0%	6,5%
Inflação (IPCA) ⁽³⁾	4,3%	4,8%
CDI ⁽⁴⁾	14,3%	10,9%
SELIC (fim de período) ⁽⁵⁾	15,00%	12,25%
(Apreciação) Depreciação do real em relação ao dólar norte-americano (fim de período)	(11,1%)	27,9%
Taxa de câmbio no fim do período (R\$ para US\$ 1,00)	5,5024	6,1923
Taxa de câmbio média (R\$ para US\$ 1,00) ⁽⁶⁾	5,59	5,39

Fontes: IBGE, Banco Central, FGV, B3 (segmento CETIP) e Reuters

(1) Crescimento do PIB do ano em questão em relação ao ano anterior.

(2) A Inflação (IGP-M) é o índice geral de preços do mercado avaliado pela Fundação Getúlio Vargas.

(3) A Inflação (IPCA) é o índice de preços ao consumidor amplo avaliado pelo IBGE.

(4) A taxa de CDI é a média das taxas fixas de depósitos interbancários referente a um dia útil, conforme registrada e consolidada pela B3 (segmento CETIP).

(5) O COPOM periodicamente estabelece a taxa SELIC.

(6) Representa a média das taxas de câmbio no último dia de cada mês durante o período relevante.

Desempenho Financeiro

<i>(Em R\$ mil, exceto %)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Lucro Líquido (atribuível a controladora)	579.466	252.860
Retorno sobre o patrimônio líquido médio - % ⁽¹⁾	12,9%	5,9%
Retorno sobre o ativo médio - % ⁽¹⁾	1,2%	0,6%
Margem financeira líquida - % ⁽¹⁾	8,6%	9,6%
Índice de eficiência operacional - % ⁽¹⁾	49,1%	51,4%
Ativo Total	48.534.827	48.437.791
Carteira de crédito total ⁽²⁾	23.338.852	26.368.902
Patrimônio líquido (atribuível a controladora)	4.635.227	4.354.800
Captação ⁽³⁾	32.348.118	32.044.168

(1) Os itens acima estão definidos no item “2.5” deste Manual.

(2) Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado

(3) A composição do saldo de captação está demonstrada no item “2.1 (d) - Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas”.



Em 31 de dezembro de 2025 e no exercício social findo em tal data

O lucro líquido (atribuível a controladora) do Banco alcançou R\$ 579.466 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, aumento de 129,2% em relação ao lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. O aumento no lucro líquido ocorreu principalmente em razão do aumento do ganho líquido com ativos e passivos financeiros, do aumento dos juros sobre operações de crédito e da redução da provisão ao valor recuperável de ativos financeiros, parcialmente compensado pelo aumento na despesa de juros e rendimentos similares e despesas gerais e administrativas. Ao longo de 2025, o Banco seguiu seu compromisso com a entrega de um resultado operacional consistente e ROE sustentável, aderente às diretrizes estratégicas definidas para o exercício: rentabilidade, qualidade dos ativos e do capital.

A margem financeira líquida atingiu 8,6% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, uma redução de 1,0 ponto percentual em relação a margem financeira líquida no exercício social de 2024, reflexo principalmente por conta do aumento na despesa de juros e rendimentos similares, parcialmente compensada pela geração de receita recorrente advinda dos produtos de varejo do Banco e do ganho líquido com ativos e passivos financeiros.

O índice de eficiência operacional atingiu 49,1% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, uma melhora de 2,3 pontos percentuais quando comparado com o índice no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, reflexo da gestão efetiva de custos que o Banco vem realizando e do aumento das receitas. O Banco segue focado na gestão de custos através da transformação tecnológica e evolução operacional, trazendo automação, eficiência e IA consequentemente impulsionando ganhos de escala e experiência do cliente. No fechamento de 2025, 80% dos processos eram digitalizados, aumento de 15 p.p. em relação a 2024. Assim, o Banco mantém sua prioridade com a experiência positiva do cliente e a sua satisfação com os produtos e serviços.

O patrimônio líquido (atribuível a controladora) do Banco era R\$4.635.227 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$4.354.800 mil em 31 de dezembro de 2024). O retorno sobre o patrimônio líquido médio atingiu 12,9% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, aumento de 7,0 pontos percentuais quando comparado com o mesmo período do ano de 2024.

O ativo totalizava R\$48.534.827 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$48.437.791 mil em 31 de dezembro de 2024). O retorno sobre o ativo médio atingiu 1,2% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.



O saldo da carteira de crédito total era de R\$23.338.852 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$26.368.902 mil em 31 de dezembro de 2024). A redução da carteira no ano ocorreu, principalmente, em razão da diminuição do empréstimo consignado nos Estados Unidos (ativo não estratégico) e da cessão sem retenção de riscos e benefícios da carteira de empréstimo consignado e antecipação do saque-aniversário do FGTS. O Banco vem trabalhando na mudança no mix dos ativos aumentando exposição aos consignados, crédito pessoal e consignado privado, e reduzindo carteiras menos rentáveis.

O saldo de captação era de R\$32.348.118 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$32.044.168 mil em 31 de dezembro de 2024). O aumento no saldo de captação deu-se principalmente pelo aumento no saldo de letras financeiras e cessões de crédito e securitização.

b. Estrutura de Capital

A administração do Banco acredita que a atual estrutura de capital apresentou, nas datas indicadas na tabela abaixo, um equilíbrio entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em sua visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

<i>(Em R\$ mil, exceto %)</i>	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante) (a)	43.892.508	44.031.198
Participação de acionistas não controladores (b)	7.092	51.793
Capital próprio (patrimônio líquido atribuível a controladora) (c)	4.635.227	4.354.800
Capital total (a + b + c)	48.534.827	48.437.791
Percentual de capital de terceiros	90,4%	90,9%
Percentual de capital próprio	9,6%	9,0%



c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A política de gestão de ativos e passivos do Banco é maximizar o lucro bruto de intermediação financeira e retorno sobre ativos e patrimônio, garantindo liquidez e capital adequados, bem como a gestão efetiva dos riscos de taxas de juros, liquidez e vencimento.

O Banco busca minimizar os riscos associados a descasamentos entre ativos e passivos, combinando, na medida do possível, seus termos de financiamento com a estrutura de vencimento, moeda e taxa de juros dos empréstimos e arrendamentos prorrogados pelo Banco.

A área de tesouraria do Banco é responsável pela diversificação de suas fontes de financiamento, pela administração da disponibilidade de caixa e pelo controle de vencimento, exposição cambial e desencontros de taxas de juros.

A área de tesouraria do Banco segue as diretrizes estabelecidas por seu fórum de ativos e passivos (“ALCO”), que define políticas de financiamento e toma decisões sobre a estrutura de seus ativos e passivos. O ALCO também estabelece medidas de risco “*overnight*” e “*intraday*” afetadas por limites para seus desencontros de vencimentos nas posições de taxa de juros e em moeda estrangeira, levando em consideração seus limites de exposição para cada produto e o segmento de mercado, bem como a volatilidade e as correlações de risco em diferentes mercados.

A Administração entende que o Banco apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. A Liquidez de Curto Prazo (LCR) do Banco em 31 de dezembro de 2025 era de 627%, quando comparada com a LCR de 31 de dezembro de 2024 de 675%. Em 31 de dezembro de 2025, o Banco possuía R\$ 32.348.118 mil de saldo de captações.

Para maiores informações sobre a capacidade de pagamento do Banco, vide item 2.1(d) abaixo.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de financiamento do Banco são: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) depósitos a prazo; (iii) letras financeiras; e (iv) cessões de crédito com e sem retenção substancial de riscos e benefícios.



Captação

A tabela a seguir apresenta um resumo dos tipos de financiamento (captações) obtidos pelo Banco até as datas indicadas:

(Em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Depósitos a prazo e interfinanceiros	22.165.592	24.632.860
Depósitos a vista	369.446	376.664
Cessões de crédito e securitização	4.908.771	4.114.237
Letras financeiras e de crédito		
Sênior	3.431.975	1.764.492
Subordinadas & Perpétuas	1.142.386	1.072.393
LCA & LCI	31.582	521
Repasse	298.366	83.001
Saldo de Captação Total	32.348.118	32.044.168

Depósitos

O Banco busca diversificar seu financiamento, procurando linhas sustentáveis e de longo prazo. Neste sentido, nos últimos anos, houve uma mudança no perfil de captação do Banco, visando reforçar a estratégia de redução dos custos de captação.

O Banco acredita que os depósitos com o mercado são uma fonte importante de financiamento. Os depósitos a prazo encerraram 31 de dezembro de 2025 com um saldo de R\$ 22.165.592 mil, representando 68,5% do total de captações do Banco na data e os depósitos à vista encerraram na mesma data com um saldo de R\$369.446 mil. Os depósitos são compostos das seguintes linhas: (i) CDB: depósitos a prazo para varejo e investidores institucionais; (ii) CDI: depósitos interbancários exclusivamente para instituições brasileiras; (iii) DPGE: depósito a prazo com garantia especial, e (iv) depósitos à vista.

Letras financeiras e de crédito

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco tinha R\$ 4.605.943 mil de letras financeiras (LF) e letras de crédito (LCA e LCI) em circulação. Do total de letras financeiras em 31 de dezembro de 2025, R\$ 112.034 mil referem-se a Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas e R\$ 1.030.352 mil referem-se a Letras Financeiras Subordinadas. Ainda, o Banco tem como estratégia na atuação recorrente no mercado de capitais, com o objetivo de aproximar dos investidores institucionais, fomentar a liquidez do Bmg e criar referência de curva de juros no mercado institucional. Em junho e novembro de 2025, concluímos as captações em Letras Financeiras, ambas em montante de R\$ 300 milhões cada.

Cessões de crédito e securitização



Em 31 de dezembro de 2025, o Banco tinha um saldo de R\$ 4.908.771 mil em empréstimos cedidos com retenção de riscos e benefícios a outras instituições financeiras e a investidores institucionais. Ainda, seguindo com a estratégia de ser um emissor recorrente no mercado de capitais, efetuamos, em junho de 2025, a emissão de debêntures sênior via companhia securitizadora, com lastro em cartões consignados e cartões consignados benefício no montante de R\$ 1,5 bilhão.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Devido às fontes estáveis e diversificadas de captação de recursos do Banco, que incluem uma grande base de depósito de seus clientes conforme detalhado no item 2.1.d acima, o Banco historicamente não teve problemas de liquidez.

Como parte da gestão do risco de liquidez, o Banco possui um plano formal com medidas a serem tomadas em cenários de crise de liquidez sistêmica e/ou decorrentes de eventual risco de imagem do Banco. Esse plano de contingência de liquidez contém parâmetros de atenção, além de medidas e ações preventivas a serem acionadas em momentos de deficiência de liquidez, caso as reservas fiquem abaixo de determinados parâmetros.

Como fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas para cobertura de deficiências de liquidez, poderão ser utilizados os seguintes recursos: (i) redução da produção de ativos; (ii) reforço na captação de depósitos; (iii) liquidação de operações de derivativos que possam gerar caixa; e (iv) outras iniciativas de securitização em mercado de capitais reforçando o caixa.

Além disso, em algumas circunstâncias, o Banco poderá obter recursos de emergência do Banco Central do Brasil por meio de uma transação denominada “redesconto”. Redesconto é uma linha de crédito que o Banco Central do Brasil disponibiliza a uma instituição financeira como fonte de liquidez adicional. Os empréstimos de redesconto são garantidos por títulos públicos federais de propriedade da instituição financeira que toma esses recursos emprestados. O montante de títulos públicos federais mantidos por uma instituição financeira como disponíveis para venda limita o valor do empréstimo de redesconto que a instituição financeira pode tomar emprestado.



As operações de redesconto não são comuns no mercado brasileiro e são celebradas, na maioria dos casos, por instituições em dificuldades financeiras. O Banco nunca obteve recursos do Banco Central do Brasil com o uso de operações de redesconto.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em agosto de 2011, o FGC, dentro de seu propósito institucional, concedeu uma linha de crédito ao Banco para viabilizar a aquisição de 100% do capital social do Banco Schahin. O saldo remanescente de tal obrigação é de R\$ 572.369 mil, considerando a data-base de 31 de dezembro de 2025, e sua liquidação ocorrerá no prazo de 15 anos a contar da data de fechamento do Contrato de Compra e Venda.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há relações de longo prazo com outras instituições financeiras que sejam relevantes para o Banco e suas controladas.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Conforme indicado no item 2.1(d)(i) acima, o Banco emitiu Letras Financeiras Subordinadas e Subordinadas Perpétuas que, em 31 de dezembro de 2025, totalizavam R\$ 1.030.352 mil e R\$ 112.034 mil, respectivamente.

Em caso de liquidação judicial ou extrajudicial ou decretação de falência do Banco, a lei estabelece a ordem de preferência quanto ao pagamento dos diversos credores da massa. Especificamente com relação às dívidas que compõem o endividamento do Banco, deve ser observada a seguinte ordem de pagamento: (i) dívidas com garantia real, até o limite do valor do bem gravado; (ii) dívidas quirografárias; (iii) dívidas subordinadas elegíveis a compor o Nível II do Patrimônio de Referência do Banco; e (iv) dívidas subordinadas elegíveis a compor o Nível I do Patrimônio de Referência do Banco. Vale dizer que, em relação às dívidas com garantia real, os credores preferem aos demais até o limite do ativo dado em garantia, sendo considerados credores quirografários em relação ao sobejo. Não há grau de subordinação entre os diversos credores quirografários, assim como não há grau de subordinação entre os credores da mesma classe de dívida subordinada, preferindo, entretanto, os credores de dívidas



subordinadas elegíveis a compor o Nível II do Patrimônio de Referência do Banco aos credores de dívidas subordinadas elegíveis a compor o Nível I do Patrimônio de Referência do Banco.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As instituições financeiras estão sujeitas aos limites operacionais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil para funcionamento, conforme disposições da regulamentação em vigor, em especial a Lei nº 4.595/1964, que instituiu o Sistema Financeiro Nacional, a Resolução do CMN nº 4.019/2011, que dispõe sobre medidas prudenciais preventivas destinadas a assegurar a solidez, a estabilidade e o regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional, e a Resolução do CMN nº 4.958/2021, que dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP).

Dentre os limites estabelecidos, destacam-se: (i) Patrimônio de Referência compatível com os riscos de sua atividade; (ii) de imobilizações, que limita a 50% do valor do Patrimônio de Referência o total dos recursos aplicados no ativo permanente; (iii) de exposição por cliente, que estabelece o limite máximo de 25% do valor do Patrimônio de Referência de exposição por cliente; e (iv) limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido para funcionamento.

Na data do Formulário de Referência, o Banco e suas controladas cumprem com todas as obrigações e limites estabelecidos pela regulamentação em vigor.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data do Formulário de Referência, o Banco não mantém linhas de crédito pré-aprovadas cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

A utilização dos financiamentos contratados pelo Banco em novas operações de crédito é limitada à manutenção de seu Índice de Basileia acima do mínimo regulatório de 10,5%, sendo que o índice do Banco em 31 de dezembro de 2025 era de 13,2%.



h. Alterações significativas em itens das demonstrações financeiras de resultado e de fluxo de caixa

As análises e discussões a seguir fornecem aos investidores informações derivadas das Demonstrações Financeiras Consolidadas e das Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco, de acordo com as normas do IFRS, emitidas pelo IASB, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em R\$ mil, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de				
	2025	AV	2024	AV	AH
Receita de juros e rendimentos similares	8.733.913	100,0%	8.743.116	100,0%	-0,1%
Despesa de juros e rendimentos similares	(6.114.060)	-70,0%	(4.029.407)	-46,1%	51,7%
Receita líquida de juros	2.619.853	30,0%	4.713.709	53,9%	-44,4%
Receita de prestação de serviços	150.734	1,7%	173.042	2,0%	-12,9%
Resultado de participação em coligadas	83.055	1,0%	68.295	0,8%	21,6%
Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros	575.699	6,6%	(1.222.261)	-14,0%	-147,1%
Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.530.480)	-17,5%	(1.885.183)	-21,6%	-18,8%
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	227.568	2,6%	180.602	2,1%	26,0%
Despesas gerais e administrativas	(1.803.939)	-20,7%	(1.696.198)	-19,4%	6,4%
Despesas tributárias	(244.230)	-2,8%	(194.117)	-2,2%	25,8%
Outras receitas (despesas) operacionais	280.203	3,2%	(88.575)	-1,0%	-416,3%
Outros resultados não operacionais	10.385	0,1%	72.607	0,8%	-85,7%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	368.848	4,2%	121.921	1,4%	202,5%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(234.428)	-2,7%	(400.112)	-4,6%	-41,4%
Imposto de renda e contribuição social diferido	452.884	5,2%	557.540	6,4%	-18,8%
Lucro líquido do exercício	587.304	6,7%	279.349	3,2%	110,2%
Atribuível a:					
Controladora do grupo	579.466		252.860		
Participação de não-controladores	7.838		26.489		
Lucro básico e diluído por ação	0,9885		0,4342		

O lucro líquido (atribuível a controladora) do Banco atingiu R\$ 579.466 mil, aumento de 129,2% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação a R\$ 252.860 mil no mesmo período de 2024. O aumento no lucro líquido ocorreu principalmente em razão do aumento do ganho líquido com ativos e passivos financeiros, do aumento dos juros sobre operações de crédito e da redução da provisão ao valor recuperável de ativos financeiros,



parcialmente compensado pelo aumento na despesa de juros e rendimentos similares e despesas gerais e administrativas. Ao longo de 2025, o Banco seguiu seu compromisso com a entrega de um resultado operacional consistente e ROE sustentável, aderente às diretrizes estratégicas definidas para o exercício: rentabilidade, qualidade dos ativos e do capital.

Receita de juros e rendimentos similares

A receita de juros e rendimentos similares reduziu em 0,1% para R\$ 8.733.913 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação a R\$ 8.743.116 mil no mesmo período em 2024. A receita de juros e rendimentos similares inclui receita de operações de crédito, líquida das despesas de comissão, e operações de títulos e valores mobiliários. O aumento na receita de juros da carteira de crédito do Banco foi atribuível, principalmente, pela geração de receita recorrente advinda dos produtos de varejo. Ainda, como parte da estratégia do Banco de maximizar a geração de valor, foram realizadas cessões sem retenção substancial de riscos e benefícios da carteira de empréstimo consignado, beneficiando as receitas de crédito no período. Por outro lado, a receita de juros e rendimentos similares foi impactada pela redução da receita de juros de outros ativos financeiros.

Despesa de juros e encargos similares

A despesa de juros e encargos similares aumentou 51,7% para R\$ 6.114.060 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação a R\$ 4.029.407 mil no mesmo período em 2024. Ao longo dos últimos anos, o Banco vem ampliando o relacionamento com os investidores institucionais, diversificando as fontes de captação através de cessões de crédito com retenção de riscos e benefícios e emissões de letras financeiras, permitindo melhor gestão do fluxo de vencimento dos ativos e passivos e reduzindo o prêmio de risco das novas captações. Devido a estrutura de *hedge* natural, as despesas de captação oscilam de acordo com a variação do IPCA, refletindo o *hedge* natural contabilizado na linha de receita com operações de títulos e valores mobiliários dentro de receita de juros e rendimentos similares. Ainda, o Banco faz uso de instrumentos financeiros derivativos para *hedge* próprio e de clientes, visando a proteção de balanço.

Receita de prestação de serviços

A receita de prestação de serviços reduziu em 12,9% para R\$ 150.734 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação a R\$ 173.042 mil no mesmo período em 2024. A redução é justificada pela menor receita de tarifas do varejo.



Resultado de participação em coligadas

O resultado de participação em coligadas atingiu R\$ 83.055 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação a R\$ 68.295 mil no mesmo período de 2024. Tal aumento é decorrente, principalmente, de um resultado de equivalência patrimonial positivo da Bmg Corretora e da Araújo Fontes.

Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros

O ganho líquido com ativos e passivos financeiros atingiu R\$ 575.699 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação a uma perda de R\$ 1.222.261 mil no mesmo período em 2024, devido a variação nos indexadores que é compensada nas despesas de juros. O Banco faz uso de instrumentos financeiros derivativos para *hedge* próprio e de clientes, visando a proteção de balanço.

Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros e Recuperação de créditos baixados como prejuízo

A provisão ao valor recuperável de ativos financeiros líquida da recuperação de créditos baixados como prejuízo reduziu 18,8%, atingindo R\$ 1.530.480 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação a uma despesa de R\$ 1.704.581 mil no mesmo período em 2024. Desde o ano de 2023, o Banco adotou novas políticas e ações de crédito e de cobrança que vem refletindo na qualidade dos ativos, e também vem originando crédito com mais qualidade.

Despesas gerais e administrativas, tributárias e outras receitas (despesas) operacionais

As despesas gerais, administrativas, tributárias e outras receitas (despesas) operacionais reduziram 10,7% para R\$ 1.767.966 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação a R\$ 1.978.890 mil no mesmo período em 2024. O Banco segue focado na gestão de custos através da transformação tecnológica e evolução operacional, trazendo automação, eficiência e IA consequentemente impulsionando ganhos de escala e experiência do cliente. No fechamento de 2025, 80% dos processos eram digitalizados, aumento de 15 p.p. em relação a 2024. Assim, o Banco mantém sua prioridade com a experiência positiva do cliente e a sua satisfação com os produtos e serviços.



Ainda, em relação às ações cíveis massificadas, o Banco segue atuando proativamente em frentes estratégicas em quatro pilares jurídicos que visam mitigar a entrada de novas ações e aumentar a taxa de êxito nas ações judiciais já existentes. São eles: (i) projeto de visitas junto ao Poder Judiciário com o objetivo de esclarecer os produtos existentes do Banco e a atuação no mercado, (ii) combate à litigância abusiva em âmbito nacional, (iii) performance dos escritórios parceiros, e (iv) a constante retroalimentação de fluxos e procedimentos internos, com o objetivo de melhoria contínua na experiência do cliente e redução de novas ações judiciais.

Outros resultados não operacionais

Os outros resultados não operacionais atingiram uma receita de R\$ 10.385 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação a R\$ 72.607 mil no mesmo período em 2024. Em 2025 houve o reconhecimento da venda da Bmg Seguros no resultado, e em 2024 o montante da receita deve-se, principalmente, ao resultado bruto negativo devido a marcação a valor justo referente a venda da Bmg Seguros, ao resultado bruto positivo da aquisição adicional de 9% do capital social da Bmg Corretora pela Wiz, e ao resultado bruto positivo da venda da Granito.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas relacionadas a imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos foram uma receita de R\$ 218.456 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação a uma receita de R\$ 157.428 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Essa variação deveu-se principalmente pelo benefício fiscal pelo pagamento de juros sobre capital próprio e benefício fiscal advindo da Lei do Bem que afetaram ambos os exercícios sociais.

FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO

A tabela a seguir apresenta as principais variações na saída de caixa durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme indicado abaixo:



(Em R\$ mil)	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) Atividades Operacionais	(1.231.778)	836.885
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) Atividades de Investimento	(273.944)	(271.661)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) Atividades de Financiamento	368.831	265.025
Aumento (redução) líquido no caixa	(1.136.891)	830.249

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais

O caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 1.231.778 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 comparado ao caixa gerado nas atividades operacionais de R\$ 836.885 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Essa variação no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais negativa de R\$ 2.068.663 mil, ou 247,2%, é justificada, principalmente, pela variação em passivos financeiros ao custo amortizado, neutralizados pelos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, e pela variação em TVMs pelo valor justo de outros resultados abrangentes e pelo valor justo por meio do resultado.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 273.944 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, comparado a um fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento de R\$ 271.661 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Essa variação negativa de R\$ 2.283 mil, ou 0,8%, é justificada principalmente pela aquisição e venda de participação acionária ocorrida em 2025.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 368.831 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 comparado a um caixa líquido gerado nas atividades de financiamento de R\$ 265.025 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Essa variação positiva de R\$ 103.806 mil, ou 39,2%, é justificada principalmente pela emissão de letras financeiras.



2.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas financeiras do Banco são compostas pelas receitas de juros e rendimentos similares e receitas de prestação de serviços.

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, as receitas de juros e rendimentos similares eram oriundas da carteira de crédito, principalmente das operações de consignado e de varejo PF, já líquidas das despesas de comissão, e dos resultados com títulos e valores mobiliários (TVM). As receitas de operações de crédito estão diretamente vinculadas às taxas de juros cobradas sobre tais operações e à variação da demanda por crédito. As receitas de TVM estão diretamente vinculadas à remuneração de cada título, sendo principalmente atreladas à taxa de juros e inflação no Brasil.

As receitas de prestação de serviços são compostas principalmente: pela receita de intercâmbio através do uso para compras dos cartões de crédito e débito, tarifas do varejo e tarifas e fees oriundos do segmento de atacado e das operações em mercado de capitais.

Com base nas demonstrações financeiras em IFRS, a tabela abaixo apresenta os principais componentes da receita para os períodos/exercícios informados:

(em milhares de R\$)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2025
Receita de juros e rendimentos similares	8.733.913
Receitas de prestação de serviços	150.734
Total das receitas	8.884.647

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

Os resultados operacionais do Banco são substancialmente oriundos das operações de consignação e de varejo PF, variáveis macroeconômicas, tais como flutuações nas taxas de juros e na inflação, que impactam diretamente a sua demanda por crédito e a sua capacidade de captação, indicados no item 2.2 (c) abaixo.



b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A linha de receitas de juros e rendimentos similares, composta principalmente pela receita de crédito e de títulos e valores mobiliários, foi beneficiada principalmente pelo crescimento da carteira dos produtos de varejo e também por conta das cessões sem retenção substancial de riscos e benefícios realizadas, beneficiando as receitas de crédito no ano de 2025. Por outro lado, houve redução no saldo da carteira de títulos e valores mobiliários no período.

As receitas de prestação de serviços tiveram um decréscimo de 12,9% devido à redução nas rendas de tarifas bancárias.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os resultados operacionais do Banco são oriundos principalmente da concessão de operações de crédito pessoal e consignado, sendo que as seguintes variáveis macroeconômicas podem impactar seus resultados:

- ***Taxa de Juros:*** um aumento nas taxas de juros eleva também o custo médio da captação pós-fixada do Banco, atrelada ao CDI – Certificado de Depósito Interbancário. Em um cenário de queda da taxa de juros ocorre o oposto: há uma queda no custo de captação, dado que reduz o custo da parcela pós-fixada da captação.
- ***Inflação:*** a inflação também é um elemento de efeito direto e indireto sobre a captação, com seu efeito na taxa de juros sendo o mais impactante no que se refere a captação. Diretamente, pois parte do saldo de captação do Banco é pós-fixado atrelado ao IPCA - Índice de Preços ao Consumidor. Indiretamente, pois o principal instrumento de política monetária à disposição do Banco Central do Brasil para mitigar pressões inflacionárias é a taxa de juros. Quando há um aumento generalizado de preços, aumentos na taxa de juros são realizados no intuito de conter a espiral de preços, pois elevam o custo do dinheiro ao longo do tempo. Por outro lado, quando a inflação está ancorada em níveis confortáveis o Banco Central do Brasil tem espaço para cortar a taxa de juros, reduzindo tal custo.



Importante destacar que esses impactos são parcialmente mitigados através de operações de proteção de balanço (*hedge*) e na gestão da precificação no momento da originação dos ativos.

2.3. Os diretores devem comentar:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

O Banco não sofreu alteração que tenha resultado em efeitos significativos com relação a sua prática contábil, preservando o conteúdo e forma de publicação, conforme última demonstração financeira apresentada, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, permanecendo em consonância com as normas aprovadas pela CVM.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

O Banco não sofreu alteração que tenham resultado em efeitos significativos com relação a sua prática contábil, preservando o conteúdo e forma de publicação, conforme última demonstração financeira apresentada, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, permanecendo em consonância com as normas aprovadas pela CVM.

c. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do Banco, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, foi apresentado sem opiniões modificadas, ressalvas ou ênfases.



2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Nossos diretores entendem que o Banco não sofreu nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Venda Bmg Seguros S.A.

Em 05 de setembro de 2024, o Banco celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Dayprev Vida e Previdência S.A. ("Dayprev"), seguradora pertencente ao grupo do Banco Daycoval S.A., por meio do qual as partes estabeleceram os termos e condições para a alienação, pela subsidiária do Banco, a Bmg Participações em Negócios Ltda., à Dayprev, da totalidade das ações ordinárias de emissão da Bmg Seguros S.A. ("Bmg Seguros"). Em setembro de 2024, a BMG Seguros deixou de fazer parte do consolidado e foi classificada como investimentos mantidos para venda e avaliada a valor justo. A Dayprev pagou o valor de R\$ 92,4 milhões pela aquisição das ações ordinárias de emissão da Bmg Seguros. A Operação foi concluída em 8 de janeiro de 2025.

Aquisição participação Bmg Seguradora S.A.

Em 29 de abril de 2025, a subsidiária do Banco, a Bmg Participações em Seguradoras Ltda. ("Bmg Participações em Seguradoras"), celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Phoenix One Participações S.A. ("Phoenix"), por meio do qual as partes estabeleceram os termos e condições para a aquisição, pela Bmg Participações em Seguradoras, da totalidade da participação acionária detida pela Phoenix na Bmg Seguradora S.A. ("Bmg Seguradora"), correspondente a 40% do seu capital social. O fechamento da operação ocorreu em 29 de agosto de 2025, pelo valor total de R\$ 65 milhões, passando o Banco, por meio da Bmg Participações em Seguradoras, a deter 100% das ações de emissão da Bmg Seguradora.



c. Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação ao Banco ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas suas demonstrações financeiras ou seus resultados.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

As informações deste item são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 do Banco, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

São também apresentadas no item 2.11 deste Formulário de Referência as informações constantes deste item 2.5 derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 do Banco, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada e as normas estabelecidas pelo Banco Central (“BACEN GAAP”).

a. Informar o valor das medições não contábeis

O Banco divulgou neste Formulário de Referência para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 as seguintes medições não contábeis, derivadas das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o IFRSs:

	Exercício findo em 31/12/2025
Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE)	12,9%
Retorno sobre o ativo médio (ROAA)	1,2%
Margem financeira líquida	8,6%
Índice de eficiência operacional	49,1%
Despesa de Provisão Líquida de Recuperação sobre carteira média	5,2%

Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE)

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio corresponde ao lucro líquido (atribuível a controladora) do período dividido pelo patrimônio líquido (atribuível a controladora) médio dos últimos 5 trimestres, considerando os saldos de final de trimestre para o cálculo da média aritmética simples.



Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio não é uma medida reconhecida pelas IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Retorno Sobre o Ativo Médio (ROAA)

O Retorno sobre o Ativo Médio corresponde ao lucro líquido (atribuível a controladora) do período dividido pelo ativo total médio dos últimos 5 trimestres, considerando os saldos de final de trimestre para o cálculo da média aritmética simples. O Retorno Sobre o Ativo Médio não é uma medida reconhecida pelas IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Margem Financeira Líquida

A Margem Financeira Líquida é calculada por meio da divisão da (i) receita líquida de juros, acrescida do ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros e receitas de prestação de serviços pelos (ii) ativos rentáveis médios dos últimos 5 trimestres, considerando os saldos de final de trimestre para o cálculo da média aritmética simples.

A Margem Financeira Líquida não é uma medida reconhecida pelas IFRS, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez, não sendo, ainda, considerada como base para distribuição de dividendos. A Margem Financeira Líquida não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Índice de Eficiência Operacional

O Índice de Eficiência Operacional é definido pela razão entre (i) o somatório das despesas gerais e administrativas com outras despesas operacionais líquidas de receitas e (ii) o somatório



da receita líquida de juros, com o ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros, com receita de prestação de serviços com despesas tributárias.

O Índice de Eficiência Operacional não é uma medida reconhecida pelas IFRSs, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez, não sendo considerada como base para distribuição de dividendos. O Índice de Eficiência Operacional não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Despesa de Provisão sobre Carteira Média

A Despesa de Provisão sobre Carteira Média corresponde a despesa de provisão ao valor recuperável de ativos financeiros, líquida da receita de recuperação de crédito baixado como prejuízo dividida pela carteira de crédito total média dos últimos 5 trimestres, considerando os saldos de final de trimestre para o cálculo da média aritmética simples. A Despesa de Provisão sobre Carteira Média não é uma medida reconhecida pelas IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

b. Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras

Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE)

(Em mil de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2025
Lucro líquido (atribuível a controladora) no período	579.466
Patrimônio líquido (atribuível a controladora) no período (t)	4.635.227
Patrimônio líquido (atribuível a controladora) no período (t-1)	4.592.164
Patrimônio líquido (atribuível a controladora) no período (t-2)	4.472.589
Patrimônio líquido (atribuível a controladora) no período (t-3)	4.388.311
Patrimônio líquido (atribuível a controladora) no período (t-4)	4.354.800
Retorno sobre o patrimônio líquido médio	12,9%



Para fins da tabela acima: t = trimestre de referência; t-1 = trimestre anterior; t-2 = dois trimestres anteriores; t-3 = três trimestres anteriores e t-4 = quatro trimestres anteriores.

Retorno sobre o ativo médio (ROAA)

(Em mil de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2025
Lucro líquido (atribuível a controladora) no período	579.466
Ativo total no período (t)	48.534.827
Ativo total no período (t-1)	48.255.437
Ativo total no período (t-2)	48.301.069
Ativo total no período (t-3)	50.599.751
Ativo total no período (t-4)	48.437.791
Retorno sobre o ativo médio	1,2%

Para fins da tabela acima: t = trimestre de referência; t-1 = trimestre anterior; t-2 = dois trimestres anteriores; t-3 = três trimestres anteriores e t-4 = quatro trimestres anteriores.

Margem Financeira Líquida

(Em mil de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2025
Receita Líquida de Juros	2.619.853
Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros	575.699
Receita de prestação de serviços	150.734
Margem Financeira Líquida	3.346.286
Ao custo amortizado	
Aplicações no mercado aberto, em depósitos interfinanceiros e títulos e valores mobiliários	4.445.304
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras	90
Operações de crédito e arrendamento mercantil	23.338.852
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	
Títulos e valores mobiliários	8.148.634
Ao valor justo por meio do resultado	
Instrumentos financeiros derivativos	54.342
Títulos e Valores Mobiliários	4.059.793
Ativo gerador de receita exercício atual t-0	40.047.015
Ativo gerador de receita exercício anterior t-1	37.794.998
Ativo gerador de receita exercício anterior t-2	37.800.625
Ativo gerador de receita exercício anterior t-3	37.702.683
Ativo gerador de receita exercício anterior t-4	41.349.994



Margem Financeira Líquida

8,6%

Para fins da tabela acima: t = trimestre de referência; t-1 = trimestre anterior; t-2 = dois trimestres anteriores; t-3 = três trimestres anteriores e t-4 = quatro trimestres anteriores.

Índice de Eficiência Operacional

(Em mil de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2025
Despesas gerais e administrativas	(1.803.939)
Outras receitas (despesas) operacionais	280.203
Total de Despesas	(1.523.736)
Receita líquida de juros	2.619.853
Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros	575.699
Receitas de prestação de serviços	150.734
Despesas tributárias	(244.230)
Total de Receitas	3.102.056
Índice eficiência operacional	49,1%

Despesa de provisão sobre carteira média

(Em mil de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2025
Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.530.480)
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	227.568
Despesa de Provisão Líquida de Recuperação	(1.302.912)
Carteira de crédito t-0	23.338.852
Carteira de crédito t-1	24.923.490
Carteira de crédito t-2	24.316.550
Carteira de crédito t-3	25.246.439
Carteira de crédito t-4	26.368.902
Despesa de provisão sobre carteira média	5,2%

Para fins da tabela acima: t = trimestre de referência; t-1 = trimestre anterior; t-2 = dois trimestres anteriores; t-3 = três trimestres anteriores e t-4 = quatro trimestres anteriores.



c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Retorno sobre o patrimônio líquido (ROAE): o Banco entende que a medição é adequada pois é a melhor forma de mensurar sua capacidade de gerar valor a partir dos recursos de seus acionistas.

Retorno sobre ativo médio (ROAA): o Banco entende que a medição é adequada pois é a melhor forma de mensurar sua capacidade de gerar valor a partir dos seus ativos.

Margem financeira líquida: o Banco entende que a medição é adequada pois demonstra a capacidade do Banco em gerar receita através da gestão de seus ativos rentáveis.

Índice de eficiência: o Banco entende que a medição é adequada pois demonstra a eficiência do Banco em gerir suas operações, visto que representa a relação entre as despesas operacionais incorridas para a geração de receita.

Despesa de provisão sobre carteira média: o Banco entende que a medição é adequada pois demonstra o custo de risco da carteira de crédito do Banco.

Os indicadores acima mencionados são amplamente utilizados por instituições financeiras no mercado.



2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

Em 21 de janeiro de 2026, o Banco comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o seu Conselho de Administração, em reunião realizada naquela data, aprovou um aumento de capital privado no montante de até R\$214.000 mil.

O Aumento de Capital será realizado dentro do limite do capital autorizado previsto no estatuto social do Banco e contemplará a emissão para subscrição privada de, no mínimo, 35.896.604 novas ações nominativas e sem valor nominal e, no máximo, 49.195.402 novas ações nominativas e sem valor nominal ("Ações"), ao preço de emissão de R\$4,35 por Ação.

O preço de emissão por Ação foi fixado, sem diluição injustificada para os atuais acionistas do Banco, com base no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, levando-se em consideração o preço médio de fechamento dos últimos 10 dias anteriores a 20 de janeiro de 2026 (inclusive) das ações de emissão do Banco e um deságio de 12,68%.

Os acionistas terão direito de preferência para subscrição das Ações no período de 30 de janeiro de 2026 (inclusive) a 02 de março 2026 (inclusive), na proporção de 8,251258595% (fator de subscrição) da posição acionária da mesma espécie que possuíam no capital do Banco no final do dia 29 de janeiro de 2026 (inclusive).

No contexto do Aumento de Capital, os acionistas controladores pretendem exercer seu direito de subscrição, no montante de R\$156 milhões.

Adicionalmente, conforme Aviso aos Acionistas divulgado no dia 19 de março de 2026, o Conselho de Administração do Banco homologou o aumento de capital no valor total de R\$213.999.998,70. O Banco esclarece que o aumento de capital está sujeito, ainda, à aprovação pelo Banco Central do Brasil, nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2025	
a. Regras sobre retenção de lucros	Em linha com a Lei nº 6.404/76 e com o Estatuto Social do Banco, a administração propôs que a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 seja realizada da seguinte forma: • 5%, correspondente a R\$28.034 mil, para a constituição da reserva legal, sendo certo que o atual montante da reserva legal não excedeu o limite de 20% do capital social; • O Banco destinou, durante o exercício social de 2025, o montante de R\$ 323.619mil a título de Juros sobre o Capital Próprio. A proposta da administração é que tais valores declarados a título de juros sobre o capital próprio sejam imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, o que resultará em montante superior ao mínimo exigido no Estatuto Social do Banco e na legislação em vigor. • O saldo restante, de R\$ 209.032mil foi destinado a reserva de lucros. Adicionalmente, o Banco pode destinar parcela do resultado para constituição de reserva de contingência e reserva de incentivos fiscais (decorrente de subvenções governamentais para investimentos). Ressalta-se que tais reservas não foram movimentadas ou não tinham saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
a.i. Valores das Retenções de Lucros	Reserva Legal: R\$ 28.034 mil Reserva de lucros: R\$ 209.032mil
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva legal: 5% Juros sobre capital próprio imputados aos dividendos: 58% Reserva de lucros: 37%

b. Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social do Banco estabelece que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório. Em conformidade com a Lei nº 6.404/76, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto sobre a renda. Ainda, a Lei nº 6.404/76 autoriza que o Banco pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A prática de distribuição de dividendos segue a regra da Lei nº 6.404/76, ou seja, de distribuição anual, podendo também o Banco, por deliberação do Conselho de Administração, declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Ainda, o Conselho de Administração pode levantar balanço e declarar dividendos, à conta de lucro apurado nesses balanços, em períodos mensais, bimestrais ou trimestrais, respeitado o limite legal. Conforme política de destinação de resultados, a distribuição de lucros deverá ser deliberada trimestralmente em reunião do Conselho de Administração, sendo que a efetiva distribuição dependerá da avaliação das condições financeiras, estratégicas e regulatórias.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais,	Salvo pelo disposto na Lei nº 6.404/76, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pelo Banco. Em certas situações, o Banco Central do Brasil poderá, nos termos da regulação em vigor, determinar a adoção de medidas prudenciais preventivas para propor a limitação ou suspensão da distribuição de dividendos em o montante superior aos limites mínimos legais.

administrativas ou arbitrais	
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	O Banco possui uma política de destinação de resultados aprovada pelo Conselho de Administração em 25 de setembro de 2025 e está disponível para consulta no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site de Relações com Investidores do Banco (www.bancobmg.com.br/ri), no menu Governança Corporativa > Estatuto, Políticas e Acordos.



2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

Os ativos e passivos detidos pelo Banco, direta ou indiretamente, considerados *off-balance sheet*, estão evidenciados na nota explicativa 4.1.1, que faz parte das Demonstrações Financeiras do Banco em IFRS.

Abaixo estão demonstrados os montantes que representam o risco total dos itens não registrados no balanço patrimonial (*off balance*):

(Reais mil)	Exercício social (31.12.2025)
Avais e Fianças	351.378
Créditos a liberar	5.154.914
Total	5.506.292

i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais o Banco mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025.

ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial do Banco em 31 de dezembro de 2025.

iii. Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados no balanço patrimonial do Banco em 31 de dezembro de 2025.



iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial do Banco em 31 de dezembro de 2025.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2025.



2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8 acima, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.



2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Em 2025, o Banco investiu R\$ 334 milhões (crescimento de 1% comparado com o ano anterior) no suporte de sua operação e na melhoria contínua de seus sistemas.

Em 2025, o Banco manteve o direcionamento de seus esforços e investimentos em iniciativas voltadas à estabilidade, escalabilidade e alta disponibilidade, sempre com o cliente no centro de suas decisões. Em continuidade aos movimentos estruturantes já iniciados no ano anterior, avançou no aprimoramento da experiência dos clientes e no fortalecimento da estrutura organizacional, com foco em eficiência e sustentabilidade operacional.

Ao longo do período, o Banco evoluiu as frentes de modernização tecnológica e transformação digital, com avanços na eficiência operacional, no fortalecimento do modelo de atendimento, na modernização da infraestrutura e da arquitetura de soluções, no reforço dos mecanismos de segurança e na consolidação da estrutura de dados, sustentando o crescimento do negócio e a aderência às melhores práticas de mercado.

O Banco Bmg enxerga a inteligência artificial como um pilar estratégico para o futuro do negócio, atuando como um habilitador central da inovação, da agilidade e da transformação da forma como trabalhamos, decidimos e geramos valor. A visão da empresa é que a IA deixe de ser apenas um conjunto de iniciativas pontuais e se torne estrutural no modelo operacional e cultural.

Desde 2024, o Banco Bmg tem acelerado a democratização do uso de dados e IA, promovendo o desenvolvimento contínuo de proficiência dos colaboradores, consolidando práticas e avançado para integrar a IA plenamente ao dia a dia das áreas. Essa jornada permitirá que o Banco opere com mais autonomia, eficiência, governança e foco em inovação.

Avançamos na adoção do uso de IA Generativa, com governança, sempre com supervisão humana. Em 2025, o Bmg estruturou mais de 40 iniciativas voltadas à eficiência operacional, segurança e modernização de processos.

Neste sentido, seguem abaixo as principais evoluções e investimentos realizados:

- Evolução das esteiras digitais e operacionais, com foco no aumento da eficiência, escalabilidade e previsibilidade dos processos ponta a ponta, contribuindo para maior agilidade na entrega de valor ao negócio.
- Fortalecimento do modelo de atendimento, promovendo maior integração entre os canais, melhoria da experiência do cliente e ampliação da capacidade de resposta às demandas, com visão unificada da jornada.
- Avanço no programa de migração e modernização de Data Center, visando maior resiliência, disponibilidade, flexibilidade operacional e aderência às melhores práticas de infraestrutura.
- Evolução da arquitetura de soluções de empréstimos, com foco em modularidade, escalabilidade, segurança e sustentação do crescimento do negócio, suportando novas jornadas e produtos.
- Reforço da camada de segurança por meio da evolução das APIs e dos mecanismos de proteção, garantindo maior confiabilidade, governança e aderência aos requisitos regulatórios e de cibersegurança.
- Consolidação da estrutura de dados, promovendo padronização, ganho de eficiência operacional e sustentação da estratégia de transformação digital.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A fonte dos recursos investidos nas soluções de tecnologia é resultado da geração de caixa em razão do exercício regular das atividades do Banco.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data do Formulário de Referência, o Banco não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.



b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente as operações do Banco.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

As pesquisas em andamento já divulgadas são mencionadas no item 2.10 (a), acima.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Os montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços são mencionados no item 2.10 (a), acima.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Os projetos em desenvolvimentos já divulgados são mencionados no item 2.10 (a), acima.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes totais gastos nos desenvolvimentos de novos produtos ou serviços são mencionados no item 2.10 (a), acima.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

O Bmg tem o compromisso de tornar a vida de pessoas e negócios mais próspera, oferecendo produtos adequados e educação financeira com simplicidade e transparência.

Ao longo dos anos, fortalecemos nossa agenda ASG, sustentada por práticas robustas de compliance, compromissos públicos e um plano estratégico alinhado ao negócio. A área de ASG reporta-se à Diretoria de Pessoas, Gestão e ASG, ao CEO, ao Comitê de ASG e,



posteriormente, ao Conselho de Administração, garantindo que os temas sejam conduzidos conforme suas competências.

O mapeamento dos temas materiais do Banco foi realizado em 2024 e é revisitado a cada dois anos, alinhado aos 10 Princípios do Pacto Global da ONU e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Esta definição foi feita via metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), que permite identificar os impactos da organização na sociedade e no meio ambiente. Este processo contou com a participação de diversos stakeholders, como clientes, acionistas, investidores, colaboradores, associações, ONGs, fornecedores e membros da diretoria e do Conselho de Administração. Os temas materiais são:

Sustentabilidade do Negócio

- Desempenho econômico
- Aspectos ASG nos fornecedores, franqueados e parceiros
- Produtos e serviços com viés ASG

Relacionamento e Cuidado com o Cliente

- Bancarização
- Educação financeira
- Relacionamento acolhedor e transparente

Ética e Gestão de Riscos nos Negócios

- Ética e Compliance
- Governança robusta
- Riscos operacionais e socioambientais

Tecnologia da Informação e Segurança de Dados

- Tecnologia eficiente e amigável
- Privacidade de dados

Pessoas e Cultura

- Atração, retenção e desenvolvimento
- Bem-estar
- Diversidade e Inclusão



Responsabilidade Social

- Ações de transformação social
- Voluntariado
- Filantropia

Gestão Ambiental

- Monitoramento de emissões
- Eficiência ambiental

Em 2026, faremos uma nova consulta e, seguindo as novas orientações do IFRS, será feita uma dupla materialidade, considerando impactos de riscos sociais, ambientais e climáticos e impacto financeiro.

Em 2025, elaboramos o 2º Relatório de Sustentabilidade Bmg nos padrões GRI e SASB e publicamos o 2º Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) atendente ao escopo Ambiental, que recebeu o selo Prata do Programa Brasileiro de GHG Protocol. Além disso, compensamos 100% das emissões mapeadas dos escopos 1, 2 e 3.

Em 2025, lançamos o Você no Controle, programa de educação financeira voltado a colaboradores, clientes e sociedade, criado para acolher diferentes realidades, promover conhecimento e apoiar escolhas conscientes dentro e fora do Banco.

Disponibilizamos gratuitamente a todos os colaboradores a plataforma Meu Bolso em Dia, desenvolvida pela Febraban e pelo Banco Central do Brasil, que oferece conteúdos personalizados conforme o perfil financeiro de cada pessoa.

Como parte do programa, realizamos a Semana da Educação Financeira, evento aberto a todos os colaboradores do Grupo Financeiro Bmg. Promovemos palestras, painéis, plantões de dúvidas sobre investimentos e gestão de dívidas, além de apresentar benefícios do Banco que contribuem para o bem-estar financeiro. O evento registrou mais de 2 mil participações.

O programa Você no Controle também alcançou os clientes com conteúdos sobre organização financeira, planejamento, aposentadoria, cuidados com jogos de azar e a diferença entre poupar e investir. Também abordamos o tema de forma lúdica para crianças e adolescentes através do nosso próprio aplicativo, que resultou em um marco de mais de 9,3 mil acessos ao livro digital “Bemi: Lições de Valor” desenvolvido pelo Instituto Marina e Flávio Guimarães.



O Instituto Marina e Flavio Guimarães centraliza as ações sociais do Grupo Bmg, apoia ações sociais, esportivas, culturais e educacionais que estão ajudando milhares de pessoas a desenvolverem seus talentos, alcançarem seu pleno potencial e construir uma vida com dignidade. Abaixo alguns dados do alcance dessas ações:

- Pessoas impactadas: mais de 126 mil
- Recursos investidos: R\$ 14 milhões
- Projetos próprios desenvolvidos: 7
- Projetos incentivados patrocinados: 26
- Patrocínios sociais e doações mensais: 15

Projetos em destaque 2025:

1. Educação Financeira para Transformar Futuros

A educação financeira é um eixo estratégico do Instituto Bmg, voltado à autonomia e à redução de vulnerabilidades. O Bemí, projeto proprietário, democratiza esse conhecimento com linguagem lúdica e acessível para diferentes gerações.

Bemí Crianças e Jovens

O projeto utiliza livro, contação de histórias e jogo educativo para introduzir conceitos financeiros a crianças e adolescentes de forma divertida e didática.

Bemí para aposentados

Com foco em inclusão financeira da população madura, o Instituto lançou material educativo específico para o público sênior, com linguagem simples e temas do cotidiano.

2. Casa Marina – Formação e Autonomia Feminina

A Casa Marina é um centro de qualificação profissional e apoio psicossocial para mulheres, fortalecendo geração de renda e inclusão produtiva. A primeira unidade foi implantada em Ribeirão das Neves/MG.

O projeto amplia autonomia feminina e impulsiona desenvolvimento comunitário.



3. Foco Estratégico no Público 50+

O Instituto apoia a trajetória profissional das pessoas 50+, promovendo requalificação, geração de renda e fortalecimento da autoestima. A essência destes projetos é ampliar oportunidades, reduzir barreiras de reinserção produtiva e promover longevidade ativa.

Por fim, reconhecemos a importância da atuação em rede para o fortalecimento das pautas ASG. Por isso, além de participar dos fóruns específicos em associações setoriais, o Bmg também é signatário de movimentos como Pacto Global da ONU, Pacto de Promoção pela Equidade Racial, Rede Empresarial de Inclusão Social (REIS), Movimento Mulher 360, *Women on Board* (WOB), Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, *OUTstand* Brasil e Pacto Empresarial pela Integridade e Contra Corrupção (Empresa Limpa) do Instituto Ethos. Também somos o primeiro banco brasileiro certificado como uma empresa Age Friendly Employer. A certificação é concedida pelo Age Friendly Institute, representado no Brasil pela Maturi, e reconhece empresas comprometidas com a diversidade etária, a inclusão de profissionais 50+ e o combate ao etarismo.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Por sermos uma instituição financeira, seguimos a regulamentação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil para preparação das demonstrações financeiras. Dessa forma, além das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB, elaboramos demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN GAAP”) que incluem (i) as normas e regulamentos do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional; (ii) a Lei das Sociedades por Ações e (iii) as normas a seguir, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovadas pelo Banco Central: CPC 00 (R2) – Pronunciamento conceitual básico; CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa; CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas; CPC 06 (R2) – Arrendamentos; CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 24 – Eventos Subsequentes; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; CPC 28 – Propriedade para Investimento; CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados; CPC 41 (R1) – Resultado por Ação; CPC 46 (R1) – Mensuração do Valor Justo; e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Apresentamos a seguir informações derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 do Banco, elaboradas de acordo com as normas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As normas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil divergem em certos aspectos das práticas contábeis adotadas no Brasil (“Princípios Contábeis Brasileiros”), das IFRSs emitidas pelo IASB.

Todas as informações apresentadas neste item 2.11 foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, gerando com isso arredondamentos na última unidade e podendo, portanto, divergir imaterialmente nos cálculos.



PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ELABORADAS DE ACORDO COM AS NORMAS EMITIDAS PELO BANCO CENTRAL E IFRSs EMITIDAS PELO IASB

As normas da CVM diferem de maneira relevante em vários aspectos em relação às normas do Banco Central do Brasil, inclusive quanto às práticas contábeis adotadas na preparação de informações financeiras. De acordo com as normas da CVM, são adotadas as IFRSs emitidas pelo IASB e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade, uma vez que as instituições financeiras seguem as práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações e as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN GAAP).

Abaixo, apresentamos as principais diferenças entre a adoção do BACEN GAAP e as IFRSs emitidas pelo IASB nas demonstrações financeiras do Banco:

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Até 31 de dezembro de 2024 a norma vigente para provisionamento de créditos de liquidação duvidosa era a 2682/99. A partir de 01/01/2025 a Resolução CMN 4.966/21 passou a substituí-la, alterando a contabilização de perdas de crédito de perda incorrida para o modelo de perda esperada.

A norma internacional comparativa é o IFRS 9, vigente a partir de 01 de janeiro de 2018, na qual as provisões são baseadas nas perdas esperadas.

O ajuste divulgado refere-se a despesa maior de provisão para as perdas nas operações de crédito nas Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB.

Amortização do ágio de aquisição

Os ativos intangíveis, no BACEN GAAP, são diferidos de acordo com a expectativa de realização destes. Na norma internacional, IFRS 3 – *Business Combination*, não há previsão de amortização do ágio. Contudo, o valor recuperável deve ser avaliado anualmente, ou quando existir indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável.



O ajuste divulgado refere-se ao estorno no resultado e no patrimônio líquido, nas Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB, da despesa de amortização do ágio da aquisição dos Bancos BCV e Cifra.

IFRS 17 – Contratos de Seguros

O IFRS 17 - Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes: Fluxos de Caixa, Ajuste ao Risco, Margem Contratual e Desconto. O Banco adotou a norma no exercício de 2023.

Efeito fiscal sobre os ajustes de IFRS

A norma internacional, IAS 12 – *Income Taxes*, requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidas para as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo originado ou ativo adquirido não qualificado como combinação de negócios e que na data da transação não afetem o resultado e o lucro/perda para fins fiscais.

Considerando os pontos acima mencionados, apresentamos abaixo a reconciliação entre as práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações e as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil e IFRSs emitidas pelo IASB:

	Em R\$ milhões	
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025	
	Patrimônio	
	Líquido	Resultado
BACEN GAAP	3.892,0	560,7
Ajustes de IFRS	743,2	18,8
Provisão para Créditos de liquidação Duvidosa	(6,8)	(6,8)
Tributos diferidos	(662,6)	6,3
Reversão da Amortização do ágio de aquisição	1.024,4	19,3
Reclassificação de títulos de "Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes" para "Ao Custo Amortizado" (líquido dos efeitos fiscais)	388,2	
		579,5
IFRS	4.635,2	



MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS BACEN GAAP

A partir de 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966/21 (“Resolução 4.966”), e resoluções complementares, que introduz novos conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, reconhecimento da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo, reconhecimento da provisão com base na perda esperada, classificação das operações com problemas de crédito, bem como regula a designação e o reconhecimento de operações de hedge pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A adoção dos requerimentos da Resolução 4.966 acarretou uma redução de R\$ 694 milhões no patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS ELABORADAS EM BACEN GAAP

Abaixo, apresentamos as medições não contábeis com base nas informações contábeis derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em BACEN GAAP.

Medições não contábeis BACEN GAAP (Em milhões de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2025
Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE)	14,4%
Retorno sobre o ativo médio (ROAA)	1,1%
Índice de Basileia Total	13,2%
Margem financeira líquida	16,5%
Margem Financeira Líquida após o custo do crédito	9,9%
Índice de eficiência operacional	54,2%
Índice de Inadimplência Over90 Carteira Total	3,5%
Lucro Líquido Recorrente	561
Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) recorrente	14,4%
Despesa de Provisão Líquida de Recuperação sobre carteira média	5,2%



Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE)

Retorno sobre o patrimônio líquido médio corresponde ao lucro líquido do período dividido pelo patrimônio líquido médio dos últimos 5 trimestres, considerando os saldos de final de trimestre para o cálculo da média aritmética simples.

Retorno sobre o patrimônio líquido médio não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP nem pelas IFRSs emitidas pelo IASB, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Retorno sobre o ativo médio (ROAA)

Retorno sobre o ativo médio corresponde ao lucro líquido do período dividido pelo ativo total médio dos últimos 5 trimestres, considerando os saldos de final de trimestre para o cálculo da média aritmética simples.

Retorno sobre o ativo médio não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP nem pelas IFRSs emitidas pelo IASB, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Índice de Basileia

As instituições financeiras que operam no Brasil estão sujeitas a uma metodologia de medição e padrões de capital baseada em um índice ponderado de ativos por risco. Os parâmetros dessa metodologia são semelhantes aos parâmetros internacionais para medições de capital mínimo aprovado, segundo adotado pelo Acordo de Basileia.

As instituições financeiras brasileiras devem estar aderentes aos requisitos mínimos de capital regulatório, em consonância com as principais diretrizes do Acordo de Basileia III, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil a partir de outubro de 2013, de forma gradual até janeiro de 2019, definindo diretrizes para apuração do Patrimônio de Referência, dos



requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), além de definição das parcelas de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Atualmente, para atendimento dos requisitos mínimos regulatórios, as instituições financeiras devem observar a Resolução nº 4.955, de 21 de outubro de 2021, que dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência e Resolução nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, que dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível 1, de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP), além de normas complementares no atendimento a totalidade dos requisitos regulatórios de capital e parcelas de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O Patrimônio de Referência (ou capital regulatório) é o montante de capital disponível levado em consideração para fins da determinação dos limites operacionais das instituições financeiras brasileiras e é composto por dois níveis. O capital de Nível I é representado pela composição do patrimônio líquido acrescido pelo saldo de determinadas reservas, rendas e instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados pelo Banco Central, sendo dividido em Capital Principal (deduzidos os Ajustes Prudenciais – abaixo definido) e Capital Complementar. Já o capital de Nível II é composto pelas reservas de reavaliação, reservas de contingências, reservas especiais de lucros relacionadas a dividendos obrigatórios ainda não distribuídos, ações preferenciais com cumulatividade de dividendos, determinados instrumentos de dívida subordinada e híbridos e lucros a realizar relacionados a ajustes no valor de mercado de valores mobiliários disponíveis para venda.

Os “Ajustes Prudenciais” foram instituídos pelas diretivas do Acordo de Basileia III com o intuito de melhorar a qualidade do capital de instituições financeiras. Tais ajustes compreendem deduções do Capital Principal de elementos patrimoniais que, em determinadas situações, possam comprometer a qualidade do Capital Principal em decorrência de sua baixa liquidez, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração de valor (“Ajustes Prudenciais”).

Índice de Basileia não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP nem pelas IFRSs emitidas pelo IASB, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Margem Financeira Líquida e Margem Financeira Líquida após o custo do crédito

A Margem Financeira Líquida é calculada por meio da divisão do (i) resultado da intermediação financeira antes da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, excluindo a despesa de comissão e, acrescidas as receitas de prestação de serviços pelos (ii) ativos rentáveis médios dos últimos 5 trimestres, considerando os saldos de final de trimestre para o cálculo da média aritmética simples. Os ativos rentáveis são compostos por: (i) aplicações interfinanceiras, (ii) títulos e valores mobiliários e instrumento financeiros derivativos, exceto aqueles vinculados a operações compromissadas (iii) operações com características de concessão de crédito, e (iv) operações de seguros. A Margem Financeira Líquida após o custo do crédito é calculada por meio da divisão da (i) resultado da intermediação financeira antes da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, sem excluir a despesa de comissão, acrescidas as receitas de prestação de serviços, acrescidos da despesa de provisão líquida de recuperação e pelos (ii) ativos rentáveis médios conforme descritos acima. Receitas e despesas com base na DRE Gerencial.

Margem Financeira Líquida e a Margem Financeira Líquida após o custo do crédito não são medidas reconhecidas pelo BACEN GAAP nem pelas IFRSs emitidas pelo IASB, tampouco devem ser consideradas isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez, não sendo, ainda, considerada como base para distribuição de dividendos. A Margem Financeira Líquida e a Margem Financeira Líquida após o custo do crédito não possuem significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Índice de Eficiência Operacional

Índice de Eficiência Operacional é definido pela razão entre (i) o somatório das despesas de pessoal com outras despesas administrativas, com outras despesas operacionais líquidas de receitas e (ii) o somatório do resultado da intermediação financeira antes da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, com as receitas de prestação de serviços e as despesas tributárias. Receitas e despesas com base na DRE Gerencial.

Índice de Eficiência Operacional não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez, não sendo considerada como base para distribuição de dividendos. Índice de Eficiência



Operacional não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Índice de Inadimplência

O Índice de Inadimplência corresponde aos contratos vencidos há mais de 90 dias, considerando parcelas vencidas mais vincendas, dividida pela carteira de crédito total na data.

Índice de Inadimplência não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP nem pelas IFRSs emitidas pelo IASB, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez, e não sendo considerada como base para distribuição de dividendos. Índice de Inadimplência não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Lucro Líquido recorrente

Lucro líquido recorrente corresponde ao lucro líquido do Banco Bmg excluindo eventos não recorrentes do período. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, não houve eventos não recorrentes, portanto, o lucro líquido recorrente foi igual ao lucro líquido contábil no período.

Lucro Líquido recorrente não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP nem pelas IFRSs emitidas pelo IASB, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) recorrente

Retorno sobre o patrimônio líquido médio recorrente corresponde ao lucro líquido recorrente (conforme descrito acima) do período dividido pelo patrimônio líquido médio dos últimos 5 trimestres, considerando os saldos do final de cada trimestre para o cálculo da média aritmética simples. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, não houve eventos não recorrentes, portanto, o ROAE recorrente foi igual ao ROAE no período.

Retorno sobre o patrimônio líquido médio recorrente não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP nem pelas IFRSs emitidas pelo IASB, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Despesa de provisão sobre carteira média

Despesa de provisão sobre carteira média corresponde a despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida da receita de recuperação de crédito baixado para prejuízo, dividida pela carteira de crédito total média dos últimos 5 trimestres, considerando os saldos de final de trimestre para o cálculo da média aritmética simples. Receitas e despesas com base na DRE Gerencial.

Despesa de provisão sobre carteira média não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP nem pelas IFRSs emitidas pelo IASB, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras

Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE)

(Em milhões de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2025
Lucro líquido no período	561
Patrimônio líquido no período (t)	3.892
Patrimônio líquido no período (t-1)	3.846
Patrimônio líquido no período (t-2)	3.731
Patrimônio líquido no período (t-3)	3.648
Patrimônio líquido no período (t-4)	4.306
Retorno sobre o patrimônio líquido médio	14,4%



Para fins da tabela acima: t = trimestre de referência; t-1 = trimestre anterior; t-2 = dois trimestres anteriores; t-3 = três trimestres anteriores e t-4 = quatro trimestres anteriores.

Retorno sobre o ativo médio (ROAA)

(Em milhões de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2025
Lucro líquido no período	561
Ativo total no período (t)	49.048
Ativo total no período (t-1)	48.834
Ativo total no período (t-2)	48.879
Ativo total no período (t-3)	50.564
Ativo total no período (t-4)	49.576
Retorno sobre o ativo médio	1,1%

Para fins da tabela acima: t = trimestre de referência; t-1 = trimestre anterior; t-2 = dois trimestres anteriores; t-3 = três trimestres anteriores e t-4 = quatro trimestres anteriores.

Índice de Basileia

(Em milhões de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2025
Patrimônio de referência	3.729
Patrimônio de referência Nível I	2.851
Ativo ponderado pelo risco	28.171
Índice de Basileia total	13,2%
Índice de Basileia Nível 1	10,1%

Margem Financeira Líquida e Margem Financeira Líquida após o custo do crédito

(Em milhões de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2025
Resultado da intermediação financeira antes da provisão para perdas associadas ao risco de crédito	4.149
Comissões de Agentes ⁽¹⁾	948
Reclassificações gerenciais ⁽²⁾	249
Receitas de Prestação de Serviços	260
Produto Bancário (a)	5.607
Despesa de Provisão Líquida de Recuperação	(1.298)
Comissões de Agentes ⁽¹⁾	(948)

Custo do crédito (b)	(2.246)
Aplicações Interfinanceiras	23
Títulos de Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, exceto vinculado a operações compromissadas	11.426
Operações com características de concessão de crédito	22.144
Operações com Seguros	86
Ativo gerador de receita no período (t)	33.679
Ativo gerador de receita média (c)	33.994
Margem Financeira Líquida (a/c)	16,5%
Margem Financeira Líquida após o custo do crédito (a+b/c)	9,9%

⁽¹⁾ A despesa de comissões de agentes foi realocada da margem financeira de juros para o custo do crédito e ajustada conforme eventos não recorrentes

⁽²⁾ Reclassificação entre linhas para conciliar com a visão da margem financeira e para melhor visualização dos resultados.

Índice de Eficiência Operacional

(Em milhões de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2025
Despesa de pessoal	(467)
Outras despesas administrativas	(1.213)
Outras despesas/ receitas operacionais	(695)
Total de Despesas	(2.375)
Resultado bruto da intermediação financeira antes da provisão e após realocações	4.398
Receita de prestação de serviços	260
Despesas tributárias	(276)
Total de Receitas	4.383
Índice eficiência operacional	54,2%

Índice de Inadimplência

(Em milhões de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2025
Operações vencidas Over90	822
Carteira de crédito total	23.193
Índice de inadimplência Carteira Total	3,5%

Lucro líquido recorrente

Conforme informado acima, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 não houve eventos não recorrentes, portanto, o lucro líquido recorrente foi igual ao lucro líquido contábil no período.



Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) recorrente

(Em milhões de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2025
Lucro líquido recorrente no período	561
Patrimônio líquido no período (t)	3.892
Patrimônio líquido no período (t-1)	3.846
Patrimônio líquido no período (t-2)	3.731
Patrimônio líquido no período (t-3)	3.648
Patrimônio líquido no período (t-4)	4.306
Retorno sobre o patrimônio líquido médio recorrente	14,4%

Para fins da tabela acima: t = trimestre de referência; t-1 = trimestre anterior; t-2 = dois trimestres anteriores; t-3 = três trimestres anteriores e t-4 = quatro trimestres anteriores.

Despesa de provisão sobre carteira média

(Em milhões de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2025
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.559)
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	262
Despesa de Provisão Líquida de Recuperação	(1.298)
Carteira de crédito no período (t)	23.193
Carteira de crédito no período (t-1)	23.520
Carteira de crédito no período (t-2)	24.680
Carteira de crédito no período (t-3)	26.817
Carteira de crédito no período (t-4)	26.336
Despesa de provisão sobre carteira média	5,2%

Para fins da tabela acima: t = trimestre de referência; t-1 = trimestre anterior; t-2 = dois trimestres anteriores; t-3 = três trimestres anteriores e t-4 = quatro trimestres anteriores.

Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Retorno sobre o patrimônio líquido (ROAE): o Banco entende que a medição é adequada pois é a melhor forma de mensurar sua capacidade de gerar valor a partir dos recursos de seus acionistas.



Retorno sobre ativo médio (ROAA): o Banco entende que a medição é adequada pois é a melhor forma de mensurar sua capacidade de gerar valor a partir dos seus ativos.

Índice de Basileia: o Banco entende que a medição é adequada pois demonstra a solvabilidade do Banco, visto que representa o nível de capital de referência perante os ativos ponderados pelo risco.

Margem financeira líquida e Margem Financeira Líquida após o custo do crédito: o Banco entende que as medições são adequadas pois demonstram a capacidade do Banco em gerar receita através da gestão de seus ativos rentáveis, inclusive após o custo do crédito.

Índice de Eficiência: o Banco entende que a medição é adequada pois demonstra a eficiência do Banco em gerir suas operações, visto que representa a relação entre as despesas operacionais incorridas para a geração de receita.

Índice de inadimplência: o Banco entende que a medição é adequada pois demonstra a qualidade dos ativos de crédito de acordo com o seu nível de risco.

Lucro líquido recorrente: o Banco entende que a medição é adequada pois reflete o desempenho do Banco no curso normal dos negócios no período em questão, excluindo os eventos não recorrentes.

Retorno sobre o patrimônio líquido recorrente: o Banco entende que a medição é adequada pois é a melhor forma de mensurar sua capacidade de gerar valor a partir dos recursos de seus acionistas, considerando apenas o desempenho do Banco no curso normal dos negócios no período em questão, excluindo os eventos não recorrentes.

Despesa de provisão sobre carteira média: o Banco entende que a medição é adequada pois demonstra o custo de risco da carteira de crédito do Banco.

Os indicadores acima mencionados são amplamente utilizados por instituições financeiras no mercado.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DERIVADAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ELABORADAS DE ACORDO COM BACEN GAAP



Importante ressaltar que a partir do início do ano de 2025 os resultados do Banco passaram a ser apresentados dentro de novos padrões normativos, principalmente em relação a Resolução CMN nº 4.966/21, que alteram a base de capital, Basileia, os conceitos das provisões para perdas de crédito, critérios de custos de originação e contabilização entre linhas do resultado com efeitos na comparabilidade dos períodos anteriores.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Desempenho Financeiro

(Em milhões de R\$, exceto %)

Em 31 de dezembro de

	2025	2024
Lucro líquido	560,7	420,0
Lucro líquido recorrente⁽¹⁾	560,7	440,7
Retorno sobre patrimônio líquido médio - %⁽¹⁾	14,4%	10,2%
Retorno sobre patrimônio líquido médio recorrente - %⁽¹⁾	14,4%	10,7%
Retorno sobre ativo médio - %⁽¹⁾	1,1%	0,9%
Margem financeira líquida - %⁽¹⁾	16,5%	16,2%
Margem financeira líquida após o custo do crédito - %⁽¹⁾	9,9%	9,2%
Índice de eficiência operacional⁽¹⁾	54,2%	52,8%
Ativo Total	49.047,7	49.576,4
Carteira de crédito total	23.193,2	26.336,2
Índice de Inadimplência – Over90⁽¹⁾	3,5%	4,4%
Patrimônio líquido	3.892,0	4.305,6
Captação total⁽²⁾	33.287,3	32.921,9

(1) Os itens acima estão definidos no início deste item no capítulo Medições não contábeis elaboradas em BACEN GAAP.

(2) A composição do saldo de captação está demonstrada no item “2.11 (b) - Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas”.

Em 31 de dezembro de 2025 e no exercício social findo em tal data

Ao longo de 2025, o Banco seguiu seu compromisso com a entrega de um resultado operacional consistente e ROE sustentável, aderente às diretrizes estratégicas definidas para no exercício: rentabilidade, qualidade dos ativos e do capital. Com o lucro líquido recorrente do Banco atingiu R\$ 560,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, apresentando um aumento de 27,2% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. O aumento no lucro líquido ocorreu principalmente pelo crescimento da margem oriundo dos produtos de varejo, combinado a gestão eficiente de custos, que vem permitindo consistência na entrega de resultados e robustez do balanço.



A margem financeira líquida após o custo do crédito atingiu 9,9% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, um aumento de 0,7 ponto percentual em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, a margem vem sendo positivamente impactada pela geração de receita recorrente advinda dos produtos de varejo e também pela redução nominal da despesa de provisão de crédito líquida de recuperação.

O índice de eficiência operacional atingiu 54,2% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, aumento de 1,4 ponto percentual quando comparado com o índice no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. O Banco segue focado na gestão de custos através da transformação tecnológica e evolução operacional, trazendo automação, eficiência e IA consequentemente impulsionando ganhos de escala e experiência do cliente. No fechamento de 2025, 80% dos processos eram digitalizados, aumento de 15 p.p. em relação a 2024. Assim, o Banco mantém sua prioridade com a experiência positiva do cliente e a sua satisfação com os produtos e serviços.

O patrimônio líquido do Banco era R\$ 3.892,0 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 4.305,6 milhões em 31 de dezembro de 2024). O retorno sobre o patrimônio líquido médio atingiu 14,4% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. O patrimônio líquido e o índice de basileia foram impactados pela entrada em vigor da Resolução 4.966/21 e Resolução 452/25, que reduziu o patrimônio líquido do Banco em R\$ 694 milhões.

O ativo totalizava R\$ 49.047,7 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 49.576,4 milhões em 31 de dezembro de 2024), redução decorrente, principalmente, do saldo menor das operações de crédito. O retorno sobre o ativo médio atingiu 1,1% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

O saldo da carteira de crédito total era de R\$ 23.193,2 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 26.336,2 milhões em 31 de dezembro de 2024). A redução de 11,9% da carteira no ano ocorreu, principalmente, por conta da diminuição do empréstimo consignado nos Estados Unidos (ativo não estratégico) e da cessão sem retenção de riscos e benefícios da carteira de empréstimo consignado e antecipação do saque-aniversário do FGTS. O Banco vem trabalhando na mudança no mix dos ativos aumentando exposição aos consignados, crédito pessoal e consignado privado, e reduzindo carteiras menos rentáveis.

O índice de inadimplência over90 atingiu 3,5% em 31 de dezembro de 2025, redução de 0,9 ponto percentual em comparação ao indicador de 4,4% apresentado em 31 de dezembro de 2024. O Banco tem focado em manter uma carteira saudável e originando produtos com mais qualidade.



O saldo de captação era de R\$ 33.287,3 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 32.921,9 milhões em 31 de dezembro de 2024). O aumento no saldo de captação deu-se principalmente pela atuação recorrente no mercado de capitais, com o objetivo de aproximar dos investidores institucionais, fomentar a liquidez do Bmg e criar referência de curva de juros no mercado institucional. Como resultado, o saldo de captação junto ao mercado institucional totalizou R\$ 12,6 bilhões, crescimento de 32,3% na comparação anual.

Índice de Basileia

As instituições financeiras brasileiras devem estar aderentes aos requisitos mínimos de capital regulatório, em consonância com as principais diretrizes do Acordo de Basileia III, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil a partir de outubro de 2013, de forma gradual até janeiro de 2019, definindo diretrizes para apuração do Patrimônio de Referência, dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), além de definição das parcelas de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Atualmente, para atendimento dos requisitos mínimos regulatórios, as instituições financeiras devem observar a Resolução nº 4.955, de 21 de outubro de 2021, que dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência e Resolução nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, que dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência, além de normas complementares no atendimento a totalidade dos requisitos regulatórios de capital e parcelas de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A tabela a seguir apresenta as posições de capital do banco em relação ao total de ativos com base em risco, bem como os requerimentos mínimos de capital instituídos pelo BACEN, nas datas indicadas:

(Em milhões de R\$, exceto %)

	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Capital de Referência		
Nível I	2.851,3	2.850,3
Capital Principal	2.739,3	2.739,5
Capital Complementar	112,0	110,8
Nível II	878,1	885,4
Total	3.729,4	3.735,8
Alocação de Capital		
Risco de Crédito	24.846,4	25.748,5
Risco de Mercado	210,5	194,5



(Em milhões de R\$, exceto %)

	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Risco Operacional	3.114,5	2.335,8
Exposição ponderada pelo risco	28.171,3	28.278,8
Índice do BIS	13,2%	13,2%
Nível I	10,1%	10,1%
Nível II	3,1%	3,1%

Em 31 de dezembro de 2025, o Índice de Basileia do Banco era de 13,2%, apresentando estável em relação a 31 de dezembro de 2024. O patrimônio líquido e o índice de basileia foram impactados pela entrada em vigor da Resolução 4.966/21 e Resolução 452/25, que reduziu o patrimônio líquido do Banco em R\$ 694 milhões. O saldo de R\$ 878,1 milhões de Letras Financeiras Subordinadas e R\$ 112,0 milhões de Letras Financeiras Perpétuas estão refletidos no Patrimônio de Referência.

b. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de financiamento do Banco são: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) depósitos a prazo; (iii) letras financeiras; e (iv) cessões de crédito com e sem retenção substancial de riscos e benefícios.

Captação

A tabela a seguir apresenta um resumo dos tipos de financiamento (captações) obtidos pelo Banco até as datas indicadas:

(Em milhões de R\$)

	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Depósitos a prazo	22.390,8	25.045,9
CDB	21.010,0	23.523,3
CDI	93,2	157,8
DPGE	940,7	1.002,6
Depósito à vista	346,9	362,3
Letras financeiras	4.610,3	2.836,9
Sênior	3.467,9	1.764,5
Subordinada	1.030,4	961,5
Perpétua	112,0	110,8
Securitização e Cessão de Crédito	5.950,8	4.955,5
Letras de crédito LCA & LCI	37,1	0,5



Repasses	298,4	83,0
Saldo de Captação Total	33.287,3	32.921,9

A captação total encerrou 31 de dezembro de 2025 com saldo de R\$ 33.287,3 milhões, apresentando um aumento de 1,1% em relação a 31 de dezembro de 2024. O Banco trabalha na diversificação do *funding*, buscando linhas sustentáveis e adequadas ao melhor casamento entre seus ativos e passivos. Além da estrutura própria de captação, o Bmg opera por mais de 50 plataformas de distribuição, ampliando o alcance junto aos investidores.

Depósitos a prazo

O Banco acredita que os depósitos a prazo com o mercado são uma fonte importante de financiamento. Os depósitos a prazo encerraram 31 de dezembro de 2025 com um saldo de R\$22.390,8 milhões, representando 67,3% do saldo total de captações do Banco na data. O saldo de CDBs teve uma redução no ano como resultado de sua estratégia de focar na diversificação do *funding* e na redução do prêmio de risco. Os depósitos são compostos das seguintes linhas: (i) CDB: depósitos a prazo para varejo e investidores institucionais; (ii) CDI: depósitos; (iii) DPGE: depósito a prazo com garantia especial, e (iv) depósitos à vista.

Letras financeiras e de crédito

Os recursos do Banco provenientes de aceites e da emissão de títulos incluem letras financeiras e letras de crédito. Em 31 de dezembro de 2025, o Banco tinha R\$ 4.610,3 milhões de letras financeiras, R\$ 31,6 milhões em letras de crédito do agronegócio e R\$5,5 milhões em letras de crédito imobiliário em circulação. Do total de letras financeiras em 31 de dezembro de 2025, R\$ 112,0 milhões referem-se a Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas e R\$ 1.030,4 milhões referem-se a Letras Financeiras Subordinadas. Ainda, o Banco tem como estratégia na atuação recorrente no mercado de capitais, com o objetivo de aproximar dos investidores institucionais, fomentar a liquidez do Bmg e criar referência de curva de juros no mercado institucional. Em junho e novembro de 2025, concluímos as captações em Letras Financeiras, ambas em montante de R\$ 300 milhões cada.

Securitização e cessão de crédito

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco tinha um saldo de R\$ 5.950,8 milhões em empréstimos cedidos com retenção de riscos e benefícios a outras instituições financeiras e a investidores institucionais. Ainda, seguindo com a estratégia de ser um emissor recorrente no mercado de capitais, efetuamos em junho de 2025 a emissão de debêntures sênior via companhia



securitizadora com lastro em cartões consignados e cartões consignado benefício no montante de R\$ 1,5 bilhão.

c. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As análises e discussões a seguir fornecem aos investidores informações derivadas das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco, em BACEN GAAP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Importante ressaltar que a partir do início do ano de 2025 os resultados do Banco passaram a ser apresentados dentro de novos padrões normativos, principalmente em relação a Resolução CMN nº 4.966/21, que alteram a base de capital, Basileia, os conceitos das provisões para perdas de crédito, critérios de custos de originação e contabilização entre linhas do resultado com efeitos na comparabilidade dos períodos anteriores.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhões de R\$, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2025		Exercício social findo em 31 de dezembro de 2024		
		AV		AV	AH
Receita da intermediação financeira	9.302,0	100,0%	9.138,4	100,0%	1,8%
Operações de crédito	6.838,5	73,5%	7.635,0	83,5%	-10,4%
Carteira de Crédito ⁽¹⁾	7.786,6	83,7%	8.663,9	94,8%	-10,1%
Comissões de Agentes	(948,1)	-10,2%	(1.028,9)	-11,3%	-7,8%
Resultado de operações com títulos e Valores Mobiliários	2.463,5	26,5%	1.503,4	16,5%	63,9%
Despesas da intermediação financeira	(5.281,1)	-56,8%	(5.243,1)	-57,4%	0,7%
Captação no mercado	(5.439,7)	-58,5%	(3.978,4)	-43,5%	36,7%
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	377,2	4,1%	(1.171,9)	-12,8%	-132,2%
Operações de empréstimos e Repasses	(218,6)	-2,4%	(92,9)	-1,0%	135,4%
Resultado de Seguros	128,0	1,4%	170,0	1,9%	-24,7%
Resultado da intermediação financeira antes da provisão para perdas associadas ao risco de crédito	4.148,9	44,6%	4.065,2	44,5%	2,1%
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(1.559,3)	-16,8%	(1.562,2)	-17,1%	-0,2%
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	261,7	2,8%	180,6	2,0%	44,9%

Resultado Bruto da intermediação financeira	2.851,4	30,7%	2.683,7	29,4%	6,2%
Outras receitas (despesas) operacionais	(2.320,9)	-25,0%	(2.130,2)	-23,3%	9,0%
Receita de prestação de serviços	260,4	2,8%	267,8	2,9%	-2,7%
Resultado de participações em coligadas e controladas	48,5	0,5%	46,3	0,5%	4,9%
Despesas com Pessoal	(466,9)	-5,0%	(438,5)	-4,8%	6,5%
Outras Despesas Administrativas	(1.212,7)	-13,0%	(1.149,0)	-12,6%	5,5%
Despesas tributárias	(254,8)	-2,7%	(196,1)	-2,1%	29,9%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(695,5)	-7,5%	(660,6)	-7,2%	5,3%
Resultado Operacional	530,4	5,7%	553,5	6,1%	-4,2%
Resultado Não Operacional	(6,5)	-0,1%	68,2	0,7%	-109,6%
Resultado Antes da tributação sobre o lucro e participações	523,9	5,6%	621,7	6,8%	-15,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	243,6	2,6%	(1,1)	0,0%	n/a
Participação nos lucros	(134,7)	-1,4%	(122,2)	-1,3%	10,2%
Participação de não controladores	(72,1)	-0,8%	(78,4)	-0,9%	-8,0%
Lucro líquido	560,7	6,0%	420,0	4,6%	33,5%

(1) A receita da carteira de crédito é a soma do crédito direto ao consumidor pessoal, da carteira comercial e da variação cambial referente a carteira de empréstimo consignado nos Estados Unidos.

Ao longo de 2025, o Banco seguiu seu compromisso com a entrega de um resultado operacional consistente e ROE sustentável, aderente às diretrizes estratégicas definidas para no exercício: rentabilidade, qualidade dos ativos e do capital. Com isso, o lucro líquido recorrente do Banco atingiu R\$ 560,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, apresentando um aumento de 27,2% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. O aumento no lucro líquido ocorreu principalmente pelo crescimento da margem oriundo dos produtos de varejo, combinado a gestão eficiente de custos, que vem permitindo consistência na entrega de resultados e robustez do balanço.

Receita com intermediação financeira

A receita com intermediação financeira aumentou em 23,1% para R\$ 9.302,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação a R\$ 9.138,4 milhões no mesmo período de 2024, pelos motivos explicados abaixo. A receita com intermediação financeira inclui receita de operações de crédito (que incluem receita de juros da carteira de crédito do Banco e comissões pagas a bancos terceiros correspondentes) e operações de títulos e valores mobiliários.

Receita com operações de crédito



A receita com operações de crédito é composta da receita de juros da carteira e despesas com comissões de agentes e representou 73,5% do total de receita com intermediação financeira do Banco no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. A receita com operações de crédito reduziu 10,4% para R\$ 6.838,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação a R\$ 7.635,0 milhões no mesmo período em 2024.

- Receita de juros da carteira de crédito. A receita de juros da carteira de crédito do Banco no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 reduziu 10,1% para R\$ 7.786,6 milhões, em comparação a R\$ 8.663,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Esta redução na receita de juros da carteira de crédito do Banco foi atribuível, principalmente, pela redução de carteiras de crédito menos rentáveis, como o empréstimo consignado nos EUA. Por outro lado, o Banco vem aumentando exposição aos consignados e crédito pessoal. Ainda, como parte da estratégia do Banco de maximizar a geração de valor, foram realizadas cessões sem retenção substancial de riscos e benefícios de empréstimo consignado e antecipação do FGTS, beneficiando as receitas de crédito no período.
- Despesas com comissões de agentes. As despesas com comissões de agentes no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 reduziram em 7,8% para R\$ 948,1 milhões, em comparação a R\$ 1.028,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. A redução pode ser explicada pela mudança contábil decorrente da Resolução CMN nº 4.966/21, e pela originação via autocontratação, que correspondeu a 40% do total originado em 2025. Essa linha pode oscilar também pelas condições negociadas das cessões sem retenção de riscos e benefícios realizadas.

Receita com operações de títulos e valores mobiliários

A receita com operações de títulos e valores mobiliários aumentou em 63,9% para R\$ 2.463,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação a R\$ 1.503,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Tal variação deu-se devido a uma atuação mais consistente na tesouraria. Estão inclusas as receitas com Debêntures, CRA, CRI, Notas Comerciais e Fundos que o Bmg tem aplicação com estratégia de mercado de capitais. Ainda, por conta da estrutura de hedge natural via NTN-Bs, essa linha tende a variar de acordo com a oscilação do IPCA, com efeito correspondente na linha de despesas de captação.

Despesas com Intermediação financeira



As despesas com intermediação financeira incluem despesas com captações no mercado, resultado com instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e repasses. As despesas com intermediação financeira aumentaram em 0,7% para R\$ 5.281,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação a R\$ 5.243,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, devido ao aumento do saldo de captações. Ao longo dos últimos anos, o Banco vem ampliando o relacionamento com os investidores institucionais, diversificando as fontes de captação através de cessões de crédito com retenção de riscos e benefícios e emissões de letras financeiras, permitindo melhor gestão do fluxo de vencimento dos ativos e passivos e reduzindo o prêmio de risco das novas captações. Conforme descrito acima, devido a estrutura de *hedge* natural, as despesas de captação oscilam de acordo com a variação do IPCA, refletindo o *hedge* natural contabilizado na linha de receita com operações de títulos e valores mobiliários. Ainda, o Banco faz uso de instrumentos financeiros derivativos para *hedge* próprio e de clientes, visando a proteção de balanço.

Resultado de Seguros

O resultado com operações de seguros atingiu R\$ 128,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, redução de 24,7% em comparação a R\$ 170,01 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, em especial devido a venda da Bmg Seguros que deixou de ser consolidada a partir de setembro de 2024. Já a Bmg Seguradora apresentou um crescimento de 6,9% no ano, atingindo um lucro líquido de R\$ 70,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito líquida de recuperação de crédito reduziu em 6,1% a uma despesa de R\$ 1.297,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação a despesa de R\$ 1.381,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Desde o ano de 2023, o Banco adotou novas políticas e ações de crédito e de cobrança que vem refletindo na qualidade dos ativos, e também vem originando crédito com mais qualidade. As despesas líquidas de provisão de crédito sobre a carteira média atingiram 5,2% a.a. em 2025, redução de 0,3 p.p. em relação a 2024. Por outro lado, estas despesas foram impactadas pela entrada em vigor da metodologia de perda esperada da Resolução CMN nº 4.966/21.

Resultado Bruto da Intermediação Financeira



Como resultado dos fatores acima, o resultado bruto da intermediação financeira do Banco aumentou em 6,2% para R\$ 2.851,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação a R\$ 2.683,7 milhões no mesmo período em 2024.

Outras receitas (despesas) operacionais

As outras despesas operacionais do Banco apresentaram alta de 9,0% para R\$ 2.320,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação a R\$ 2.130,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Considerando apenas as despesas de pessoal, administrativas e operacionais foi observado um aumento de 5,6% na comparação anual, equivalente a IPCA + 1,3%. O Banco segue focado na gestão de custos através da transformação tecnológica e evolução operacional, trazendo automação, eficiência e IA consequentemente impulsionando ganhos de escala e experiência do cliente. No fechamento de 2025, 80% dos processos eram digitalizados, aumento de 15 p.p. em relação a 2024. Assim, o Banco mantém sua prioridade com a experiência positiva do cliente e a sua satisfação com os produtos e serviços.

Além disso, o aumento do resultado de participações em coligadas e controladas é decorrente, principalmente, do aumento do resultado de equivalência patrimonial positivo da Bmg Corretora. Por fim, a redução da receita de serviços é justificada pela menor receitas de tarifas do varejo e receita de intercâmbio advinda do uso para compras dos cartões de crédito e débito, parcialmente compensada pelo aumento das receitas do atacado, compostas de tarifas e fees oriundos do segmento de atacado e das operações em mercado de capitais.

Ainda, em relação as ações cíveis massificadas, o Banco segue atuando proativamente em frentes estratégicas em quatro pilares jurídicos que visam mitigar a entrada de novas ações e aumentar a taxa de êxito nas ações judiciais já existentes. São eles: (i) projeto de visitas junto ao e Poder Judiciário com o objetivo de esclarecer os produtos existentes do Banco e a atuação no mercado, (ii) combate à litigância abusiva em âmbito nacional, (iii) performance dos escritórios parceiros, e (iv) a constante retroalimentação de fluxos e procedimentos internos, com o objetivo de melhoria contínua na experiência do cliente e redução de novas ações judiciais.

Resultado Operacional



Como resultado dos fatores acima indicados, o resultado operacional do Banco reduziu para R\$ 530,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação a R\$ 553,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Resultado Não Operacional

O resultado não operacional do Banco foi negativo em R\$ 6,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação a um resultado positivo de R\$ 68,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Em 2024, a linha foi afetada pelo resultado bruto positivo da venda da Granito e da aquisição adicional de 9% do capital social da Bmg Corretora pela Wiz, deduzidos do resultado bruto negativo devido a marcação a valor justo referente a venda da Bmg Seguros.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A receita relacionada a impostos (imposto de renda, CSLL e imposto de renda e CSLL diferidos) foi de R\$ 243,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação a uma despesa de R\$ 1,1 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Essa receita deveu-se principalmente pelo benefício fiscal por conta do pagamento de juros sobre capital próprio e benefício fiscal advindo da Lei do Bem.

Participação nos lucros

A despesa relacionada a participação nos lucros foi de R\$ 134,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, aumento de 10,2% quando comparado aos R\$ 122,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, devido ao aumento do lucro líquido no período.

Participação de não controladores

A participação de não controladores foi de R\$ 72,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, redução de 8,0% quando comparado aos R\$ 78,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO



A tabela a seguir apresenta as principais variações na saída de caixa durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme indicado abaixo:

<i>(Em milhões de R\$)</i>	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(1.226,5)	1.095,3
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(287,6)	(254,6)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	370,8	311,2
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.143,3)	1.151,9

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 1.226,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 comparado ao caixa gerado de R\$ 1.095,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Essa variação de R\$ 2.321,8 milhões no caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais é justificada principalmente pela variação nos depósitos, nas captações no mercado aberto e pela variação em operações de concessão de crédito, parcialmente neutralizados pela variação em títulos e valores mobiliários.

Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento totalizou R\$ 287,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro 2025 comparado ao caixa aplicado de R\$ 254,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2026. Essa variação de R\$ 32,9 milhões no caixa líquido aplicado nas atividades de investimento é justificada principalmente pela aquisição de participação acionária na Bmg Seguradora.

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 370,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 311,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Essa variação de R\$ 59,6 milhões no caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento é justificada, principalmente,



pela emissão de letras financeiras realizadas no ano de 2025, neutralizado pelo pagamento de juros sobre capital próprio.

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SELECIONADAS

As informações abaixo foram incluídas para fins analíticos e devem ser lidas em conjunto com os demais itens da seção 2 do Formulário de Referência, bem como com as Demonstrações Financeiras Consolidadas e com as Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco em BACEN GAAP.

Dados de Balanço Médio e Taxa de Juros

As tabelas abaixo apresentam os saldos médios dos ativos geradores de receita e passivos onerosos do Banco, de outras contas de ativos e passivos, das respectivas receitas e despesas de juros e da taxa/rendimento real médio de cada período. Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, os dados do saldo médio anual foram calculados com base na média da soma dos saldos em cinco datas: em 31 de dezembro e no fim dos quatro trimestres anteriores. Da mesma forma, os dados de rendimento/taxa médios foram calculados com base nas receitas e despesas do período, divididas pelos saldos médios calculados conforme descrito acima.

(Em milhões de R\$, exceto %)	No e referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025		
	Saldo Médio	Receita	Taxa média
Ativos:			
Operações de crédito	23.816,2	6.838,5	28,7%
Carteira de Crédito	23.816,2	7.786,6	32,7%
Comissões de Agentes	-	(948,1)	n/a
Operações de Títulos e Valores Mobiliários	15.612,5	2.463,5	15,8%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	65,8	339,3	516,1%
Títulos e Valores Mobiliários	15.546,8	2.124,2	13,7%
Operações de Seguros	-	-	n/a
Ativos geradores de receita	89,7	128,0	n/a
Disponibilidades	39.518,4	9.430,0	23,9%
Relações Interfinanceiras	689,1		
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.374,8		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	153,1		
Outros créditos	(1.687,9)		
Outros valores e bens	7.982,2		
Investimentos	478,5		
Imobilizado de uso	147,8		
Intangível	106,8		
Ativos não remunerados	9.861,9		
Total de ativos	49.380,3		

	Saldo Médio	Despesas	Taxa média
Passivos:			
Depósitos	24.054,2	(3.109,3)	-12,9%
Depósitos interbancários	170,4	(23,3)	-13,7%
Depósitos a prazo	23.883,8	(3.086,0)	-12,9%
Recursos de aceite e emissão de títulos	9.588,2	(1.504,8)	-15,7%
	5.897,7	-	n/a
Captações no mercado aberto ¹		-	n/a
	2.568,4	-	n/a
Obrigações por emissão de letras ²		-	n/a
	1.122,0	-	n/a
Dívida subordinada		-	n/a
Empréstimos e Repasses ³	2.156,3	(250,1)	n/a
Cessão de Crédito	5.633,2	(794,3)	-14,1%
	166,3	-	n/a
Operações de Seguros		-	n/a
	-	377,2	0,0%
Instrumentos Financeiros Derivativos			
Passivos geradores de despesa	41.598,2	(5.281,1)	-12,7%
Depósitos à vista	346,7		
Relações Interfinanceiras	310,7		
Outras obrigações	2.951,2		
Instrumentos Financeiros Derivativos	136,5		
Passivos não remunerados	3.745,1		
Participação Minoritária	152,5		
Patrimônio Líquido	3.884,6		
Total de passivos e patrimônio	49.380,3		

¹⁾ Esses valores incluem as operações de venda e operações compromissadas.

²⁾ Esses valores incluem as letras financeiras e letras de crédito

²⁾ Inclui também resultado de variação cambial conforme nota 20(c) das Demonstrações Financeiras do Banco.

Variações na Receita e Despesas de Juros – Análise de Volume e Taxa

As seguintes tabelas mostram os efeitos das variações em receita e despesas de juros do Banco resultantes das variações nos volumes médios e rendimentos/taxas médios para os períodos apresentados. O Banco calcula as variações no volume e taxa de juros com base na alteração dos saldos médios durante o período e variações nas taxas de juros médias em ativos geradores de receita e passivos onerosos. O Banco aloca a variação líquida dos efeitos combinados do volume e da taxa proporcionalmente ao volume e à taxa médios, em termos absolutos, sem considerar os efeitos positivos e negativos.

(Em milhões de R\$)

Em 31 de dezembro de 2025/2024			
Aumento/Redução			
	Volume ⁽¹⁾	Rendimento/ Taxa ⁽²⁾	Variação Líquida ⁽³⁾
Ativos remunerados:			
Operações de crédito	(60,8)	(811,1)	(871,9)
Carteira de Crédito	(60,8)	(811,1)	(871,9)
Comissões de Agentes	-	-	-
Operações de Títulos e Valores Mobiliários	261,7	749,9	1.011,6
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(110,6)	76,3	(34,3)
Títulos e Valores Mobiliários	372,3	673,7	1.045,9
Operações de Seguros	-	-	-
Total	200,9	(61,1)	139,7
	Volume ⁽¹⁾	Rendimento/ Taxa ⁽²⁾	Variação Líquida ⁽³⁾
Passivos remunerados:			
Depósitos	(42,0)	(744,2)	(786,2)
Depósitos interbancários	(4,3)	(0,2)	(4,5)
Depósitos a prazo	370,6	(370,3)	0,4
Recursos de aceite e emissão de títulos	(408,4)	(373,7)	(782,1)
Captações no mercado aberto	-	-	-
Obrigações por emissão de letras	-	-	-
Dívida subordinada	-	-	-
Empréstimos e repasses	-	-	-
Cessões de Crédito	(207,6)	(142,0)	(349,5)
Operações de Seguros	-	-	-
Total	(658,0)	(1.259,9)	(1.917,9)

(1) O volume é obtido por meio da variação dos saldos (que é o saldo do exercício atual subtraído o saldo do exercício anterior) multiplicado pela variação das taxas (que é a taxa do exercício atual subtraída a taxa do exercício anterior), ponderado pelo impacto da variação do volume somado ao efeito do volume. O efeito do volume é obtido através da multiplicação da variação dos saldos com a taxa do exercício anterior. O impacto da variação do volume é obtido pela divisão do efeito do volume pela soma do efeito do volume e do efeito da taxa.

(2) O rendimento / taxa é obtido por meio da variação dos saldos (que é o saldo do exercício atual subtraído o saldo do exercício anterior) multiplicado pela variação das taxas (que é a taxa do exercício atual subtraída a taxa do exercício anterior) ponderado pelo impacto da variação da taxa somado ao efeito da taxa. O efeito da taxa é obtido através da multiplicação da variação da taxa com o saldo do exercício anterior. O impacto da variação da taxa é obtido pela divisão do efeito da taxa pela soma do efeito do volume e efeito da taxa.

(3) A variação líquida é obtida pela soma do volume (1) com o rendimento/taxa (2).

Margem Líquida de Juros e Spread

A seguinte tabela demonstra o saldo médio dos ativos geradores de receita e passivos onerosos e receita de juros líquida do Banco, e compara a margem líquida de juros e o spread líquido de juros para o período indicado.

(Em milhões de R\$, exceto %)

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Saldo médio dos ativos geradores de receita	39.518,4
Saldo médio dos passivos onerosos	41.598,2
Receita de juros líquida ⁽¹⁾	4.148,9
Taxa de juros do saldo médio dos ativos geradores de receita	23,9%
Taxa de juros do saldo médio dos passivos onerosos	12,7%
Rendimento líquido em ativos geradores de receita ⁽²⁾	11,2%
Margem Financeira Líquida ⁽³⁾	16,5%

- (1) Receita com intermediação financeira menos despesas com intermediação financeira mais operações de seguros.
 (2) Diferença entre o rendimento médio da média dos ativos geradores de receita (incluindo despesa com comissões de crédito) e o rendimento médio da média dos passivos onerosos.
 (3) Com base na DRE Gerencial: resultado bruto com intermediação financeira (excluindo despesas de comissões de agentes) antes da provisão para crédito de liquidação duvidosa mais operações de seguros mais receita com serviços prestados como percentual da média dos ativos geradores de receita.

Retorno de Capital e Ativos

A tabela a seguir apresenta os indicadores financeiros selecionados para o período indicado.

(Em milhões de R\$, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Lucro líquido	560,7
Total de ativos médios	49.380,3
Patrimônio líquido médio	3.884,6
Retorno em ativos médios ⁽¹⁾	1,1%
Retorno de capital médio ⁽²⁾	14,4%
Patrimônio líquido médio como percentual da média do total de ativos	7,9%
Taxa de pagamento de dividendos ⁽³⁾ :	
Total de dividendos declarados mais juros sobre capital próprio ⁽³⁾	323,6
Total de dividendos declarados mais juros sobre capital próprio como % liquidado lucro líquido	57,7%

(1) Lucro líquido como percentual da média do total de ativos.
 (2) Lucro líquido como percentual do patrimônio líquido médio.
 (3) No exercício social de 2024 foi declarado apenas juros sobre capital próprio.

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

A tabela abaixo apresenta a carteira de títulos e valores mobiliários do Banco nas datas indicadas. O Banco declara a negociação e a disponibilidade para venda de valores mobiliários ao seu valor justo e valores mobiliários detidos até o vencimento ao seu custo amortizado de compra mais ganhos acumulados. O Banco apresenta instrumentos financeiros derivativos ao seu valor justo; se o valor justo de um instrumento financeiro derivativo for negativo, esse valor é registrado no passivo. Consulte a nota 2(e) das demonstrações financeiras consolidadas do Banco para uma descrição aprofundada do tratamento títulos e valores mobiliários do Banco.

(Em milhões de R\$, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2025	% do Total
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:		
Títulos Públicos Federais	7.370,4	43,0%
Debêntures	725,6	4,2%
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	5,9	0,0%
Certificado de Recebíveis Imobiliários	27,0	0,2%
Certificado de Depósito Bancário	59,9	0,3%
Subtotal	8.188,8	47,8%
MTM dos títulos transferidos - VJORA		
Títulos Públicos Federais	(44,8)	-0,3%

Subtotal	(44,8)	-0,3%
Valor justo por meio do resultado:		
Títulos Públicos Federais	3.701,2	21,6%
Ações	53,8	0,3%
Cotas de fundos de investimentos	593,9	3,5%
Instrumentos financeiros derivativos	54,3	0,3%
Subtotal	4.403,3	25,7%
Custo Amortizado:		
Títulos Públicos Federais	1.528,6	8,9%
Cédula de Produto Rural	102,2	0,6%
Debêntures	366,9	2,1%
Nota Comercial	417,4	2,4%
Títulos no exterior	2.160,9	12,6%
Subtotal	4.576,0	26,7%
Total	17.123,3	100,0%

Distribuição no Vencimento da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

A tabela a seguir estabelece as datas de vencimento contratuais, em 31 de dezembro de 2025, dos títulos e valores mobiliários do Banco disponibilizados para venda, para negociação e mantidos até o vencimento, bem como as datas de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos que apresentam uma posição de ativo nessa data. Em 31 de dezembro de 2024, o Banco não detinha valores mobiliários isentos de impostos na sua carteira.

(Em milhões de R\$)

Em 31 de dezembro de 2025

	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Em % do Total
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:									
Títulos Públicos Federais	-	197,4	897,9	-	-	3.249,9	3.025,2	7.370,4	43,0%
Debêntures	-	5,1	5,4	5,0	26,1	76,4	607,6	725,6	4,2%
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	0,1	0,1	0,1	2,7	0,6	2,3	5,9	0,0%
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	0,4	0,4	1,6	2,3	4,5	17,7	27,0	0,2%
Certificado de Depósito Bancário	-	59,9	-	-	-	-	-	59,9	0,3%
Total	-	262,9	903,9	6,6	31,1	3.331,4	3.652,8	8.188,8	47,8%
MTM dos títulos transferidos - VJORA									
Títulos Públicos Federais	-	-	(7,4)	(3,9)	(7,7)	(18,7)	(7,1)	(44,8)	-0,3%
Total	-	-	(7,4)	(3,9)	(7,7)	(18,7)	(7,1)	(44,8)	-0,3%

Valor justo por meio do resultado:

Títulos Públicos Federais	-	3.701,2	-	-	-	-	-	3.701,2	21,6%
Ações	53,8	-	-	-	-	-	-	53,8	0,3%
Cotas de fundos de investimento	593,9	-	-	-	-	-	-	593,9	3,5%
Instrumentos financeiros derivativos	-	10,6	9,6	2,5	18,5	5,1	7,9	54,3	0,3%
Total	647,8	3.711,8	9,6	2,5	18,5	5,1	7,9	4.403,3	25,7%

Custo Amortizado:

Títulos Públicos Federais	-	-	-	-	-	760,4	768,1	1.528,6	8,9%
Cédula de Produto Rural	-	0,5	-	6,2	27,3	41,2	27,0	102,2	0,6%
Debêntures	-	11,2	11,2	11,2	34,9	73,1	225,4	366,9	2,1%
Nota Comercial	-	64,5	15,7	23,3	73,4	129,7	110,8	417,4	2,4%
Títulos no exterior	-	17,8	27,2	15,0	56,5	111,2	1.933,3	2.160,9	12,6%
Subtotal	-	94,0	54,1	55,5	192,1	1.115,6	3.064,7	4.576,0	26,7%
Total	647,8	4.068,7	960,2	60,8	234,0	4.433,4	6.718,4	17.123,3	100,0%

Instrumentos Financeiros Derivativos

A tabela a seguir estabelece os instrumentos financeiros derivativos do Banco na referida data.

Em 31 de dezembro de 2025

	Ativo (passivo)	Valor nominal
	(em milhões de R\$)	
Operações de Swap		
Diferencial a receber	54,3	1.226,4
Diferencial a pagar	(83,8)	1.704,7
Total	(29,4)	2.931,1

Depósitos Compulsórios do Banco Central do Brasil

Em 31 de dezembro de 2025, de acordo com a Resolução BACEN nº 189 de 23 de fevereiro de 2022 e Resolução BCB nº 145 de 24 de setembro de 2021, o Banco mantinha compulsório de depósitos à vista e a prazo no valor de R\$ 873,8 milhões.

Operações de Crédito



A tabela a seguir resume a carteira de crédito do Banco em aberto por categoria de operação. Com exceção da carteira de crédito pessoal “Empréstimo Consignado nos Estados Unidos”, todos as operações de crédito do Banco são com tomadores domiciliados no Brasil.

(Em milhões de R\$)	Em 31 de dezembro de 2025
Tipo de operações de crédito:	
Crédito pessoal ⁽¹⁾	11.466,4
Carteira comercial ⁽²⁾	1.980,0
Operações de crédito cedidas ⁽³⁾	8.563,5
Total - Operações de crédito	22.009,9
Outros créditos⁽⁴⁾	1.183,3
Total antes da provisão para crédito de liquidação duvidosa	23.193,2
Outros ativos atrelados à carteira de crédito	133,9
Total da carteira de crédito	23.327,0
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.616,7)
Total	21.710,4

⁽¹⁾ Refere-se às carteiras de cartão de crédito consignado, cartão consignado benefício, empréstimo consignado, crédito na conta, consignado privado, cartão de crédito, antecipação FGTS, empréstimo consignado nos Estados Unidos, exceto contratos classificados em operações de crédito cedidas e outros créditos.

⁽²⁾ Refere-se às operações de atacado (operações estruturadas e empresas).

⁽³⁾ Refere-se às operações de crédito cedidas de crédito pessoal.

⁽⁴⁾ Refere-se a compras a faturar do cartão de crédito consignado, cartão consignado benefício e cartão de crédito e a carteira de câmbio e compra de duplicatas.

Os principais tipos de produtos são os seguintes:

Produtos de Varejo:

- **CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO E CARTÃO CONSIGNADO BENEFÍCIO.** São os principais produtos do Banco. Trata-se de cartão de crédito consignado a aposentados e pensionistas do INSS e a servidores públicos, cujo pagamento mínimo é descontado diretamente na folha de pagamento a partir dos benefícios e salários. A forma de pagamento via consignação deste produto permite ao Banco praticar taxas significativamente mais baixas do que as cobradas por cartões de crédito tradicionais ou outros créditos pessoais. Além disso, os cartões consignados oferecem benefícios extras para aposentados e pensionistas do INSS, tais como: seguro de vida, auxílio funeral e desconto em farmácias.
- **EMPRÉSTIMO CONSIGNADO.** Assim como consignados cartões consignados, o empréstimo consignado é um produto estratégico para o Banco, dado que permite o relacionamento primário com o cliente e a oferta completa de produtos e serviços. O



produto consiste em empréstimos consignados concedidos a aposentados e pensionistas do INSS e servidores públicos cujo pagamento mínimo é deduzido diretamente da folha de pagamento. Ainda, visando maximizar o retorno sobre o capital alocado para o produto, o Banco tem como estratégia realizar cessões sem retenção de riscos e benefícios de forma recorrente de parte da origem do produto.

- **CRÉDITO NA CONTA.** São créditos pessoais cujo pagamento de juros e principal é deduzido diretamente das contas correntes individuais dos aposentados e pensionistas do INSS e de servidores públicos. Esta linha de crédito é complementar às linhas de produtos consignáveis, proporcionando aos clientes acesso a mais uma linha de financiamento caso precisem atender necessidades de crédito emergenciais.
- **CONSIGNADO PRIVADO.** Em julho de 2025 o Banco começou a operar de forma conservadora no empréstimo consignado privado. O desconto das parcelas ocorre diretamente na folha de pagamento via e-Social, permitindo taxas de juros mais acessíveis.
- **ANTECIPAÇÃO FGTS.** É a antecipação do saque-aniversário do FGTS. O saque-aniversário é um opcional que permite a retirada de parte do saldo da conta do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), anualmente, no mês de aniversário de acordo com as faixas de saldo pré-definidas.
- **CARTÃO DE CRÉDITO.** São cartões de crédito vinculados ao banco digital, incluindo as parcerias com clubes de futebol.

Produtos de Atacado:

- **OPERAÇÕES ESTRUTURADAS.** Refere-se a antecipação de recebíveis das comissões pagas pelo Banco ao longo do prazo dos contratos originados pelos correspondentes e franqueados, e antecipação de recebíveis dos direitos televisivos dos clubes de futebol.
- **EMPRESAS.** Para empresas nos segmentos de Corporate, o Banco oferece financiamento e prestação de serviços financeiros estruturados, focando em produtos com baixa alocação de capital, como proteção de balanço e serviços de *investment banking* como assessoria em M&A, DCM e ECM.

Produtos Securitários:



- **SEGUROS MASSIFICADOS.** O Banco, por meio das suas subsidiárias indiretas Bmg Corretora de Seguros e Bmg Seguradora, oferece aos seus clientes seguros massificados, incluindo seguro de vida, proteção financeira e acesso a medicina.

Vencimentos da Carteira de Crédito

A tabela a seguir apresenta a distribuição de vencimentos da carteira de crédito por tipo em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhões de R\$)		Em 31 de dezembro de 2025								
		Vincendo							Carteira de Crédito Total	Carteira de Crédito após a provisão para crédito de liquidação duvidosa
Tipo de operações de crédito	Vencido	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Provisão para crédito de liquidação duvidosa		
Crédito pessoal	1.053,8	2.648,4	662,1	506,4	1.259,3	1.762,2	12.902,6	20.794,7	1.458,7	19.336,0
Carteira comercial	74,7	1.243,5	72,2	167,5	234,1	364,2	376,0	2.532,3	157,9	2.374,3
Total	1.128,5	3.891,8	734,3	673,9	1.493,5	2.126,5	13.278,6	23.327,0	1.616,6	21.710,4

Principais Devedores

As tabelas abaixo fornecem determinadas informações relacionadas aos principais devedores do Banco, de acordo com regras de classificação determinadas pelo Banco Central do Brasil, nas datas apresentadas:

(Em milhões de R\$, exceto %)

Maior devedor
 10 maiores devedores sucessivos.....
 20 maiores devedores sucessivos.....
 50 maiores devedores sucessivos.....
 100 maiores devedores sucessivos
Total da carteira de crédito

Em 31 de dezembro de 2025	% da carteira
153,3	0,7%
751,5	3,2%
1.063,2	4,6%
1.596,0	6,9%
1.968,1	8,5%
23.193,2	100,0%

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão do Banco para créditos de liquidação duvidosa destina-se a ajustar o valor da sua carteira de crédito para prováveis créditos de liquidação duvidosa. O Banco determina o valor da sua provisão para créditos de liquidação duvidosa para a sua carteira de crédito seguindo os critérios de risco de crédito estabelecidos pela Resolução Conselho Monetário Nacional nº



4.966/21. A principal mudança na nova Resolução é a apuração da despesa passou do modelo de perda incorrida para o modelo de perda esperada.

Créditos baixados para prejuízo

De acordo com a Resolução Conselho Monetário Nacional nº 4.966/21, as operações de crédito devem ser baixados para prejuízo em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito caso não seja provável que o Banco recupere o seu valor.

Inadimplência e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A tabela a seguir apresenta um resumo das operações de crédito inadimplentes do Banco classificados em Estágio 3 e também na metodologia Over90 (operações de crédito em atraso acima de 90 dias), em conjunto com determinados índices de qualidade de ativos nas datas indicadas.

<i>(Em milhões de R\$, exceto %)</i>	Em 31 de dezembro de 2025
Carteira de crédito total	23.193,2
Créditos em Estágio 3	1.385,9
Saldo de provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.616,7
Baixa para prejuízo líquida de recuperação ⁽³⁾	2.074,2
Créditos inadimplentes (estágio 3) como percentual da carteira de crédito total ⁽¹⁾	6,0%
Créditos inadimplentes over90 como percentual da carteira de crédito total	3,5%
Saldo de provisão para crédito de liquidação duvidosa como percentual da carteira de crédito total	7,0%
Saldo de provisão para crédito de liquidação duvidosa como percentual dos créditos inadimplentes ⁽²⁾	116,7%
Baixa para prejuízo líquida de recuperação como percentual da carteira de crédito total	8,9%

⁽¹⁾ Operações de créditos inadimplentes classificados em Estágio 3 nos termos dos critérios de riscos creditórios do Conselho Monetário Nacional como um percentual da carteira de crédito total do Banco.

⁽²⁾ Saldo de provisão para crédito de liquidação duvidosa como percentual de créditos inadimplentes (créditos classificados em Estágio 3 nos termos dos critérios de riscos creditórios do Conselho Monetário Nacional).

⁽³⁾ Saldo refere-se aos Créditos de liquidação duvidosa baixados a débito de provisão menos Créditos recuperados.

A tabela a seguir apresenta a carteira de crédito total do Banco por produto e os saldos correspondentes dos créditos inadimplentes do Banco em 31 de dezembro de 2025:

(Em milhões de R\$, exceto %)

Em 31 de dezembro de 2025

	Carteira de Crédito Total	Créditos em Estágio 3	Créditos Inadimplentes como % da Carteira de Crédito Total ⁽¹⁾
Tipo de Operações de Crédito			
Varejo ⁽²⁾	19.490,3	1.024,5	5,3%
Atacado ⁽³⁾	2.532,3	213,6	8,4%
Exterior ⁽⁴⁾	1.170,6	147,8	12,6%
Carteira de crédito total	23.193,2	1.385,9	6,0%

⁽¹⁾ Créditos inadimplentes classificados em Estágio 3 nos termos dos critérios de riscos creditórios do Conselho Monetário Nacional como um percentual da carteira de crédito total do Banco.

⁽²⁾ Refere-se às carteiras de cartão de crédito consignado, cartão consignado de benefício, empréstimo consignado, crédito na conta, consignado privado cartão de crédito e antecipação FGTS.

⁽³⁾ Refere-se às operações de atacado (operações estruturadas e empresas).

⁽⁴⁾ Refere-se a carteira de empréstimo consignado nos Estados Unidos.

Classificação de Operações de Crédito

A tabela a seguir apresenta a classificação da carteira de crédito total do Banco de acordo com a categoria de risco em 31 de dezembro de 2025 classificados em três estágios, Estágio 1 (operações de crédito que não tenham aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre estas operações representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses), Estágio 2 (caso seja identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, a operação de crédito será enquadrada dentro deste estágio) e Estágio 3 (caso seja identificado um aumento significativo no risco da operação de crédito desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração).

(Em milhões de R\$, exceto %)

Estágio	% da Carteira de Crédito Total	Carteira de Crédito Total	Provisão para crédito de liquidação duvidosa
1	90,5%	20.984,4	388,5
2	3,5%	822,9	278,0
3	6,0%	1.385,9	950,2
Total	100,0%	23.193,2	1.616,7

Provisão para crédito de liquidação duvidosa



A tabela a seguir apresenta a evolução da provisão para crédito de liquidação duvidosa do Banco para o período indicado.

<i>(Em milhões de R\$)</i>	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Saldo do início do período	1.132,0
Efeito da adoção inicial da Resolução 4.966/21	1.261,3
Saldo em 01/01/2025	2.393,3
Constituição da provisão	1.559,3
Baixas para prejuízo (a)	(2.335,9)
Saldo do fim do período	1.616,7
Créditos recuperados (b)	261,7
Valores líquidos incobráveis (a + b)	(2.074,2)

Com base nas informações disponíveis com relação aos tomadores de crédito, o Banco acredita que a provisão acumulada do Banco para crédito de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir prováveis créditos de liquidação duvidosa da carteira de crédito total do Banco.

Alocação da Provisão para crédito de liquidação duvidosa

As tabelas abaixo estabelecem a alocação da provisão para crédito de liquidação duvidosa nas datas indicadas.

<i>(Em milhões de R\$, exceto %)</i>	Em 31 de dezembro de 2025		
	Provisão alocada	Provisão alocada como % do tipo de operação de crédito	Categoria de empréstimo como % da carteira de crédito total
Tipo de operações de crédito:			
Varejo	1.135,4	5,8%	84,0%
Atacado	157,9	6,2%	10,9%
Exterior	323,3	27,6%	5,0%
Total	1.616,7	7,0%	100,0%

Média de Saldos de Depósitos e Taxas de Juros

A tabela a seguir apresenta a média de saldos de depósitos e a média da taxa de juros paga sobre depósitos para o período indicado.



(em milhões de R\$, exceto %)

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025	
	Saldo Médio ⁽¹⁾	Taxa de Juros Média ⁽²⁾
Depósitos	24.054,2	-12,9%
Depósitos interbancários	170,4	-13,7%
Depósitos a prazo	23.883,8	-12,9%

⁽¹⁾ Os dados do saldo médio anual foram calculados com base na média da soma dos saldos em cinco datas: em 31 de dezembro, 30 de setembro, 30 de junho, 31 de março e 31 de dezembro de ano anterior, para cada um dos exercícios sociais.

⁽²⁾ A taxa de juros média foi calculada com base nas despesas do período, divididas pelos saldos médios calculados conforme descrito acima.

Vencimento dos Depósitos

As seguintes tabelas estabelecem informações com relação ao vencimento dos depósitos do Banco nas datas indicadas.

(Em milhões de R\$)

	Em 31 de dezembro de 2025
	CDB / CDI / DPGE / Depósito à vista
Vencimento em até 3 meses	3.077,8
Vencimento depois de 3 meses, mas em até 6 meses	2.424,1
Vencimento depois de 6 meses, mas em até 12 meses	3.881,3
Vencimento depois de 12 meses	13.007,5
Total	22.390,8

Recursos de aceite e emissão de títulos

Letras Financeiras e Letras de Crédito: os recursos do Banco provenientes de aceite e emissão de títulos incluem valores mobiliários que o Banco emitiu no Brasil. A tabela a seguir apresenta informações sobre o vencimento das letras financeiras (sênior, subordinadas e subordinada perpétua) e letras de crédito em aberto do Banco por vencimento, na data indicada.

(Em milhões de R\$)

	Em 31 de dezembro de 2025
	LF / LCI / LCA
Vencimento em até 3 meses	7,2
Vencimento depois de 3 meses, mas em até 6 meses	393,2
Vencimento depois de 6 meses, mas em até 12 meses	668,3
Vencimento depois de 12 meses	3.578,7
Total	4.647,4

Índices de Basileia e Requisitos de Capital Mínimo



Em outubro de 2013, entrou em vigor um novo arcabouço regulatório visando a implementação da estrutura do Acordo de Basileia III no Brasil, definindo novo conjunto de requerimentos para instituições financeiras, conforme abaixo.

Com o objetivo de fortalecer a estrutura de capital dos bancos e elevar a resiliência do sistema financeiro, o Acordo de Basileia III introduziu novas definições e exigências de capital que foram implementadas gradualmente até 2019. No Brasil, atualmente, as instituições financeiras, incluindo o Banco, devem manter os seguintes requisitos mínimos obrigatórios: I. Capital Principal de no mínimo 4,5%; II. Nível I de no mínimo 6%; III. Capital Regulatório Total de no mínimo 8%; IV. Capital de Conservação (ACP) de no mínimo 2,5%, totalizando 10,5% de exigência de capital.

O Banco informa seus requerimentos de capital de forma consolidada, incluindo o patrimônio de subsidiárias e afiliadas de propriedade majoritária e minoritária. O Banco calcula seu capital mínimo exigido de acordo com os parâmetros definidos pelas Resoluções nº 4.955 e nº 4.958, ambas de 21 de outubro de 2021. O índice entre o patrimônio de referência em relação aos ativos ponderados pelo risco foi de 13,2% em 31 de dezembro de 2025 e a relação entre o Capital Nível I e o total de ativos ponderados pelo risco era de 10,1% na mesma data. Em 31 de dezembro de 2025, os ativos de liquidez de alta qualidade do Banco totalizavam R\$ 5.942,1 milhões e o seu índice de cobertura de liquidez, calculado por meio do total de ativos de alta qualidade e saídas líquidas por um período de 30 dias (LCR), era de 627%.

A partir de 1º de janeiro de 2025 por meio da Resolução BCB nº 448 e resoluções complementares, o Banco Central do Brasil iniciou a transição faseada (*phase in*) para os impactos do IFRS 09 no capital regulatório em sua eventual redução advinda da migração para o novo modelo de provisionamento e os efeitos do *phase in* da adoção da Resolução BCB nº 356 de 28/11/2023 e resoluções complementares, relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada. A transição se dará entre 2025 e 2028 e será aplicável a todas as instituições autorizadas a funcionar pelo BC que apuram capital regulatório.

O *phase in* ao capital regulatório do impacto da migração sensibilizou as métricas de exposição ao risco.

Exposição do Banco a Variações na Taxa de Câmbio



A maioria das operações do Banco é denominada em Real. Entretanto, conforme informações apresentadas no quadro do item 4.3, o Banco também tem exposição ao risco cambial, tanto em decorrência de ativos, passivos e itens fora do balanço patrimonial do Banco que são denominados ou indexados a moedas que não sejam o Real, tanto como resultado de negociação quanto no curso regular das atividades bancárias. O Banco busca controlar a exposição às movimentações de taxas de câmbio através do gerenciamento e monitoramento de disparidades de taxa de câmbio relevantes, conforme determina a sua Política de Risco de Mercado.

Em 31 de dezembro de 2025, a exposição líquida consolidada em moeda estrangeira do Banco era de R\$ 13,0 milhões (posição vendida), ou 0,35% do patrimônio de referência do Banco. A exposição líquida consolidada em moeda estrangeira é a diferença entre o total de ativos indexados ou denominados em moeda estrangeira e o total de passivos indexados ou denominados em moeda estrangeira, incluindo instrumentos financeiros derivativos a valor justo.

A posição de moeda estrangeira do Banco também resulta da compra e venda de moeda estrangeira (principalmente dólares norte-americanos) pelo Banco de exportadores e importadores brasileiros, de outras instituições financeiras no mercado interbancário e em operações nos mercados de câmbio spot e futuro. O Banco Central do Brasil regula as posições cambiais do Banco.

Em 31 de dezembro de 2025, a composição dos ativos, passivos e exposição cambial líquida denominados em moeda estrangeira do Banco era como segue.

<i>(Em milhões de R\$, exceto %)</i>		Em 31 de dezembro de 2024
Ativos denominados em moeda estrangeira		4.401,3
Passivos denominados em moeda estrangeira		(4.414,3)
Exposição cambial líquida ⁽¹⁾		(12,99)
Patrimônio de referência		3.729,4
Exposição cambial líquida como % do patrimônio de referência		0,35%
Exposição cambial líquida máxima regulatória		30,00%

⁽¹⁾ Exposição cambial líquida calculada conforme a Circular nº3641 de 04/03/2013 do Banco Central do Brasil.

O caixa e os disponíveis do Banco em moeda estrangeira estão, principalmente, em dólares norte-americanos. Eventualmente, o Banco também pode possuir valores denominados em outras moedas estrangeiras, porém em baixa relevância, de modo que a exposição cambial do Banco é primordialmente em dólar norte-americano.



Adicionalmente, o Banco celebra contratos de derivativos com outras instituições para gerenciar sua exposição geral, bem como auxiliar clientes no gerenciamento de suas respectivas exposições. Essas operações envolvem contratos de derivativos, incluindo *swaps* cambiais e futuros. Em 31 de dezembro de 2025, o Banco possuía o valor de exposição de R\$ 226 milhões de derivativos cambiais como hedge.

POLÍTICA DE EQUIDADE

O Banco Bmg assegura o respeito irrestrito aos seus colaboradores, sem qualquer distinção baseada em gênero, raça/cor, idade, orientação sexual, religião ou outros atributos pessoais. A instituição mantém um compromisso permanente com a promoção de um ambiente de trabalho ético, saudável e inclusivo, que favoreça o desenvolvimento profissional e esteja integralmente livre de práticas discriminatórias ou de qualquer forma de julgamento. A observância aos direitos humanos constitui um princípio universal, inegociável e estruturante da atuação do Banco, orientando suas relações internas e externas e promovendo a valorização da diversidade junto aos seus colaboradores e demais públicos de interesse.

O Banco Bmg reconhece a importância da atuação colaborativa e em rede para o avanço consistente da agenda de equidade. Nesse contexto, além da participação em fóruns e iniciativas promovidas por associações setoriais, o Banco é signatário de relevantes compromissos e movimentos nacionais e internacionais, incluindo:

- Pacto Global da ONU
- Pacto de Promoção da Equidade Racial
- Rede Empresarial de Inclusão Social
- Movimento Mulher 360
- Women on Board (WOB)
- Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+
- OUTstand Brasil
- Pacto pelo esporte
- Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção (Empresa Limpa), coordenado pelo Instituto Ethos.

O Banco Bmg foi o primeiro banco brasileiro a receber a certificação *Age Friendly Employer*, concedida pelo Age Friendly Institute, com representação no Brasil pela Maturi. A certificação reconhece organizações comprometidas com a diversidade etária, a inclusão de profissionais



com 50 anos ou mais e a adoção de práticas voltadas à mitigação do etarismo no ambiente corporativo.

No que se refere à composição por identidade de gênero autodeclarada, o Banco apresenta nível de conformidade superior às exigências previstas no Anexo ASG do Regulamento de Emissores da B3. Em 2025, a estrutura de liderança do Banco contava com quatro mulheres em posições de alta liderança, distribuídas da seguinte forma:

- duas Diretoras Estatutárias;
- uma Presidente do Conselho de Administração;
- uma integrante do Conselho de Administração.

Essa composição evidencia o compromisso contínuo do Banco Bmg com a promoção da diversidade de gênero e com o fortalecimento da representatividade em instâncias decisórias, em consonância com as melhores práticas de governança corporativa, gestão responsável e transparência perante o mercado e seus investidores.

Em conformidade com a Lei nº 15.177, de 23 de julho de 2025, o Banco passou a divulgar as seguintes informações relacionadas à equidade, as quais também são apresentadas neste item 2.11 para melhor referência: (i) quantidade e à proporção de mulheres contratadas, por nível hierárquico, inclusive na administração; (ii) proporção da remuneração média entre mulheres e homens, por nível hierárquico, inclusive na administração; e (iii) evolução comparativa desses indicadores entre os exercícios de 2024 e 2025:

(iii) Quantidade total de colaboradores e administradores e proporção de mulheres

	Em 31 de dezembro de 2025		Em 31 de dezembro de 2024	
	Total	% Mulheres	Total	% Mulheres
Alta Administração	18	22,2%	18	22,2%
Liderança Executiva/Gerencial	172	36,0%	166	31,3%
Coordenador/Especialista	280	33,2%	270	32,2%
Administrativo	884	54,1%	849	55,1%
Operacional	149	62,4%	129	60,5%

Obs:

Alta Administração: membros do Conselho de Administração / Diretoria

Liderança Executiva/Gerencial: superintendentes, gerentes executivos e gerentes

Coordenador/Especialista: coordenadores e especialistas

Administrativo: analistas sênior, pleno e júnior

Operacional: assistentes e aprendizes

- (iv) proporção da remuneração média entre mulheres e homens, por nível hierárquico, inclusive na administração

	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Alta Administração	1,30	1,07
Liderança		
Executiva/Gerencial	0,81	0,83
Coordenador/Especialista	0,92	0,88
Administrativo	0,84	0,85
Operacional	0,84	0,91

Obs:

Alta Administração: membros do Conselho de Administração / Diretoria

Liderança Executiva/Gerencial: superintendentes, gerentes executivos e gerentes

Coordenador/Especialista: coordenadores e especialistas

Administrativo: analistas sênior, pleno e júnior

Operacional: assistentes e aprendizes

O indicador apresenta a proporção da remuneração média das mulheres em relação a média dos homens nos respectivos níveis hierárquicos, considerando a posição em 31 de dezembro de cada ano. As variações observadas refletem a composição e a distribuição do quadro de colaboradores por nível, cargo e funções, em linha com práticas de transparência e monitoramento de equidade remuneratória.



Anexo II - Proposta da Administração para Destinação do Lucro Líquido (Anexo A da Resolução CVM nº 81)

1. Informar o lucro líquido do exercício.

R\$ 560.685 mil (quinhentos e sessenta milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil reais), conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN GAAP”).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

O montante global bruto de R\$ 323.619 mil (trezentos e vinte e três milhões, seiscentos e dezenove mil reais) foi declarado a título de juros sobre capital próprio, que corresponde ao valor bruto de R\$ 0,547 por ação ordinária e preferencial de emissão do Banco. Sobre o referido valor foi efetuada a dedução de 15% (quinze por cento) a título de Imposto de Renda Retido na Fonte, exceto aos acionistas comprovadamente imunes ou isentos, de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 (“Lei 9.249/95”), sendo atribuído o valor líquido de R\$ 0,46495 por ação ordinária e preferencial representativa do capital social do Banco. Referidos juros a título de remuneração sobre o capital próprio foram aprovados pelo Conselho de Administração do Banco em reuniões realizadas em 27 de março de 2025, 15 de julho de 2025, 04 de novembro de 2025, 27 de novembro de 2025 e 11 de dezembro de 2025.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

58% (cinquenta e oito por cento).

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Não aplicável, uma vez que não haverá distribuição adicional aos juros sobre capital próprio já declarados.



b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável, uma vez que não haverá distribuição adicional aos juros sobre capital próprio já declarados.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Os juros sobre o capital próprio foram aprovados pelo Conselho de Administração do Banco em (i) reunião realizada em 27 de março de 2025, no valor total bruto de R\$ 58,3 milhões referentes ao primeiro trimestre de 2025, sendo atribuído o valor bruto de R\$ 0,10 por ação ordinária e preferencial representativa do capital social do Banco; (ii) reunião realizada em 15 de julho de 2025, no valor total bruto de até R\$ 58,3 milhões referentes ao segundo trimestre de 2025, sendo atribuído o valor bruto de R\$ 0,10 por ação ordinária e preferencial representativa do capital social do Banco; (iii) reunião realizada em 04 de novembro de 2025, no valor total bruto de até R\$ 59,7 milhões referentes ao terceiro trimestre de 2025, sendo atribuído o valor bruto de R\$ 0,10 por ação ordinária e preferencial representativa do capital social do Banco, (iv) reunião realizada em 27 de novembro de 2025, no valor total bruto de até R\$ 59,7 milhões, referentes ao quarto trimestre de 2025, sendo atribuído o valor bruto de R\$ 0,10 por ação ordinária e preferencial representativa do capital social do Banco, e (v) reunião realizada em 11 de dezembro de 2025, no valor total bruto de R\$ 87,7 milhões, referentes ao pagamento complementar, sendo atribuído o valor bruto de R\$ 0,147 por ação ordinária e preferencial representativa do capital social do Banco. Os juros sobre capital próprio total efetivamente declarados foram de R\$ 323.619 mil (trezentos e vinte e três milhões, seiscentos e dezenove mil reais) no ano de 2025.

Sobre os referidos valores foi efetuada a dedução de 15% (quinze por cento) a título de Imposto de Renda Retido na Fonte, exceto para os acionistas comprovadamente imunes ou isentos, de acordo com o artigo 9º da Lei 9.249/95, sendo atribuído o valor total líquido de R\$ 0,46495 por ação ordinária e preferencial representativa do capital social do Banco.

b. informar a data dos respectivos pagamentos.

Os juros sobre capital próprio, declarado nos termos do item ‘a’ acima, foram pagos aos acionistas em 15 de abril de 2025, 21 de agosto de 2025, 25 de novembro de 2025, 23 de dezembro de 2025 e 14 de janeiro de 2026, respectivamente.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe: (a) lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores; e (b) dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

	Exercício de 2025	Exercício de 2024	Exercício de 2023
Lucro líquido do exercício (em R\$ mil)	560.685	419.957	204.661
Total de ações ordinárias, excluídas as ações em tesouraria	382.836.779	372.696.198	372.696.198
Total de ações preferenciais, excluídas as ações em tesouraria	213.650.167	207.785.904	210.377.214
Lucro líquido do exercício por ação	0,94	0,72	0,35
Total de dividendos e juros sobre capital próprio distribuído (em R\$ mil)	323.619	215.283	219.001
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído por ação	0,547	0,3700	0,3756

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal.

R\$ 28.034 mil (vinte e oito milhões e trinta e quatro mil reais).

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: (a) informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos; (b) identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; (c) identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; e (d)



identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório: (a) descrever a forma de cálculo prevista no estatuto; (b) informar se ele está sendo pago integralmente; e (c) informar o montante eventualmente retido.

a. O Estatuto Social do Banco estabelece que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (“Lei 6.404/76”), seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório. Em conformidade com a Lei 6.404/76, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto sobre a renda. Ainda, a Lei 6.404/76 autoriza que o Banco pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).

b. O dividendo mínimo obrigatório do Banco está sendo pago integralmente. Como regra geral, a periodicidade da distribuição de dividendos é anual, entretanto, conforme Artigo 41 do Estatuto Social, o Banco pode declarar dividendos intermediários e intercalares, respeitado o limite legal. Além disso, conforme Fato Relevante divulgado dia 24 de novembro de 2022, o Conselho de Administração do Banco passou a se reunir para deliberar, trimestralmente, sobre declaração de juros sobre o capital próprio.

c. Não há montante retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia, (a) informar o montante da retenção; (b) descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; e (c) justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências, (a) identificar o montante destinado à reserva; (b) identificar a perda considerada provável e sua causa; (c) explicar porque a perda foi considerada provável; (d) justificar a constituição da reserva.

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar, (a) informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar; e (b) informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias, (a) descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva; (b) identificar o montante destinado à reserva; (c) descrever como o montante foi calculado.

a. A previsão para a destinação das reservas estatutárias está presente no artigo 40 do Estatuto Social do Banco, o qual estabelece que poderá ser proposta pelo Conselho de Administração, a destinação das parcelas dos lucros para constituição de reservas ou retenções previstas em lei ou no próprio Estatuto Social.

b. Após a destinação de reserva legal e destinação dos juros sobre o capital próprio, o saldo remanescente do lucro líquido apurado é de R\$ 209.032 mil (duzentos e nove milhões e trinta e dois mil reais), o qual foi destinado a reserva de lucros.

c. O montante foi calculado com base no total do lucro líquido apurado, descontando-se a base de 5% (cinco por cento) destinada à conta da reserva legal e o montante de 58% (cinquenta e oito por cento) de juros sobre o capital próprio.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital, (a) identificar o montante da retenção; (b) fornecer cópia do orçamento de capital.

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais, (a) informar o montante destinado à reserva; e (b) explicar a natureza da destinação.

Não aplicável.

Anexo III – Informações sobre Indicados ao Conselho de Administração (Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)

Nome	Ângela Annes Guimarães	CPF	375.156.836-00
Data de Nascimento	20/06/1952	Profissão	Bacharel em Estudos Sociais
Órgão	Conselho de Administração	Data de início do primeiro mandato	18/06/1987
Cargo	Membro do Conselho de Administração	Data de eleição	26/04/2024
Data de posse	13/06/2024	Indicado pelo controlador	Sim
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2026	Membro Independente	Não
Experiência profissional			
Ângela é bacharel em Estudos Sociais pela PUC - MG, atua na diretoria de diversas empresas não financeiras pertencentes à família Guimarães, é membro do Comitê Executivo das Empresas Financeiras Bmg desde 1993 e atua como membro no Conselho de Administração da Companhia.			
Declaração de eventuais condenações			
Declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação vigente.			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Pessoa Relacionada	Cargo da Pessoa Relacionada	Sociedade Envolvida	Tipo de Parentesco
Antonio Mourão Guimarães Neto	Controlador e Conselheiro	Banco BMG S.A.	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Regina Annes Guimarães	Controladora	Banco BMG S.A.	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Ricardo Annes Guimaraes	Controlador e Conselheiro	Banco BMG S.A.	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Regina Annes Guimarães	Diretora	CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Ricardo Annes Guimaraes	Diretor	CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Ricardo Annes Guimaraes	Diretor	BMG Bank (Cayman) Limited	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Regina Annes Guimarães	Diretora	BMG Participações S.A.	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)



Ricardo Annes Guimaraes	Diretor	BMG Participações S.A.	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Antonio Mourão Guimarães Neto	Diretor	BMG Participações S.A.	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Pessoa Relacionada	Cargo/Função do Indicado na Pessoa Relacionada:	Tipo de pessoa relacionada:	Tipo de relação do indicado com a pessoa relacionada:
BMG Participações S.A.	Diretora sem designação especial e parte do bloco de controle	Controladora	Controle

Nome	Antônio Mourão Guimarães Neto	CPF	325.371.236-20
Data de Nascimento	26/10/1956	Profissão	Administrador de Empresas
Órgão	Conselho de Administração	Data de início do primeiro mandato	27/06/2019
Cargo	Membro do Conselho de Administração	Data de eleição	26/04/2024
Data de posse	13/06/2024	Indicado pelo controlador	Sim
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2026.	Membro Independente	Não

Experiência profissional

Antônio graduou-se em Administração de Empresas pela Una - Faculdade de Ciências Gerenciais em 1980. Atua na gestão das empresas agrícolas de grupos empresariais pertencentes à Família Guimarães. É membro do Comitê Executivo das Empresas Financeiras Bmg desde 1993 e foi membro do Conselho de Administração da Companhia de 1978 até 2011. Em 2019 foi eleito membro do Conselho de Administração da Companhia.

Declaração de eventuais condenações

Declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação vigente.

Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.

<i>Pessoa Relacionada</i>	<i>Cargo da Pessoa Relacionada</i>	<i>Sociedade Envolvida</i>	<i>Tipo de Parentesco</i>
Regina Annes Guimarães	Controladora	Banco BMG S.A.	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Ricardo Annes Guimaraes	Controlador e Conselheiro	Banco BMG S.A.	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Ângela Annes Guimarães	Diretora	CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Regina Annes Guimarães	Diretora	CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Ricardo Annes Guimaraes	Diretor	CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Ricardo Annes Guimaraes	Diretor	BMG Bank (Cayman) Limited	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Ângela Annes Guimarães	Diretora	BMG Participações S.A.	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Regina Annes Guimarães	Diretora	BMG Participações S.A.	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)



Ricardo Annes Guimaraes	Diretor	BMG Participações S.A.	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
<i>Pessoa Relacionada</i>	<i>Cargo/Função do Indicado na Pessoa Relacionada:</i>	<i>Tipo de pessoa relacionada:</i>	<i>Tipo de relação do indicado com a pessoa relacionada:</i>
BMG Participações S.A.	Diretor sem designação especial e parte do bloco de controle	Controladora	Controle

Nome	Dorival Dourado Junior	CPF	914.735.788-68
Data de Nascimento	07/10/1958	Profissão	Administrador de Empresas
Órgão	Conselho de Administração	Data de início do primeiro mandato	01/09/2020
Cargo	Membro Independente do Conselho de Administração	Data de eleição	26/04/2024
Data de posse	13/06/2024	Indicado pelo controlador	Sim
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2026.	Membro Independente	Sim
Experiência profissional			
Dorival é graduado em administração de empresas pela Faculdade Associadas de São Paulo, com especialização em gestão. Tem experiência em diversas empresas do setor de mídia e financeiro como Presidente e cargos executivos, tais como: Mova Sociedade de Empréstimo entre Pessoas, Vector Inovação e Tecnologia, Boa Vista-SCPC, Experian Global Services e Serasa, dentre outras. Além disso, atuou em diversos Conselhos de Administração e Consultivos, dentre eles na Secretaria de Inovação e Tecnologia da Prefeitura de São Paulo; Semantix Tecnologia S.A.; Avante.com.vc Soluções e Participações S.A.; ABFintech (Associação Brasileira de FinTechs), Omni Soluções Financeiras e Febraban. É investidor anjo e envolvido com o ecossistema de inovação e empreendedorismo. Em abril de 2020, foi nomeado membro independente do Conselho de Administração da Companhia.			
Declaração de eventuais condenações			
Declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação vigente.			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Não há.			
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não há.			

Nome	Flavio Dias Fonseca da Silva	CPF	272.330.958-41
Data de Nascimento	03/01/1977	Profissão	Engenheiro
Órgão	Conselho de Administração	Data de início do primeiro mandato	23/10/2024
Cargo	Membro Independente do Conselho de Administração	Data de eleição	03/10/2024
Data de posse	23/10/2024	Indicado pelo controlador	Sim
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2026.	Membro Independente	Sim
Experiência profissional			
Cargos Executivos: • FACILY 2021 – 2022: Cofundador e diretor de estratégia e crescimento • 500 STARTUPS 2019 – 2021: Associado do Brasil • CNOVA / VIA VAREJO 2016 – 2018: CEO / Diretor Presidente • Banco Original 2014 – 2016: Diretor Executivo • Walmart.com 2013 – 2014: Diretor Presidente 2011 – 2013: Diretor Vice-Presidente 2007 – 2011: Diretor Geral • Magazine Luiza 2006 – 2007: Gerente geral Cargos em conselhos e comitês: • Brazilian – American Chamber of Commerce, INC (membro do conselho de administração / 2005 – presente) • COPPEL Mexico (membro do conselho de administração / 2019 – presente) • SALESFORCE (membro do conselho consultivo / 2020 – presente) • LOJA DO MECANICO (membro do conselho de administração / 2023 – 09/2025) • INSIDER (membro do conselho consultivo / 2023 – presente) • CMJ – Conselho Mudando o Jogo (presidente do conselho de administração / 2019 – presente) • MOVEDU (membro do conselho de administração / 2023 – 06/2024) • LEROY MERLIN (membro do Comitê Digital / 2020 – 02/2024) • OBRAMAX (membro do conselho de administração / 2020 – 2023) • Riachuelo (membro do comitê de estratégia e inovação / 2023 – 04/2024) • SPAC CRESCERA (membro do conselho de administração / 2021 – 2023) • AFYA (membro do conselho de administração / 2020 – 2022) • CLICKBUS (conselheiro independente / 2024 – presente)			
Declaração de eventuais condenações			
Declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou			



inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação vigente.

Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.

Não há.

Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não há.

Nome	Gueitiro Matsuo Genso	CPF	624.201.519-68
Data de Nascimento	12/12/1971	Profissão	Administrador de Empresas
Órgão	Conselho de Administração	Data de início do primeiro mandato	21/12/2022
Cargo	Membro Independente do Conselho de Administração	Data de eleição	26/04/2024
Data de posse	13/06/2024	Indicado pelo controlador	Sim
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2026.	Membro Independente	Sim
Experiência profissional			
Gueitiro é bacharel em Administração pela Faculdade SPEI, e possui MBA pela FGV e ESALQ. Possui ampla experiência no mercado financeiro e no ecossistema de startups, liderando projetos focados em serviços financeiros, soluções de pagamento e modelos de negócios digitais. Atuou como executivo em diversas empresas, dentre elas foi CEO da Previ e Picpay, e Vice-Presidente do Banco do Brasil. Ainda, atuou e atua em diversos Conselhos de Administração, Fiscal e Consultivos, como Vale, Cielo, BB Seguridade, Tupy, Invepar e Vibra. Além disso, é investidor, mentor e consultor em startups. Em novembro de 2022 foi eleito membro independente do Conselho de Administração da Companhia.			
Declaração de eventuais condenações			
Declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação vigente.			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Não há.			
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não há.			

Nome	José Eduardo Gouveia Dominicale	CPF	165.192.288-85
Data de Nascimento	17/04/1968	Profissão	Advogado
Órgão	Conselho de Administração	Data de início do primeiro mandato	10/11/2021
Cargo	Vice-presidente Conselho de Administração	Data de eleição	26/04/2024
Data de posse	13/06/2024	Indicado pelo controlador	Sim
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2026.	Membro Independente	Não
Experiência profissional			
José Eduardo é graduado em Direito pela Universidade Braz Cubas e possui MBA em administração pelo IBMEC. Adquiriu experiência na diretoria de risco de crédito e processo de cobrança em diversos bancos nacionais e internacionais, como o Banco Martinelli, o BankBoston e o CitiGroup. Em 2007, foi nomeado Diretor Executivo da Companhia e em 2015 deixou a da Companhia para se tornar Vice-Presidente do Grupo Empresarial do Bmg. Em novembro de 2021 foi designado como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia.			
Declaração de eventuais condenações			
Declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação vigente.			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Não há.			
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não há.			

Nome	Marco Antonio Antunes	CPF	002.975.098-96
Data de Nascimento	31/10/1959	Profissão	Engenheiro Metalúrgico
Órgão	Conselho de Administração	Data de início do primeiro mandato	18/11/2021
Cargo	Membro do Conselho de Administração	Data de eleição	26/04/2024
Data de posse	13/06/2024	Indicado pelo controlador	Sim
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2026.	Membro Independente	Não
Experiência profissional			
Marco é graduado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e possui especialização em Finanças e Contabilidade pela Universidade de São Paulo. Trabalha há mais de 30 anos no mercado financeiro, sendo 28 anos no Itaú Unibanco, 13 deles como Diretor de Contabilidade. Em fevereiro de 2013, ingressou na Companhia como Diretor-Executivo. Em setembro de 2017 foi eleito Diretor Executivo Geral, em fevereiro de 2020 foi eleito Diretor Executivo Vice-Presidente e em agosto de 2020 passou a acumular o cargo de Diretor de Relações com Investidores da Companhia. Em outubro de 2021, foi eleito membro do Conselho de Administração da Companhia e, em maio de 2023, foi eleito presidente e membro especialista do Comitê de Auditoria da Companhia.			
Declaração de eventuais condenações			
Declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação vigente.			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Não há.			
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não há.			

Nome	Olga Stankevicius Colpo	CPF	216.118.408-30
Data de Nascimento	26/05/1952	Profissão	Psicóloga Organizacional e Consultora
Órgão	Conselho de Administração	Data de início do primeiro mandato	10/09/2020
Cargo	Presidente Conselho de Administração	Data de eleição	26/04/2024
Data de posse	13/06/2024	Indicado pelo controlador	Sim
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2026.	Membro Independente	Sim
Experiência profissional			
Olga é graduada em psicologia organizacional e MBA Executivo Internacional pela FIA/USP. Fez os seguintes cursos de especialização: Managing Managers pela Michigan University, International Business pela Harvard University, Singularity University, Curso Avançado para Conselheiros de Administração pelo IBGC e Jornadas Técnicas para Israel, Canadá e Inglaterra, em 2019, 2022 e 2023 respectivamente. Desenvolveu sua carreira como sócia em consultoria na PwC, onde trabalhou por mais de trinta anos, até 2009. De 2009 a 2016 foi Diretora-Presidente da Participações Morro Vermelho, holding familiar controladora da Mover S.A. Como Consultora, Conselheira e Executiva, prestou suporte a conselhos de administração e companhias na implementação de modelos de governança familiar e empresarial mais robustos e novos sistemas de gestão de negócios. Foi membro do Conselho de Administração da Copel S.A. por 4 anos (até 2021), atualmente também é membro dos Conselhos de Administração do Grupo São Martinho S.A., Solvi S.A. e Regimar S.A. Em abril de 2017, tornou-se membro independente do Conselho de Administração da Companhia. Em janeiro de 2020 foi eleita Vice-Presidente Independente do Conselho de Administração da Companhia. Em 03/05/2024 foi nomeada Presidente Independente do Conselho de Administração da Companhia.			
Declaração de eventuais condenações			
Declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação vigente.			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Não há.			
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não há.			

Nome	Ricardo Annes Guimarães	CPF	421.402.186-04
Data de Nascimento	27/03/1961	Profissão	Administrador de Empresas
Órgão	Conselho de Administração	Data de início do primeiro mandato	03/02/2020
Cargo	Vice-Presidente do Conselho de Administração	Data de eleição	26/04/2024
Data de posse	13/06/2024	Indicado pelo controlador	Sim
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2026.	Membro Independente	Não

Experiência profissional

Ricardo graduou-se em Administração de Empresas pela Una - Faculdade de Ciências Gerenciais em 1988. Com ampla experiência dentro do Bmg e no Grupo Empresarial Bmg, começou a trabalhar no Banco Bmg em 1980 e desde então tem sido muito bem-sucedido como Diretor Financeiro (1989) e depois como Vice-Presidente (1996). Atuou como CEO do Banco entre 2004 e 2013. Em 2019 foi eleito membro do Conselho de Administração da Companhia e, em fevereiro de 2020, foi eleito Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

Declaração de eventuais condenações

No âmbito do processo criminal nº 2006.38.00.039573-6 detalhado no item 4.7 do Formulário de Referência, o Sr. Ricardo inicialmente obteve em 2012 decisão desfavorável em relação ao objeto do processo indicado no item 4.7, tendo essa decisão sido reformada pelo Tribunal Regional Federal em abril de 2018 e o Sr. Ricardo consequentemente absolvido, cuja decisão de absolvição já transitou em julgado. Ainda, o Sr. Ricardo declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação vigente.

Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.

<i>Pessoa Relacionada</i>	<i>Cargo da Pessoa Relacionada</i>	<i>Sociedade Envolvida</i>	<i>Tipo de Parentesco</i>
Flavio Pentagna Guimarães Neto	Diretor Executivo Vice-Presidente e Diretor de RI	Banco BMG S.A.	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Flavio Pentagna Guimarães Neto	Diretor	BMG Leasing S.A.	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Ângela Annes Guimarães	Diretora	CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Regina Annes Guimarães	Diretora	CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Flavio Pentagna Guimarães Neto	Diretor	CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)

Flavio Pentagna Guimarães Neto	Diretor	BMG Bank (Cayman) Limited	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Flavio Pentagna Guimarães Neto	Diretor	Banco Bmg Soluções Financeiras S.A.	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Flavio Pentagna Guimarães Neto	Diretor	Banco Bmg Consignado S.A.	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Flavio Pentagna Guimarães Neto	Diretor	BMG S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Ângela Annes Guimarães	Diretora	BMG Participações S.A.	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Regina Annes Guimarães	Diretora	BMG Participações S.A.	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Antonio Mourão Guimarães Neto	Diretor	BMG Participações S.A.	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Flavio Pentagna Guimarães Neto	Diretor	Help Franchising Participações Ltda.	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Flavio Pentagna Guimarães Neto	Presidente do Conselho	AF Controle S.A.	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Flavio Pentagna Guimarães Neto	Presidente do Conselho	Bmg Seguradora S.A.	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Flavio Pentagna Guimarães Neto	Diretor	Bmg Participações em Seguradora Ltda.	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Flavio Pentagna Guimarães Neto	Diretor	Bmg Participações em Negócios Ltda.	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
<i>Pessoa Relacionada</i>	<i>Cargo/Função do Indicado na Pessoa Relacionada:</i>	<i>Tipo de pessoa relacionada:</i>	<i>Tipo de relação do indicado com a pessoa relacionada:</i>
BMG Participações S.A.	Diretor Vice-Presidente e parte do bloco de controle	Controladora	Controle

Anexo IV – Informações sobre Indicados ao Conselho Fiscal (Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)

Nome	Roberto Faldini	CPF	070.206.438-68
Data de Nascimento	06/09/1948	Profissão	Administrador de Empresas
Órgão	Conselho Fiscal	Data de início do primeiro mandato	01/09/2020
Cargo	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Data de eleição	25/04/2025
Data de posse	05/06/2025	Indicado pelo controlador	Sim
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2026	Membro Independente	Não aplicável
Experiência profissional			
Graduado em Administração de Empresas pela EAESP-FGV, com especialização em diversas instituições, dentre elas em Gestão Avançada pela Fundação Dom Cabral e INSEAD -Fontainebleau, em Empreendedorismo pela Babson College – Boston, USA, e em Governança Corporativa pela Corporate Governance Board Leadership e pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, do qual foi cofundador em 1995, e onde em 2013 obteve a certificação de Conselheiro de Administração. Foi membro independente do Conselho de Administração da Companhia entre 2013 e 2019. Atualmente, exerce função como Árbitro da Câmara de Arbitragem do Mercado na B3, é membro do Conselho de Administração e Conselho Consultivo de diversas empresas. Em maio de 2020 foi eleito membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia.			
Declaração de eventuais condenações			
Declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação vigente.			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Não há.			
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não há.			

Nome	Fernando Antônio Fraga Ferreira	CPF	566.968.176-20
Data de Nascimento	04/07/1965	Profissão	Advogado
Órgão	Conselho Fiscal	Data de início do primeiro mandato	01/09/2020
Cargo	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Data de eleição	25/04/2025
Data de posse	04/06/2025	Indicado pelo controlador	Sim
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2026	Membro Independente	Não aplicável
Experiência profissional			
Graduado em direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e doutorando em ciências jurídicas e sociais pela UMSA/Argentina. Atualmente exerce função de sócio fundador e presidente de conselho de administração da Ferreira e Chagas Advogados, e possui ampla experiência como membro do conselho de administração de sociedades. Em maio de 2020 foi eleito membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia.			
Declaração de eventuais condenações			
Declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação vigente.			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Não há.			
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não há.			

Nome	Daniel Souza Barros	CPF	775.001.306-78
Data de Nascimento	15/11/1969	Profissão	Empresário
Órgão	Conselho Fiscal	Data de início do primeiro mandato	Não aplicável
Cargo	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Data de eleição	Não aplicável
Data de posse	Não aplicável	Indicado pelo controlador	Sim
Prazo do mandato	Não aplicável	Membro Independente	Não aplicável
Experiência profissional			
Administrador formado pela PUC/MG e com MBA em Economia pelo IBMEC. É sócio fundador e conselheiro da Young, uma central de relacionamento jovem líder no segmento educacional, em que estruturou as áreas de governança e compliance. Além disso, atuou na liderança de uma plataforma para oferta de crédito consignado de forma digital e automatizada denominada YouBank; na consultoria de gestão educacional, com foco em sustentabilidade e captação de alunos para o ensino superior na Brand U; na definição de estratégias e estruturação da área de parceiros, no credenciamento e gestão de estabelecimentos comerciais (pequeno e médio varejo) da Elavon Financial Services Limited; e na estruturação e desenvolvimento das áreas de CDC (veículos leves e pesados, bem como outros bens), consignados e crédito pessoal do Banco BV.			
Declaração de eventuais condenações			
Declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação vigente.			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Não há.			
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não há.			

Nome	Fernando Marques Cleto Duarte	CPF	537.752.878-68
Data de Nascimento	19/11/1953	Profissão	Economista
Órgão	Conselho Fiscal	Data de início do primeiro mandato	01/09/2020
Cargo	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Data de eleição	25/04/2025
Data de posse	04/06/2025	Indicado pelo controlador	Sim
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2026	Membro Independente	Não aplicável
Experiência profissional			
Graduado em economia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e em direito pela Universidade de São Paulo (USP). Atuou como membro do conselho fiscal da Alpargatas S.A., como consultor na diretoria de controle fiscal e societário do Itaú Unibanco S.A. e, por dois mandatos consecutivos como conselheiro indicado pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras/Febraban no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Atualmente presta consultoria em assuntos tributários, societários e regulatórios e é professor de MBA. Em maio de 2020 foi eleito membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia.			
Declaração de eventuais condenações			
Declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação vigente.			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Não há.			
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não há.			

Nome	Mirtes Kinuko Yamamoto	CPF	940.224.708-44
Data de Nascimento	23/10/1956	Profissão	Administradora Pública
Órgão	Conselho Fiscal	Data de início do primeiro mandato	01/09/2020
Cargo	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Data de eleição	25/04/2025
Data de posse	04/06/2025	Indicado pelo controlador	Sim
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2026	Membro Independente	Não aplicável
Experiência profissional			
Graduada em administração pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e em direito pela Universidade de São Paulo (USP), possui MBA em controladoria pela USP e MBA em gestão contemporânea pela FGV. Atuou de 1993 a 2019 no Banco Central do Brasil, gerindo equipes de supervisão de bancos médios e pequenos, privados, nacionais e estrangeiros, nos diversos segmentos de atuação, bem como equipes de supervisão de financeiras e de administradoras de consórcios. Em maio de 2020 foi eleita membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia.			
Declaração de eventuais condenações			
Declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação vigente.			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Não há.			
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não há.			

Nome	Antonio Patrus de Sousa Neto	CPF	094.373.516-51
Data de Nascimento	18/06/1989	Profissão	Administrador
Órgão	Conselho Fiscal	Data de início do primeiro mandato	Não aplicável
Cargo	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Data de eleição	Não aplicável
Data de posse	Não aplicável	Indicado pelo controlador	Sim
Prazo do mandato	Não aplicável	Membro Independente	Não aplicável
Experiência profissional			
Graduado em ciências contábeis pela FUMEC e em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, com especializações voltadas para direito empresarial e societário. Atualmente, é Diretor Financeiro da Bossa Nova Investimentos e Administração S.A., com vasta experiência no mercado de startups, contabilidade empresarial e administração de empresas. Atuou como consultor jurídico em direito empresarial, principalmente em questões de planejamento familiar, tributário, societário e imobiliário.			
Declaração de eventuais condenações			
Declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação vigente.			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Não há.			
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não há.			

Candidatos indicados para eleição em separado de acionistas preferencialistas

Nome	Luciano Luiz Barsi	CPF	082.430.928-62
Data de Nascimento	07/09/1969	Profissão	Contador
Órgão	Conselho Fiscal	Data de início do primeiro mandato	05/06/2025
Cargo	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Data de eleição	25/04/2025
Data de posse	05/06/2025	Indicado pelo controlador	Não
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2026	Membro Independente	Não aplicável
Experiência profissional			
Executivo sênior com mais de 30 anos de experiência em Finanças, Controladoria e Operações em grandes multinacionais (Engenharia, Construção, Energia e Mineração). Expertise em reestruturação corporativa, governança fiscal e planejamento estratégico. Atualmente atua como Consultor Fiscal para grandes instituições financeiras e empresas de capital aberto (Banco BMG, Taurus Armas, Banco Mercantil). Histórico comprovado na redução de custos fixos em até 30% e na gestão de portfólios de contratos bilionários.			
Declaração de eventuais condenações			
Não há.			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Não há.			
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não há.			

Nome	Jean Carlo Milanez Melo	CPF	050.391.546-74
Data de Nascimento	25/08/1982	Profissão	Executivo
Órgão	Conselho Fiscal	Data de início do primeiro mandato	05/06/2025
Cargo	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Data de eleição	25/04/2025
Data de posse	05/06/2025	Indicado pelo controlador	Não
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2026	Membro Independente	Não aplicável
Experiência profissional			
Empreendedor desde os 16 anos, com uma trajetória consolidada na área de tecnologia da informação, infraestrutura e segurança cibernética, liderando projetos e empresas no Brasil e no exterior. Minha experiência me permitiu desenvolver um olhar estratégico para inovação e gestão de riscos, sempre focado em transformar desafios em oportunidades. (i) AGF Sócio & co-CEO agosto de 2020 - Presente (5 anos 7 meses) (ii) Banco BMG S.A. – Conselheiro Fiscal Suplente- 2025-presente (iii) SERVERU INC.-Fundador & CEO-fevereiro de 2012 - fevereiro de 2024 (12 anos 1 mês)			
Declaração de eventuais condenações			
Não há.			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Não há.			
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não há.			

Anexo V - Proposta de Remuneração dos Administradores (item 8 do Formulário de Referência)

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Banco possui uma Política de Remuneração dos seus Administradores (“Política de Remuneração”), aprovada em Reunião do Conselho de Administração de 11 de dezembro de 2025, que contém os requisitos a serem cumpridos pelo Banco para um cenário de adequada gestão de riscos em atendimento às regulamentações aplicáveis, em particular a Resolução 5.177 de 26 de setembro de 2024 do Conselho Monetário Nacional.

A Política de Remuneração foi construída com base nos seguintes princípios:

- (i) a remuneração deve incentivar uma visão de negócio de longo prazo, o desenvolvimento de uma responsabilidade sustentável, social e corporativa, bem como o alinhamento dos interesses dos administradores aos interesses de longo prazo do Banco e de seus *stakeholders*;
- (ii) a estrutura de remuneração deve contribuir para um efetivo controle de risco e desestimular a tomada de riscos indesejáveis;
- (iii) a remuneração deve permitir o recrutamento e retenção de participantes com as capacidades adequadas e ser compatível com o mercado de atuação do Grupo Bmg;
- (iv) os níveis de remuneração devem criar uma cultura baseada no desempenho, devendo ser consistentes com os resultados sustentáveis alcançados e práticas de mercado considerando conglomerados financeiros de perfil similar ao do Bmg;

- (v) a remuneração deve ser estruturada de forma a incentivar uma conduta em conformidade com os valores fundamentais do Grupo Bmg e alinhada ao perfil de risco desejado;
- (vi) os métodos, princípios e objetivos da estrutura de remuneração variável devem ser transparentes para todos os participantes;
- (vii) a relação entre remuneração fixa e variável deve ser adequada à responsabilidade da função e objetivo de atuação do participante; e
- (viii) a remuneração deve ser aderente às exigências regulatórias aplicáveis ao pagamento de remuneração para participantes de instituições financeiras.

Não obstante a Política de Remuneração em vigor, os acionistas do Banco aprovaram os seguintes planos de remuneração em ações, com o objetivo de alinhar os interesses dos beneficiários aos dos acionistas, incentivar a geração de valor sustentável no longo prazo e apoiar a atração e retenção de talentos:

- Plano de Outorga de Ações, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 03 de abril de 2020, reformado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias de 29 de abril de 2022 e 26 de abril de 2024, por meio do qual os beneficiários eleitos recebem ações preferenciais do Banco, liberadas em parcelas diferidas, conforme estabelecido nos Programas aprovados pelo Conselho de Administração, sujeito às hipóteses de redução ou cancelamento previstos no Plano, nos Programas e/ou no termo de adesão firmado pelo beneficiário.
- Plano de Outorga de Ações Restritas, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de janeiro de 2026, por meio do qual são outorgadas ações preferenciais do Banco aos beneficiários, cujo recebimento está condicionado ao cumprimento de metas de desempenho do Banco apuradas ao longo de um ciclo de três exercícios sociais e à permanência do beneficiário durante o período. Ao término do ciclo, é realizada a apuração global das metas, sendo então definida a quantidade final de ações devida a cada beneficiário, a qual é liberada em parcela única. O Plano prevê, ainda, mecanismos de ajuste, redução ou cancelamento da quantidade de ações outorgadas, inclusive mediante aplicação de cláusula de *malus*, em caso de resultados negativos ou descumprimento das condições estabelecidas no Plano, nos Programas aprovados pelo Conselho de Administração e/ou no Contrato de Participação celebrado com o beneficiário.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Anualmente, a área de remuneração elabora um Relatório de Remuneração dos Administradores, que é submetido ao Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura e ao Conselho de Administração do Banco.

Esse relatório deve ser aprovado por todos os membros do Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura e pelo Conselho de Administração e tem como objetivo apresentar todas as responsabilidades e ações que foram realizadas durante o ano.

Além disso, anualmente, a Política de Remuneração é validada no Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura e no Conselho de Administração, com o objetivo de manter a consistência entre a remuneração praticada, os parâmetros definidos e as metas atribuídas aos Administradores.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração individual atribuída a cada membro da Administração leva em consideração (i) a legislação, normas e regulamentos que disciplinam o assunto; (ii) as responsabilidades assumidas por cada um em suas respectivas funções, bem como os riscos a elas inerentes; (iii) os valores praticados pelo mercado; e (iv) alinhamento com os interesses do Banco, buscando criar valor para os seus acionistas e investidores.

O Banco contrata periodicamente empresas especializadas para a realização de pesquisas de mercado, visando manter os valores atribuídos a cada um de seus Administradores alinhados com aqueles praticados pelo mercado, considerando o mercado competidor, empresas de porte semelhante, complexidade das responsabilidades e o alinhamento com a estratégia dos acionistas.



iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A Política de Remuneração é, anualmente, revisada pelo Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura e submetida para aprovação do Conselho de Administração do Banco.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta apenas por parcela fixa mensal, podendo eventualmente existir pagamentos de honorários extras e não havendo remuneração variável. A remuneração fixa está alinhada com as práticas de mercado.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos diretores estatutários está definida com base na estratégia de remuneração total definida pelo Banco e os valores praticados pelo mercado, conforme pesquisa realizada periodicamente por consultoria especializada.

A remuneração dos diretores estatutários é composta por uma parcela fixa e uma parcela variável. A parcela fixa é definida de acordo com as responsabilidades e atribuições do cargo e tem como referência a prática de mercado e equidade interna. A parcela da remuneração variável está atrelada ao resultado do Grupo Bmg e performance individual do Diretor que consiste no atingimento de metas estratégicas e aderência às competências institucionais. Esta é dividida em Incentivo de Curto Prazo e Incentivo de Longo Prazo, em consonância com as regulamentações aplicáveis, em particular a Resolução 5.177 de 26 de setembro de 2024, do Conselho Monetário Nacional.

Conselho Fiscal

O Banco possui um Conselho Fiscal de funcionamento permanente e a remuneração dos seus membros é composta apenas por parcela fixa mensal, não havendo remuneração variável. O



valor da remuneração fixa é estabelecido de acordo com as práticas de mercado e observados os parâmetros estabelecidos pela Lei 6.406/76.

Comitês

Os membros dos comitês do Banco não recebem remuneração específica pela atuação nestes.

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

A Política de Remuneração se alinha aos interesses do Banco, pois ao mesmo tempo que estimula o engajamento dos membros da administração, estabelece premissas compatíveis com a gestão de risco, de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazo. Busca-se, de um lado, o crescimento e lucratividade sustentável dos negócios do Banco e, de outro lado, o reconhecimento da contribuição dos executivos ao desenvolvimento do Banco.

Além disso, a remuneração dos diretores tem como estratégia o balanceamento de todos os componentes da remuneração total, sendo o incentivo de curto prazo representando até 50% da remuneração variável e o incentivo de longo prazo representando o restante da remuneração variável total. O principal objetivo dessa estratégia é equilibrar e reconhecer o desempenho dos diretores no curto, médio e longo prazo, respeitando a Política de Riscos do Banco e as normas do Banco Central do Brasil.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os três últimos exercícios sociais:

31/12/2025				
Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	43%	29%	27%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

31/12/2024				
Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	47%	14%	39%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

31/12/2023				
Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	46%	22%	32%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

Parcela Fixa

A parcela fixa da remuneração devida aos administradores é estabelecida utilizando como referência a estrutura salarial, sendo esta balizada por (i) pesquisas de mercado periódicas realizadas junto a instituições financeiras do mesmo porte e, sempre que possível, do mesmo setor ou mercado de atuação do Banco; (ii) conhecimento e experiência para a posição; e (iii) responsabilidade por resultados inerentes à função exercida.

Remuneração Variável – Montante Global

Para a determinação do montante global da remuneração variável dos Diretores Estatutários, são considerados os seguintes fatores: (i) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo; (ii) o ambiente econômico em que o Banco está inserido e suas tendências; (iii) o resultado do Banco, em particular a meta de lucro líquido recorrente; (iv) os riscos correntes e os potenciais, conforme definidos na regulamentação vigente; (v) a capacidade de geração de fluxos de caixa do Banco; e (vi) o balanceamento entre a remuneração fixa e a remuneração variável, de forma



que a remuneração total dos Diretores Estatutários seja equilibrada e competitiva no mercado, sendo que, da remuneração variável anual, no mínimo 50% será de incentivo de longo prazo, podendo excetuar dessa regra os administradores cuja remuneração variável seja inferior a 10% da remuneração total.

Com base nestes critérios, o Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura realiza uma avaliação do montante global da remuneração variável, a qual deve ser submetida ao Conselho de Administração para a sua aprovação e, uma vez aprovada pelo Conselho de Administração, submetida à Assembleia Geral do Banco.

Remuneração Variável – Montante Individual

A remuneração variável de cada Diretor Estatutário será baseada na combinação dos seguintes fatores (i) desempenho individual do Diretor Estatutário associado aos parâmetros de mercado; (ii) desempenho da unidade de negócios; (iii) desempenho do Banco; e (iv) a relação entre os desempenhos mencionados nos itens (i), (ii) e (iii) e os riscos assumidos.

O desempenho dos Diretores Estatutários é avaliado, no mínimo, anualmente, com base em uma combinação de metas individuais, coletivas e de competências, as quais indicam os resultados esperados do Diretor Estatutário, a fim de contribuir para os planos anuais, para a estratégia de longo prazo e para o perfil de risco da instituição. Ao determinar os resultados, os riscos associados a este desempenho são levados em consideração para evitar a tomada de riscos indesejáveis.

De forma a evitar conflitos de interesse, a remuneração variável do Diretor Estatutário responsável pelas áreas de controle interno, gestão de riscos, auditoria e conformidade deve ser determinada independentemente do desempenho financeiro do Banco e das áreas de negócios, seguindo a orientação da Resolução nº 5.177, de 26 de setembro de 2024, e da Resolução nº 4.595, de 28 de agosto de 2017, ambas do Conselho Monetário Nacional. As medidas do desempenho desse Diretor Estatutário serão baseadas predominantemente nos seguintes parâmetros: (i) desempenho da área a que pertence o respectivo Diretor Estatutário; e (ii) avaliação das entregas individuais do Diretor Estatutário.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Remuneração fixa



A remuneração dos administradores é determinada a partir do uso de parâmetros internos (estrutura salarial) e parâmetros externos (pesquisa salarial), sendo considerado também o grau de responsabilidade envolvido no cargo de cada indivíduo. Além disso, ao estabelecer a remuneração fixa, o Banco leva em consideração as qualificações e experiências de cada indivíduo no exercício de sua função.

Remuneração variável

Conforme mencionado acima, a remuneração variável de cada Diretor Estatutário é baseada na combinação dos seguintes fatores (i) desempenho individual do Diretor Estatutário associado aos parâmetros de mercado; (ii) desempenho da unidade de negócios; (iii) desempenho do Banco; e (iv) a relação entre os desempenhos mencionados nos itens (i), (ii) e (iii) e os riscos assumidos.

O desempenho individual dos Diretores Estatutários é avaliado, no mínimo, anualmente, com base em metas pré-estabelecidas e competências aderentes à cultura do Banco.

O desempenho do Banco é avaliado, dentre outros, pela evolução do lucro líquido recorrente do conglomerado financeiro Bmg.

As metas e pesos de cada um dos indicadores de desempenho são revisados anualmente. O processo de gestão de desempenho estabelecido contribui para atingimento dos objetivos de negócio do Banco.

Os resultados esperados (metas da organização definidas) são projetados a partir da análise dos riscos associados a este desempenho, com objetivo de mitigar a tomada de riscos indesejáveis. Isto baseia-se em (i) projeções de resultados, que define a ambição da organização, lista de metas e valores; (ii) código de ética e conduta do Banco, que descreve as regras de conduta que tipificam a organização; e (iii) as políticas de gestão de riscos, que tratam sobre risco de capital, crédito, liquidez, mercado e operacional.

A Política de Remuneração dos Administradores do Banco já contempla princípios como visão de longo prazo e responsabilidade sustentável. No entanto, ainda não há indicadores de desempenho ASG formalmente vinculados à remuneração variável dos administradores. Já existem metas ASG aplicadas em áreas específicas, como Risco Socioambiental e ASG, mas



que ainda não foram estendidas ao nível do conselho. O Banco segue acompanhando a evolução da agenda para avaliar sua incorporação futura.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração proposta considera a estratégia de remuneração do Banco, a estrutura salarial do Banco, experiência dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, parâmetros externos que são oriundos de pesquisas salariais recorrentes, considerando o mercado competidor e o alinhamento com a estratégia dos acionistas.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária que não sejam remunerados.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos do Banco. Todo o processo de remuneração é praticado pelo Banco.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração Prevista para o Exercício de 2026 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	12,75	6,00	27,75
Nº de membros remunerados	9,00	12,75	6,00	27,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	17.878.212,63	19.633.698,95	924.991,11	38.436.902,69
Benefícios direto e indireto	2.503.142,24	8.682.647,56	2.811,60	11.188.601,40
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	17.662.178,95	0,00	17.662.178,95
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	452.083,33	0,00	452.083,33
Descrição de outras remunerações variáveis	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	72.260.233,63	0,00	72.260.233,63
Observações	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2026- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2026- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/ Anual-2026- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	20.381.354,87	118.690.842,42	927.802,71	140.000.000,00

Remuneração Reconhecida no Exercício de 2025 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	12,67	6,00	27,67
Nº de membros remunerados	9,00	12,67	6,00	27,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	16.860.000,00	16.965.623,63	746.849,95	34.572.473,58
Benefícios direto e indireto	1.297.789,16	6.483.086,83	2.661,24	7.783.537,23
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	15.838.056,84	0,00	15.838.056,84
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	1.818.675,20	0,00	1.818.675,20
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	14.892.032,25	0,00	14.892.032,25
Observações	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2026- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2026- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/ Anual-2026- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	18.157.789,16	55.997.474,75	749.511,19	74.904.775,10

Remuneração Reconhecida no Exercício de 2024 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,92	11,83	6,00	26,75
Nº de membros remunerados	8,92	11,83	6,00	26,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	8.617.833,33	15.396.362,57	672.000,00	24.686.195,90
Benefícios direto e indireto	1.398.731,07	5.237.031,04	2.514,36	6.638.276,47
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	6.184.516,74	0,00	6.184.516,74
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	340.000,00	0,00	340.000,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	17.690.745,60	0,00	17.690.745,60
Observações	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2026- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2026- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/ Anual-2026- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	10.016.564,40	44.848.655,95	674.514,36	55.539.734,71

Remuneração Reconhecida no Exercício de 2023 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	10,42	6,00	25,42
Nº de membros remunerados	9,00	10,42	6,00	25,42
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.735.000,00	13.723.197,33	672.000,00	22.130.197,33
Benefícios direto e indireto	837.194,74	5.409.834,63	3.174,60	6.250.203,97
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	12.069.545,04	0,00	12.069.545,04
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	5.568.946,26	0,00	5.568.946,26
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	17.283.238,00	0,00	17.283.238,00
Observações	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2026- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2026- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. O valor de R\$ 17.283.238,00 foi provisionado no exercício de 2023.	Conforme disposto no Ofício Circular/ Anual-2026- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	8.572.194,74	54.054.761,26	675.174,60	63.302.130,60

8.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL PREVISTA PARA O EXERCÍCIO DE 2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	9,00	12,75	6,00	27,75
Nº de membros remunerados	0,00	12,75	0,00	12,75
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“ <i>Target</i> ”)	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	12.286.733,18	0,00	12.286.733,18
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	23.037.624,71	0,00	23.037.624,71
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“ <i>Target</i> ”)	0,00	17.662.178,95	0,00	17.662.178,95
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL RECONHECIDA NO EXERCÍCIO DE 2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	9,00	12,67	6,00	27,67
Nº de membros remunerados	0,00	12,67	0,00	12,67
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“ <i>Target</i> ”)	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	8.833.430,47	0,00	8.833.430,47
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	26.500.291,41	0,00	26.500.291,41
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“ <i>Target</i> ”)	0,00	17.666.860,94	0,00	17.666.860,94
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	15.838.056,84	0,00	15.838.056,84

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL RECONHECIDA NO EXERCÍCIO DE 2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	8,92	11,83	6,00	26,75
Nº de membros remunerados	0,00	11,83	0,00	11,83
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“ <i>Target</i> ”)	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	12.590.150,32	0,00	12.590.150,32
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	18.885.225,49	0,00	18.885.225,49
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“ <i>Target</i> ”)	0,00	15.737.687,90	0,00	15.737.687,90
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	6.184.516,74	0,00	6.184.516,74

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL RECONHECIDA NO EXERCÍCIO DE 2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	9,00	10,42	6,00	25,42
Nº de membros remunerados	0,00	10,42	0,00	10,42
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“ <i>Target</i> ”)	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	11.600.879,03	0,00	11.600.879,03
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	17.401.318,55	0,00	17.401.318,55
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“ <i>Target</i> ”)	0,00	14.501.098,79	0,00	14.501.098,79
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	12.069.545,04	0,00	12.069.545,04



8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais:

Plano de Outorga de Ações

O Plano de Outorga de Ações do Grupo Bmg é aplicável ao Banco, suas controladas e empresas sob controle comum com o Banco (“Grupo Bmg”), aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 03 de abril de 2020 e reformado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias do Banco realizadas em 29 de abril de 2022 e em 26 de abril de 2024 (“Plano”), tem por objetivo permitir que os diretores e determinados empregados do Grupo Bmg (“Colaboradores”) recebam ações preferenciais de emissão do Banco (“Ações”).

O Conselho de Administração pode aprovar Programas de Outorga de Ações em que serão definidos os Colaboradores elegíveis, os termos e as condições da outorga e da liberação de Ações, observados os limites estabelecidos no Plano.

Os Colaboradores participantes de cada Programa são indicados pelo Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura do Banco e aprovados pelo Conselho de Administração (“Participantes”). Os Participantes devem assinar um Termo de Adesão, que estabelecerá os termos e condições específicos de sua participação no Programa para o qual foi eleito, incluindo as metas e objetivos aplicáveis.

A outorga das Ações ao Participante ocorrerá na data de pagamento do Programa de Participação de Resultados da Companhia (“Data da Outorga”), com base no preço unitário de referência das Ações determinado 10 (dez) dias úteis antes da Data de Outorga (“Data da Apuração”), com base na média do preço de fechamento das Ações na B3 nos 20 (vinte) pregões anteriores à Data da Apuração. A efetiva liberação das Ações ao Participante deverá observar os períodos de diferimento indicados em cada Programa, bem como as demais condições estabelecidas no Programa e no Termo de Adesão.

Excepcionalmente, caso não haja Ações em tesouraria em quantidade suficiente para fazer frente à liberação das Ações e o Banco esteja impedido, por disposição da legislação aplicável, de adquirir Ações adicionais ou, ainda, caso seja excessivamente onerosa para o Banco a



aquisição de tais Ações, o Conselho de Administração poderá determinar que valor correspondente às Ações seja pago em dinheiro.

Plano de Ações Restritas

O Plano de Outorga de Ações Restritas aprovado em Assembleia Geral Extraordinária do Banco, realizada em 30 de janeiro de 2026, tem por finalidade permitir que talentos e colaboradores-chave do Grupo Bmg, indicados pelo Conselho de Administração (“Beneficiários”), recebam ações preferenciais de emissão do Banco (“Ações Restritas”).

O Conselho de Administração poderá aprovar Programas de Outorga de Ações Restritas, nos quais serão detalhados os critérios de elegibilidade, as condições de outorga, as metas de desempenho aplicáveis e os demais termos para aquisição dos direitos relativos às Ações Restritas.

São elegíveis a participar do Plano talentos e colaboradores-chave do Grupo Bmg, de acordo com os critérios definidos pelo Conselho de Administração no âmbito de cada Programa. Poderão ser eleitos como Beneficiários aqueles que, ao término do ciclo de avaliação referente ao ano de aprovação do Programa, tenham obtido avaliação de desempenho igual ou superior a 100% (cem por cento) ou que sejam indicados pelo Conselho de Administração.

Os Beneficiários deverão celebrar um Contrato de Participação, que estabelecerá os termos e condições específicos de sua participação no respectivo Programa, incluindo o número de Ações Restritas outorgadas e as metas de desempenho aplicáveis.

As metas de desempenho serão apuradas ao longo de um período de 3 (três) exercícios sociais consecutivos (“Período Base”), com acompanhamento anual dos resultados. A quantidade final de Ações Restritas a ser efetivamente entregue aos Beneficiários será definida após a apuração final das metas ao término do Período Base.

Uma vez atingidas as metas estabelecidas, o Beneficiário fará jus ao recebimento de um determinado número de Ações Restritas, calculado com base na quantidade inicial de Ações Restritas outorgadas, mediante interpolação linear entre as faixas de atingimento das metas definidas no respectivo Programa. As Ações Restritas serão entregues ao Beneficiário em até 30 (trinta) dias úteis contados da apuração final das metas.



Excepcionalmente, caso não haja ações em tesouraria em quantidade suficiente para fazer frente à entrega das Ações Restritas ou caso a Companhia esteja impedida, por disposição legal ou regulamentar, de adquirir ou transferir tais ações, o Conselho de Administração poderá determinar que o valor correspondente às Ações Restritas seja pago em dinheiro, com base na média do preço de fechamento das ações na B3 nos 30 (trinta) pregões anteriores à data de referência.

O Plano também está sujeito à aplicação de cláusula de *malus*, que confere ao Conselho de Administração a prerrogativa de reduzir ou determinar a devolução de até 100% do valor atribuído aos Beneficiários na hipótese de resultado negativo do Banco.

- principais objetivos do plano:

Os Planos em vigor têm por objetivo alinhar os interesses dos participantes aos interesses da Companhia e de seus acionistas, estimular a visão de longo prazo na gestão do negócio, bem como atrair, reter e engajar talentos estratégicos. Os Planos também buscam reconhecer a contribuição dos participantes para o desenvolvimento das atividades do Grupo Bmg e incentivar a geração sustentável de valor.

- forma como o plano contribui para esses objetivos:

Há evidências de que planos de remuneração de longo prazo estimulam o desenvolvimento de visão de longo prazo nos colaboradores participantes e, consequentemente, geram um maior alinhamento entre os interesses de tais colaboradores e os interesses dos acionistas. Também há consenso claro de que planos de longo prazo são eficazes em atrair e reter talentos para as empresas que os institui.

Os Planos em vigor foram elaborados em estrita observância das disposições da Resolução nº 5.177, de 26 de setembro de 2024 do Conselho Monetário Nacional (“Resolução 5.177”), que estabelecem novas regras em relação à remuneração de administradores das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As regras trazidas pela Resolução 5.177 buscam assegurar um ambiente concorrencial equilibrado, compatibilizando os interesses de administradores e empregados com a saúde financeira das instituições financeiras no longo prazo.

- como o plano se insere na política de remuneração do Banco:



O Plano de Outorga de Ações se insere na política de remuneração do Banco como componente de remuneração variável diferida, atrelado ao atingimento de metas previamente definidas, que podem incluir indicadores financeiros, operacionais, estratégicos e/ou de governança

Já o Plano de Outorga de Ações Restritas se insere na política de remuneração do Banco como instrumento de incentivo de longo prazo, sujeito a período de carência, bem como ao cumprimento de critérios de elegibilidade e de desempenho.

- como o plano alinha os interesses dos administradores e do Banco a curto, médio e longo prazo:

Os Planos contribuem para o alinhamento de interesses entre os administradores e o Banco ao vincular parte da remuneração ao desempenho e à geração sustentável de valor para a Companhia.

O Plano de Outorga de Ações, como componente de remuneração variável diferida atrelado ao atingimento de metas previamente definidas, incentiva o aprimoramento do desempenho e o comprometimento com os resultados no curto e médio prazo.

Já o Plano de Outorga de Ações Restritas, como instrumento de incentivo de longo prazo, promove o alinhamento de interesses no longo prazo, ao condicionar a aquisição das ações ao cumprimento de metas e à permanência do participante na Companhia.

Além disso, o pagamento com base em ações tende a criar um sentimento de dono nos participantes, que se beneficiarão diretamente da criação de valor para o Banco e da consequente valorização das ações no longo prazo.

b. data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Outorga de Ações foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de abril de 2020, reformado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2022 e posteriormente reformado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2024.

O Plano de Ações Restritas foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2026.



Todos os documentos estão disponíveis para consulta na CVM e no site de Relações com Investidores através do link <https://bancobmg.mzweb.com.br/governanca-corporativa/assembleias-e-reunioes/>.

c. número máximo de ações abrangidas:

O limite aplicável é global aos planos baseados em ações da Companhia, de forma que o total de ações a serem entregues não poderá ultrapassar, em cada exercício social, o limite de 3% (três por cento) da totalidade das ações de emissão do Banco, tomando-se como base o balanço de encerramento do exercício social imediatamente anterior. Caso, em um determinado exercício, a quantidade de ações entregues tenha ficado abaixo do limite anual, a diferença poderá ser acrescida em qualquer um dos 3 (três) exercícios subsequentes.

d. número máximo de opções a serem outorgadas:

Não serão outorgadas opções no âmbito dos Planos em vigor.

e. condições de aquisição de ações:

O participante deverá celebrar Termo de Adesão ou Contrato de Participação, conforme aplicável, que estabelecerá os termos e condições específicos de sua participação nos respectivos Planos e Programas, incluindo o número de Ações ou Ações Restritas outorgadas, bem como as metas, critérios de elegibilidade e demais condições aplicáveis.

No âmbito do Plano de Outorga de Ações, a aquisição das Ações estará vinculada ao atingimento das metas de performance e aos prazos de diferimento previstos no respectivo Programa e no Termo de Adesão. Já no âmbito do Plano de Ações Restritas, a aquisição das Ações Restritas estará condicionada ao atingimento das metas estabelecidas para o período de 3 (três) exercícios sociais consecutivos, bem como ao cumprimento dos requisitos de permanência previstos no Programa e Contrato de Participação.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

Tanto o Plano de Outorga de Ações, quanto o Plano de Ações Restritas tem a natureza de remuneração e, portanto, não é exigido do Participante o pagamento de qualquer valor, a título de preço de exercício ou qualquer outro.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício:

Os Planos não implicam a outorga de opções de compra de ações e, portanto, não há prazo de exercício.

No âmbito do Plano de Outorga de Ações, a liberação das Ações observa os prazos de diferimento e as condições estabelecidas no respectivo Programa e no Termo de Adesão.

Já no âmbito do Plano de Ações Restritas, a aquisição do direito às Ações Restritas ocorre após a apuração final das metas estabelecidas para o período de 3 (três) exercícios sociais consecutivos, observados os requisitos de permanência previstos no Programa e no Contrato de Participação.

h. forma de liquidação:

Os Planos não implicam outorga de opções aos Participantes, assim, não há forma de liquidação de opções. Os Participantes deverão observar as previsões do Plano, do Programa, do Termo de Adesão ou Contratos de Participação e, se aplicável, da Política de Remuneração de Administradores da Companhia, com relação às metas de performance, períodos de diferimento e demais condições para liberação das Ações ou Ações Restritas outorgadas.

i. restrições à transferência das ações:

No âmbito do Plano de Outorga de Ações, não há restrições específicas à transferência das Ações após sua efetiva liberação aos participantes.

Já no âmbito do Plano de Ações Restritas, o Conselho de Administração poderá estabelecer período mínimo de indisponibilidade para a venda, transferência ou, de qualquer forma, alienação das Ações Restritas, a ser estabelecido no Programa ou Contrato de Participação.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

Os Planos têm vigência por prazo indeterminado, podendo ser extintos, suspensos ou alterados a qualquer tempo, mediante aprovação da Assembleia Geral Extraordinária. O término de vigência dos Planos não afetará a eficácia dos Programas criados com base neles.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do Banco sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

Plano de Outorga de Ações

Salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração no âmbito de cada Programa ou do Termo de Adesão, nas hipóteses de término do contrato de trabalho ou do mandato do Participante, as Ações outorgadas e ainda não liberadas serão tratadas da seguinte forma:

- (i) no caso de demissão por justa causa ou pedido de demissão *bad leaver*, o Participante perderá integralmente o direito aos lotes de Ações ainda não liberados, independentemente do cumprimento das metas e demais condições estabelecidas no Termo de Adesão;
- (ii) no caso de demissão sem justa causa ou pedido de demissão *good leaver*, o Participante fará jus ao recebimento dos lotes de Ações relativos aos exercícios sociais já encerrados antes do desligamento, desde que tenham sido cumpridas as metas e demais condições estabelecidas no Termo de Adesão para tais exercícios, sendo cancelados eventuais lotes de Ações relativos ao exercício ainda não encerrado na data de desligamento; e
- (iii) no caso de falecimento ou invalidez permanente do Participante, este fará jus ao recebimento de todos os lotes de Ações ainda não liberados, independentemente do atingimento das metas e condições estabelecidas no Termo de Adesão, as quais vencerão antecipadamente e serão liberadas em parcela única no prazo de 60 (sessenta) dias contados da formalização do desligamento do Participante.

Para fins do Plano, serão considerados “good leaver” os desligamentos voluntários enquadrados nas seguintes condições: (i) negociação antecipada da data de saída; (ii) formação de sucessor; e (iii) celebração de termos de não solicitação abrangendo funcionários e clientes, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses. Ainda, serão considerados “bad leaver” os desligamentos voluntários que não se enquadrem condições indicadas acima.

Plano de Ações Restritas



No âmbito do Plano de Ações Restritas, caso o beneficiário se desligue da Companhia durante o Período Base:

- (i) na hipótese de demissão ou destituição com justa causa, ou pedido de demissão ou renúncia, o beneficiário perderá integralmente o direito às Ações Restritas outorgadas;
- (ii) na hipótese de demissão ou destituição sem justa causa, o beneficiário fará jus ao recebimento das Ações Restritas outorgadas, observados os ajustes decorrentes da apuração final das metas e o cronograma de liberação previsto no Plano;
- (iii) na hipótese de falecimento ou invalidez permanente, o Conselho de Administração definirá o cumprimento proporcional das metas em relação ao período de participação do beneficiário no Programa e determinará o número de Ações Restritas devidas, as quais serão liberadas em parcela única no prazo previsto no Plano.

O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, estabelecer tratamento diferenciado em situações específicas, sempre que entender que tal medida atende melhor aos interesses da Companhia, desde que não cause prejuízo ao beneficiário.



8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: órgão, número total de membros, número de membros remunerados, preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: (i) em aberto no início do exercício social, (ii) perdidas e expiradas durante o exercício social; (iii) exercidas durante o exercício social; e (iv) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto.

O Banco não possui plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações, de forma que não há tal modalidade de remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente.



8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: órgão, número total de membros, número de membros remunerados, data de outorga, quantidade de opções outorgadas, prazo para que as opções se tornem exercíveis, prazo máximo para exercício das opções, prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções, valor justo das opções na data da outorga, multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga.

O Banco não possui plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações, de forma que não foram outorgadas opções de compra de ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão de outorga para o exercício social corrente.



8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: órgão, número total de membros, número de membros remunerados e, em relação às opções ainda não exercíveis, (i) quantidade; (ii) data em que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) preço médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; e, em relação às opções exercíveis, (i) quantidade; (ii) prazo máximo para exercício das opções; (iii) prazo de restrição à transferência das ações; (iv) preço médio ponderado de exercício; (v) valor justo das opções no último dia do exercício social; e (vi) valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

O Banco não possui plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações, de forma que não há opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.



8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: órgão, número total de membros, número de membros remunerados, número de ações, preço médio ponderado de exercício, preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas, multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas.

O Banco não possui plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações. Assim, não há opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: órgão, número total de membros, número de membros remunerados e diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários.

VALORES PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2026		
Remuneração Baseada em Ações	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	12,75
Nº de membros remunerados	0	12,75
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não aplicável	Não Aplicável

VALORES PARA O EXERCÍCIO DE 2025		
Remuneração Baseada em Ações	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	12,67
Nº de membros remunerados	0	12,67
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não aplicável	Não aplicável

VALORES PARA O EXERCÍCIO DE 2024		
Remuneração Baseada em Ações	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,92	11,83
Nº de membros remunerados	0	5,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não aplicável	Não aplicável

VALORES PARA O EXERCÍCIO DE 2023		
Remuneração Baseada em Ações	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	10,42
Nº de membros remunerados	0,00	10,42
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não aplicável	Não aplicável

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: órgão, número total de membros, número de membros remunerados, data de outorga, quantidade de ações outorgadas, prazo máximo para entrega das ações, prazo de restrição à transferência das ações, valor justo das ações na data da outorga e multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga.

VALORES PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2026		
Remuneração Baseada em Ações	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	12,75
Nº de membros remunerados	0,00	12,75
Data de outorga	n/a	03/03/2026
Quantidade de ações outorgadas	n/a	3.565.956
Prazo máximo para entrega das ações	n/a	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	Sem restrição
Valor justo das ações na data da outorga	n/a	4,95
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	n/a	17.662.178,95

VALORES PARA O EXERCÍCIO DE 2025		
Remuneração Baseada em Ações	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	12,67
Nº de membros remunerados	0,00	12,67
Data de outorga	n/a	28/02/2025
Quantidade de ações outorgadas	n/a	3.677.045
Prazo máximo para entrega das ações	n/a	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	Sem restrição
Valor justo das ações na data da outorga	n/a	3,77
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	n/a	13.862.459,65

VALORES PARA O EXERCÍCIO DE 2024		
Remuneração Baseada em Ações	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,92	11,83
Nº de membros remunerados	0,00	11,00
Data de outorga	n/a	01/03/2024
Quantidade de ações outorgadas	n/a	2.135.699
Prazo máximo para entrega das ações	n/a	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	Sem restrição
Valor justo das ações na data da outorga	n/a	3,52
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	n/a	7.517.660,48

VALORES PARA O EXERCÍCIO DE 2023		
Remuneração Baseada em Ações	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	10,42
Nº de membros remunerados	0,00	10,42
Data de outorga	n/a	01/03/2023
Quantidade de ações outorgadas	n/a	6.963.251
Prazo máximo para entrega das ações	n/a	4 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	Sem restrição
Valor justo das ações na data da outorga	n/a	2,16
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	n/a	15.039.793,95

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: órgão, número total de membros, número de membros remunerados, número de ações, preço médio ponderado de aquisição, preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas, multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas.

AÇÕES ENTREGUES - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2025			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	9,00	12,67	6,00
Nº de membros remunerados	0,00	12,67	0,00
Número de ações	n/a	3.677.045	n/a
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	4,95	n/a
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	n/a	4,95	n/a
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	0,00	n/a
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	n/a	0,00	n/a
Esclarecimento	Conforme descrição sobre a Política de Remuneração no item 8.1, o Banco não realiza pagamento de remuneração variável aos membros do Conselho de Administração, porém ainda há períodos de diferimento a executivo referente ao período em que atuou na diretoria estatutária.	n/a	Conforme descrição sobre a Política de Remuneração no item 8.1, o Banco não realiza pagamento de remuneração variável aos membros do Conselho Fiscal.

AÇÕES ENTREGUES - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2024			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8,92	11,83	6,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	0,00
Número de ações	n/a	4.938.068	n/a
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	3,77	n/a
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	n/a	3,77	n/a
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	0,00	n/a
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	n/a	0,00	n/a
Esclarecimento	Conforme descrição sobre a Política de Remuneração no item 8.1, o Banco não realiza pagamento de remuneração variável aos membros do Conselho de Administração.	n/a	Conforme descrição sobre a Política de Remuneração no item 8.1, o Banco não realiza pagamento de remuneração variável aos membros do Conselho Fiscal.

AÇÕES ENTREGUES - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2023			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	9,00	10,42	6,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Número de ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	n/a	n/a	n/a
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	n/a	n/a
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	n/a	n/a	n/a
Esclarecimento	Conforme descrição sobre a Política de Remuneração no item 8.1, o Banco não realiza pagamento de remuneração variável aos membros do Conselho de Administração.	Em 2023 não ocorreu a efetiva entrega de Ações, conforme detalhado no item 8.12.	Conforme descrição sobre a Política de Remuneração no item 8.1, o Banco não realiza pagamento de remuneração variável aos membros do Conselho Fiscal.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 acima, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação:

A outorga das Ações ao Participante ocorre na data de pagamento do Programa de Participação de Resultados da Companhia (“Data de Outorga”). O preço unitário de referência das Ações (“Preço”) é determinado 10 (dez) dias úteis antes da Data de Outorga (“Data da Apuração”), com base na média do preço de fechamento das Ações na B3 nos 20 (vinte) pregões anteriores à Data da Apuração. Considera-se dia útil aquele com negociação e liquidação nos mercados da B3.

Para fins de esclarecimento, informamos que os dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 acima, bem como neste item 8.12, referem-se exclusivamente ao Plano de Outorga de Ações, uma vez que o Plano de Ações Restritas foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária do Banco realizada em 30 de janeiro de 2026 e que não há previsão de outorgas de Ações Restritas para o exercício de 2026.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não se aplica, pois, a quantidade de Ações outorgadas é fixada a partir da definição do valor da remuneração. Feita essa definição, o valor é convertido em número de Ações, conforme procedimento descrito no item (a) acima. A efetiva liberação das Ações ao Participante deve observar os períodos de diferimento e as demais condições previstas no Programa e no Termo de Adesão. Vale mencionar que, em 16 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração do Banco decidiu, em caráter excepcional, que a liberação das Ações outorgadas aos Participantes no âmbito dos Programas, prevista para 1º de março de 2023, seria realizada mediante o pagamento, em dinheiro, do valor correspondente ao preço das referidas Ações, nos termos da Cláusula 4.1 e 4.3. do Plano.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não se aplica.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Não se aplica.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica.



8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Em 31 de dezembro de 2025, membros da Administração detinham as seguintes participações acionárias no Banco:

Emissor: Banco Bmg S.A.			
Órgão	Ações (ON)	Ações (PN)	Participação (%)
Conselho de Administração	126.800.779	30.619.142	26,28%
Diretoria	0	1.614.397	0,27%
Conselho Fiscal	0	21.865	0,00%

Em 31 de dezembro de 2025, membros da administração detinham as seguintes participações acionárias na Bmg Participações S.A.:

Emissor: Bmg Participações S.A.			
Órgão	Ações (ON)	Ações (PN)	Participação (%)
Conselho de Administração	7.575.445	n/a	53,21%
Diretoria	0	n/a	0
Conselho Fiscal	0	n/a	0

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: órgão, número total de membros, número de membros remunerados, nome do plano, quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar, condições para se aposentar antecipadamente, valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores, valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores, se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

	Conselho de Administração	Diretoria
Número de membros	9,00	12,67
Número de membros remunerados	9,00	12,67
Nome do plano	n/a	Renda Total Empresarial Bmg
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	0	0
Condições para se aposentar antecipadamente	Plano II (novo): <u>Tem apenas uma regra de aposentadoria</u> Ter entre 60 anos de idade e 65 anos de idade, 05 anos de vínculo com a empresa; e, Para concessão do benefício de aposentadoria, além de atingir os requisitos acima, o participante deverá ter rompido o vínculo com a empresa. Plano I (anterior): Tem três tipos de aposentadoria antecipada, normal e postergada. <u>Aposentadoria Antecipada:</u> No mínimo 55 anos de idade; 10 anos de vínculo com a Empresa e Perda do vínculo. <u>Normal:</u> No mínimo 60 anos de idade; 05 anos de vínculo com a Empresa; Perda do vínculo. <u>Normal Postergada</u> No mínimo 60 anos de idade; 05 anos de vínculo com a Empresa; 05 anos de contribuição ao Plano; Perda do vínculo.	

Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	0	R\$ 6.728.008,77
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	0	R\$ 1.229.485,89
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	-	Enquanto profissional ativo do Banco, o participante poderá fazer uso somente das reservas financeiras formadas por suas contribuições. Em caso de resgate total do saldo formado pela Contribuição Básica e/ou pela Contribuição Especial Participante, o participante perderá integralmente o saldo formado pela Contribuição Básica e/ou Especial Empresa, que será destinado à conta coletiva do plano, e terá seu plano cancelado. Neste caso o participante somente poderá retornar ao plano como novo participante, mediante preenchimento de nova proposta em junho e novembro do respectivo ano. Em caso de resgate parcial do saldo formado pela Contribuição Básica e/ou Contribuição Especial Participante, o Participante perderá a mesma proporção do saldo formado pela Contribuição Básica e/ou Especial Empresa, mas continuará normalmente no Plano.



8.15. Em forma de tabela, indicar para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	12,67	11,83	10,42	9,00	8,92	9,00	6,00	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	12,67	11,83	10,42	9,00	8,92	9,00	6,00	6,00	6,00
Valor da maior remuneração individual (Reais)	9.559.490,38	10.433.572,16	16.976.539,69	4.010.473,54	1.959.982,45	1.698.936,52	196.691,61	168.628,56	168.738,60
Valor da menor remuneração individual (Reais)	1.962.953,35	1.159.569,58	1.906.210,72	782.572,08	401.496,64	589.120,64	72.237,48	72.269,40	72.379,44
Valor médio da remuneração individual (Reais)	4.419.690,19	3.791.095,18	5.187.597,05	2.017.532,13	1.122.933,23	952.466,08	124.918,53	112.419,06	112.529,10

Observações:

Diretoria Estatutária	
31/12/2025	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros dos órgãos que estiveram no exercício do cargo por menos de 12 meses. O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular/ Anual-2026- CVM/SEP.
31/12/2024	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros dos órgãos que estiveram no exercício do cargo por menos de 12 meses. O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular/ Anual-2026- CVM/SEP.
31/12/2023	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros dos órgãos que estiveram no exercício do cargo por menos de 12 meses. O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular/ Anual-2026- CVM/SEP.
Conselho de Administração	
31/12/2025	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros dos órgãos que estiveram no exercício do cargo por menos de 12 meses. O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular/ Anual-2026- CVM/SEP.
31/12/2024	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros dos órgãos que estiveram no exercício do cargo por menos de 12 meses. O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular/ Anual-2026- CVM/SEP.
31/12/2023	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros dos órgãos que estiveram no exercício do cargo por menos de 12 meses. O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular/ Anual-2026- CVM/SEP.
Conselho Fiscal	
31/12/2025	Conselho Fiscal foi instalado e eleito na Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2025, e homologado pelo Banco Central do Brasil em 09 de junho de 2025, de forma que os membros do Conselho Fiscal tomaram posse em seus cargos na mesma data.
31/12/2024	Conselho Fiscal foi instalado e eleito na Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2024, e homologado pelo Banco Central do Brasil em 19 de junho de 2024, de forma que os membros do Conselho Fiscal tomaram posse em seus cargos na mesma data.
31/12/2023	Conselho Fiscal foi instalado e eleito na Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2023, e homologado pelo Banco Central do Brasil em 16 junho de 2023, de forma que os membros do Conselho Fiscal tomaram posse em seus cargos na mesma data.

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Conforme previsto na Política de Remuneração do Banco, em caso de desligamento dos Diretores Estatutários, poderá ou não haver pagamento de remuneração variável anual correspondente ao ano de competência do desligamento.

Adicionalmente, poderão existir efeitos sobre eventuais ações outorgadas no âmbito dos planos de remuneração baseada em ações do Banco, conforme as regras previstas nos respectivos Planos.

No âmbito do Plano de Outorga de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 03 de abril de 2020 e reformado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 29 de abril de 2022 e em 26 de abril de 2024, o tratamento das Ações ainda não liberadas observará, em regra, os seguintes critérios:

Motivo	Consequências
Destituição com justa causa ou bad leaver	O Diretor Estatutário perderá integralmente o direito aos lotes ainda não liberados, independentemente do cumprimento das metas a ele aplicáveis.
Destituição sem justa causa ou por aposentadoria estatutária ou renúncia good leaver	O Diretor Estatutário fará jus ao recebimento dos lotes relativos aos exercícios sociais já encerrados antes do desligamento, desde que tenham sido cumpridas as metas aplicáveis em tais exercícios, sendo cancelados eventuais lotes relativos ao exercício ainda não encerrado na data do desligamento.
Falecimento ou invalidez permanente	O Diretor Estatutário fará jus ao recebimento de todos os lotes ainda não liberados, independentemente do atingimento das metas aplicáveis, os quais vencerão antecipadamente e serão liberados no prazo de 60 dias corridos da formalização do desligamento.

Para fins do Plano de Outorga de Ações, serão considerados “good leaver” os desligamentos voluntários enquadrados nas seguintes condições: (i) negociação antecipada da data de saída; (ii) formação de sucessor; e (iii) celebração de termos de não solicitação abrangendo

funcionários e clientes, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses. Ainda, serão considerados “*bad leaver*” os desligamentos voluntários que não se enquadrem condições indicadas acima.

No âmbito do Plano de Ações Restritas, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 30 de janeiro de 2026 o tratamento das Ações Restritas outorgadas observará, em regra, os seguintes critérios:

Motivo	Consequências
Destituição com justa causa ou renúncia	O Diretor Estatutário perderá integralmente o direito às Ações Restritas outorgadas.
Destituição sem justa causa	O Diretor Estatutário fará jus ao recebimento das Ações Restritas outorgadas, observados os ajustes decorrentes da apuração final das metas e o cronograma de liberação previsto no Plano.
Falecimento ou invalidez permanente	O Conselho de Administração definirá o cumprimento proporcional das metas em relação ao período de participação do Diretor Estatutário no Programa e determinará o número de Ações Restritas devidas, as quais serão liberadas em parcela única no prazo previsto no Plano.

Ainda, o Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura poderá propor ao Conselho de Administração tratamento excepcional para casos e situações especiais de desligamento, observadas as demais regras previstas na Política de Remuneração e nos Planos.

Qualquer decisão referente ao tema será analisada pelo Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura e deliberado pelo Conselho de Administração, levando-se em consideração a atuação do administrador com a criação de valor e gestão de risco de longo prazo do Banco.

Vale observar que a apólice de seguros de responsabilidade civil para administradores contratada pelo Banco não oferece cobertura relacionada à demissão, mas oferece, aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, proteção financeira e tranquilidade para executar suas tarefas diárias.



8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Exercício Social	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Previsto 2026	64,0%	9,8%	0,00%
2025	64,5%	11,1%	0,00%
2024	37,6%	13,0%	0,00%
2023	33,8%	7,0%	0,00%



8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Exercício Social	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Previsto 2026	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00



8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não há, nos últimos três exercícios sociais e previsto para o exercício social corrente, valores reconhecidos nos resultados dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e das controladas do Banco, a título de remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, mesmo que não relacionados ao exercício de cargo no Banco.

8.20. Outras informações relevantes

Informamos que o valor da remuneração anual dos diretores constantes dos itens 8.2 e 8.3 do Formulário de Referência, relativamente ao previsto para o exercício de 2026 e ao reconhecido nos exercícios de 2023, 2024 e 2025, não está abarcando encargos sociais, conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP.

Nos quadros abaixo demonstramos a memória de cálculo do número de membros e de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária do Banco nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

Conselho de Administração		
Esperado 31/12/2026		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	9	9
Fevereiro	9	9
Março	9	9
Abril	9	9
Maio	9	9
Junho	9	9
Julho	9	9
Agosto	9	9
Setembro	9	9
Outubro	9	9
Novembro	9	9
Dezembro	9	9
Média	9	9

Diretoria		
Esperado 31/12/2026		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	12	12
Fevereiro	12	12
Março	12	12
Abril	13	13
Maio	13	13
Junho	13	13
Julho	13	13
Agosto	13	13
Setembro	13	13
Outubro	13	13
Novembro	13	13
Dezembro	13	13
Média	12,75	12,75

Conselho Fiscal		
Esperado 31/12/2026		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	6	6
Fevereiro	6	6
Março	6	6
Abril	6	6
Maio	6	6
Junho	6	6
Julho	6	6
Agosto	6	6
Setembro	6	6
Outubro	6	6
Novembro	6	6
Dezembro	6	6
Média	6,00	6,00

Conselho de Administração		
31/12/2025		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	9	9
Fevereiro	9	9
Março	9	9
Abril	9	9
Maio	9	9
Junho	9	9
Julho	9	9
Agosto	9	9
Setembro	9	9
Outubro	9	9
Novembro	9	9
Dezembro	9	9
Média	9,00	9,00

Diretoria		
31/12/2025		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	13	13
Fevereiro	13	13
Março	13	13
Abril	13	13
Maio	13	13
Junho	13	13
Julho	13	13
Agosto	12	12
Setembro	12	12
Outubro	13	13
Novembro	12	12
Dezembro	12	12
Média	12,67	12,67

Conselho Fiscal		
31/12/2025		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	6	6
Fevereiro	6	6
Março	6	6
Abril	6	6
Maio	6	6
Junho	6	6
Julho	6	6
Agosto	6	6
Setembro	6	6
Outubro	6	6
Novembro	6	6
Dezembro	6	6
Média	6,00	6,00

Conselho de Administração		
31/12/2024		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	9	9
Fevereiro	9	9
Março	9	9
Abril	9	9
Maio	9	9
Junho	9	9
Julho	9	9
Agosto	9	9
Setembro	8	8
Outubro	9	9
Novembro	9	9
Dezembro	9	9
Média	8,92	8,92

Diretoria		
31/12/2024		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	11	11
Fevereiro	11	11
Março	12	12
Abril	12	12
Maio	12	12
Junho	12	12
Julho	12	12
Agosto	12	12
Setembro	12	12
Outubro	12	12
Novembro	12	12
Dezembro	12	12
Média	11,83	11,83

Conselho Fiscal		
31/12/2024		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	6	6
Fevereiro	6	6
Março	6	6
Abril	6	6
Maio	6	6
Junho	6	6
Julho	6	6
Agosto	6	6
Setembro	6	6
Outubro	6	6
Novembro	6	6
Dezembro	6	6
Média	6,00	6,00

Conselho de Administração 31/12/2023		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	9	9
Fevereiro	9	9
Março	9	9
Abril	9	9
Maio	9	9
Junho	9	9
Julho	9	9
Agosto	9	9
Setembro	9	9
Outubro	9	9
Novembro	9	9
Dezembro	9	9
Média	9,00	9,00

Diretoria 31/12/2023		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	13	13
Fevereiro	11	11
Março	11	11
Abril	10	10
Maio	10	10
Junho	9	9
Julho	9	9
Agosto	9	9
Setembro	12	12
Outubro	11	11
Novembro	10	10
Dezembro	10	10
Média	10,42	10,42

Conselho Fiscal 31/12/2023		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	6	6
Fevereiro	6	6
Março	6	6
Abril	6	6
Maio	6	6
Junho	6	6
Julho	6	6
Agosto	6	6
Setembro	6	6
Outubro	6	6
Novembro	6	6
Dezembro	6	6
Média	6,00	6,00